



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

Amanda Gabrielle de Queiroz Costa

**Preservação do patrimônio e construção da memória nacional nos arquivos de
Aloísio Magalhães (1975 a 1982)**

Fortaleza - CE
2013

AMANDA GABRIELLE DE QUEIROZ COSTA

Preservação do patrimônio e construção da memória nacional nos arquivos de Aloísio Magalhães (1975 a 1982)

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau (mestre) em História.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientador: Antônio de Pádua Santiago de Freitas

Fortaleza - CE
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho

Bibliotecário (a) Leila Cavalcante Sátiro – CRB-3 / 544

C837p Costa, Amanda Gabrielle de Queiroz.

Preservação do patrimônio e construção da memória nacional nos arquivos de Aloísio Magalhães (1975 a 1982)/Amanda Gabrielle de Queiroz Costa. — 2013.

CD-ROM 126f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: Memória.Oralidade e Cultura Escrita

Orientação: Prof. Dr.Antônio de Pádua Santiago de Freitas.

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Arquivo. 4. Aloísio Magalhães. I. Título.

CDD: 900



Universidade Estadual do Ceará -UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA
Criado pela resolução N° 520 do CONSU - UECE de 31 de maio de 2005



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA AMANDA GABRIELLE DE QUEIROZ COSTA

Às 09h00min do dia 17 (dezesete) de setembro de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará, a Comissão Examinadora da dissertação, para obtenção de grau de Mestre apresentada pela aluna **Amanda Gabrielle de Queiroz Costa**, intitulada “**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL NOS ARQUIVOS DE ALOÍSIO MAGALHÃES (1975-1982)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito “APROVADA” em resultado à atribuição dos conceitos dos(as) professores(as) doutores(as): Antonio de Pádua Santiago de Freitas (Orientador - UECE), Marco Aurélio Ferreira da Silva (UECE) Ana Carla Sabino Fernandes (UFC). Assinam também a presente ata, o Coordenador Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz e o secretário Adauto Rufino de Lima Neto, para devidos efeitos legais.

Fortaleza, 17 de setembro de 2013.

Prof. Dr. Antonio de Pádua Santiago de Freitas

Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva

Profa. Dra. Ana Carla Sabino Fernandes

Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz

Adauto Rufino de Lima Neto

*Aos meus pais, Cristiane Régia de
Queiroz Costa e Cleanto de Oliveira
Costa, pela confiança, pela expectativa,
pelas orações, pelo patrocínio, pela
admiração, e principalmente, pelo amor
e dedicação de sempre.*

*O sabor do arquivo é visivelmente uma
errância por meio das palavras de outro,
a procura de uma língua que salve suas
pertinências [...] uma convicção pouco
razoável de que se escreve a história
para não contá-la, para articular um
passado morto em uma linguagem e
produzir “a troca entre os vivos”. Para
penetrar em um discurso inacabável
sobre o homem e o esquecimento, a
origem e a morte.*

Arlette Farge

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço que não foi solitário. Gostaria de fazer aqui alguns agradecimentos àqueles que contribuíram mais diretamente para a sua realização.

A Deus por me proporcionar essa incrível aventura que é a vida.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), instituição onde me graduei e onde tive um novo alicerce em minha formação enquanto indivíduo e ser humano.

Aos amigos do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), que me apoiaram no período de seleção para ingresso no mestrado, especialmente à minha querida supervisora Maria do Socorro Bandeira, que me indicou entrevistas, contatos de pesquisa, oficinas e cursos, além de ser grande entusiasta deste trabalho, e ao meu coordenador e amado amigo Pedro Henrique de Mesquita que acompanhou toda essa trajetória e que me deu todo apoio durante o tenso período de seleção.

Ao amigo Jairo Façanha, que trabalhou em toda estrutura do meu projeto de pesquisa, virando noites comigo pela internet.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM), que me possibilitou o contato com textos fundamentais para minha pesquisa e fomentou meu interesse pela questão da memória e do patrimônio em suas discussões e seus projetos de extensão.

Ao amável professor Antônio Gilberto Ramos Nogueira, que me influenciou na escolha da questão da memória e do patrimônio e que me apoiou, com suas orientações, sugestões.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela bolsa de estudo durante este mestrado.

Aos funcionários da Coordenação de Documentação e Pesquisas Históricas da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), que sempre me atenderam prontamente durante minhas consultas ao Arquivo Aloísio Magalhães.

Aos funcionários do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS), em especial, aos professores que tanto contribuíram para minha formação profissional e acadêmica, Altemar Muniz, Erick de Araújo, Gleudson Passos, João Rameres, Silvia Siqueira, Zilda Lima e Gizafran Nazareno e, principalmente, ao meu querido orientador Antônio de Pádua Santiago de Freitas.

Aos colegas de turma Ariane Araújo, Ana Cláudia Ribeiro, Bruna Franco, Getúlio Cavalcante, Janilson Lima, Mayara Lemos, Renato Rios, Roberta Maia, Vanessa de Sousa, Williane da Silva, Wendell da Silva.

Aos historiadores Igor e Ítala e a bibliotecária Elizabete do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Fortaleza, que contribuíram com indicações de leitura e de pesquisa.

Aos colegas da Empresa Ampla Engenharia, dos quais destaco Mariana Navarro e Almir Bezerra, por dividirem comigo pequenas e grandes alegrias e tristezas cotidianas e que me ajudaram a enxergar novas possibilidades profissionais.

À professora Ana Carla, que tão gentilmente me disponibilizou seu tempo, seus livros, seu conhecimento. Eu, realmente, não tenho palavras para agradecer sua atenção.

À amiga Mara Farias, a quem entreguei a revisão e correção deste trabalho e com quem sei que posso contar. Afinal, eu não poderia entregá-lo nas mãos de qualquer pessoa.

Ao amigo João Paulo Peixoto, com quem troquei telefonemas sem fim, sempre com várias indicações, preocupações e paciência, além do estímulo e das inúmeras risadas.

À amiga Hévila Martins, com quem dividi tantas histórias durante a graduação. Tantas laudas, tantos bares, tantos prantos, sorrisos e abraços... Enfim, seremos mestres e, em breve, comadres!

À amiga Milena Cavalcante por repetir várias vezes que o meu caminho valia a pena e que contou os dias, junto comigo, para que essa dissertação ficasse pronta.

À minha irmã, Thaís Costa que, juntamente com meus pais, sempre esteve na torcida por mim, e que espontaneamente foi minha colaboradora nos serviços auxiliares deste trabalho, e que, como eu, segue o laborioso e gratificante caminho da pesquisa nas ciências humanas.

À família de Aloísio Magalhães que buscou e doou seus documentos e possibilitou a criação do Arquivo Aloísio Magalhães.

Por fim, agradeço ao meu melhor amigo e companheiro, Thiago Ribeiro, que me acompanha desde a seleção para o ingresso no mestrado, sendo tão paciente nos momentos cruciais da produção deste trabalho, perdendo tantos finais de semana ao meu lado, enquanto eu lia e escrevia, procurando com tanta atenção (e encontrando)

várias obras que precisei, editando meus textos, ouvindo minhas lamentações e angústias e comemorando comigo as minhas vitórias. Aliás, meu amor, esta vitória também é sua!

RESUMO

Este estudo trata da constituição da memória nacional e da preservação do patrimônio cultural pretendidas e praticadas por Aloísio Magalhães em esfera nacional, nos anos 1970 e 1980. O trabalho procura compreender a noção de memória nacional de Aloísio Magalhães, bem como sua trajetória e sua aceitação no âmbito das políticas culturais. Os objetos de pesquisa foram o Arquivo Aloísio Magalhães, situado na Fundação Joaquim Nabuco e a coletânea de textos do livro *E Triunfo?*, cujos documentos contam-nos sobre a atuação de Magalhães na área da preservação do patrimônio e da memória, diante da sua perspectiva. O trabalho é introduzido com a trajetória da preservação oficial do patrimônio no Brasil, trazendo, ainda, a questão das demandas por transformações nas políticas de preservação que surgiam nos anos 1960 e 1970. Para maior compreensão do trabalho de Magalhães na constituição de uma nova memória nacional, há paralela à questão da memória coletiva nacional uma reflexão sobre a constituição da memória individual a partir do arquivo pessoal de Aloísio Magalhães.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Arquivo. Aloísio Magalhães.

ABSTRACT

This study deals with the constitution of national memory and of preservation of cultural heritage intended and practiced by Aloisio Magalhães at national sphere in the years 1970 and 1980. The work seeks to understand the notion of national memory of Aloisio Magalhães well as his trajectory and acceptance within the cultural policies. The research objects were the Aloisio Magalhães Archive, located at Joaquim Nabuco Foundation and the collection of texts from the book "E Triunfo?", whose documents tell us about the acting of Magalhães in the area of heritage preservation and of memory, on his perspective. The work is introduced with the trajectory of official preservation of the heritage in Brazil, bringing still, the question of demands for transformations in preservation policies that emerged in the years 1960 and 1970. For greater understanding of the work of Magalhães in the constitution of a new national memory, there is, parallel to the question of national collective memory, a reflection on the constitution of individual memory from the personal archive of Aloisio Magalhães.

Keywords: Memory. Heritage. Archive. Aloisio Magalhães.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Lúcio Costa, Rodrigo M. F. de Andrade e militares, anos 1940.

Figura 2 – Cândido Portinari, Antonio Bento, Mario de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade, em exposição de Portinari, Rio de Janeiro, em 1936.

Figura 3 – Gravura em linóleo, de Aloísio Magalhães, para o livro Ode, de Ariano Suassuna, edição de O Gráfico Amador.

Figura 4 – Aloísio Magalhães (sentado) na tipografia do Gráfico Amador.

Figura 5 – Litografia de Aloísio Magalhães Parte do Sítio Histórico de Olinda.

Figura 6 – Cerimônia de devolução dos documentos da Inconfidência Mineira a Ouro Preto.

Figura 7 – Aloísio Magalhães (representando a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria de Cultura) na ocasião da Devolução dos ex-votos do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos.

Figura 8 – Magalhães dando entrevista à imprensa.

Figura 9 – Aloísio Magalhães (caminhando) reunido com técnicos estudando o caso das ruínas de São Miguel.

LISTA DE SIGLAS

APEC - Arquivo Público do Estado do Ceará

CPC's - Centros Populares de Cultura

CEHIBRA - Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira

CEF - Caixa Econômica Federal

CFC - Conselho Federal de Cultura

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COPAHC – Coordenação do Patrimônio Histórico e Artístico

COPEDOC - Coordenação-geral de Pesquisa e Documentação do Departamento de Articulação e Fomento do IPHAN

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda (Governo Vargas)

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

ESDI - Escola Superior de Desenho Industrial

FNP-M – Fundação Nacional Pró-Memória

FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

GEPPM - Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

MAHIS - Mestrado Acadêmico em História

MAMAM - Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães

MCC – Memorial da Cultura Cearense do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MIC - Ministério da Indústria e do Comércio

NPCM - Núcleo de Pesquisa Cultura e Memória

PCH - Programa das Cidades Históricas

PNC - Plano Nacional de Cultura

ONU - Organização das Nações Unidas

SECULT-CE - Secretaria de Cultura do Estado do Ceará

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEPLAN - Secretaria do Planejamento

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TEP - Teatro do Estudante Pernambucano

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura)

UFC – Universidade Federal do Ceará

UECE – Universidade Estadual do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 Políticas de memória no Brasil	19
1.1 A memória institucionalizada: O SPHAN da década de 1930 a década de 1960	19
1.2 Novos caminhos para as políticas de memória	35
1.3 O lugar social de Aloísio Magalhães	47
2. Os arquivos de Aloísio Magalhães.....	61
2.1 Como arquivar a memória	61
2.2 Arquivos pessoais: O Arquivo Aloísio Magalhães e o livro “E Triunfo?”	66
2.3 A construção o Centro Nacional de Referência Cultural	79
3 Documentos para uma nova política de memória	89
3.1 A busca pelo acervo documental sobre a história nacional	89
3.2 Memória política e o problema da política de memória	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

O interesse pelo Arquivo Aloísio Magalhães se deu já durante a pesquisa iniciada no mestrado sobre o patrimônio imaterial no Brasil. A intenção inicial era de se pesquisar sobre a evolução dos conceitos de patrimônio histórico e artístico até a elaboração do novo conceito patrimônio cultural, juntamente com o surgimento da categoria do patrimônio imaterial, que se consolidou no ano 2000.

Minhas primeiras discussões sobre o conceito de patrimônio, sobre os valores (explícitos e implícitos) que esse conceito carregava foram iniciadas através do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM), da Universidade Federal do Ceará, já durante a graduação. Das leituras e dos debates gerados por este grupo surgiram as maiores inquietações sobre o campo do patrimônio enquanto política.

Porém, meu primeiro contato com estudos sobre patrimônio e preservação da memória foi em uma das minhas primeiras experiências profissionais, enquanto bolsista do projeto “Comida Ceará”, realizado pelo Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura¹, em que trabalhei no Núcleo de Pesquisa, Cultura e Memória – NPCM. Este projeto, baseado na pesquisa etnográfica, tinha entre outros objetivos, promover a patrimonialização de algumas comidas, fazendo referência ao seu modo de fazer, seus rituais, suas variações.

Já graduada, tive a oportunidade de trabalhar no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), onde iniciei com as primeiras tentativas de pesquisa, pensando as políticas de memória a nível local, no estado do Ceará. Apesar das pesquisas na Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural (COPAHC) da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE), as informações que coletei eram ainda incipientes para construir meu objeto de pesquisa. Contudo, o estudo do patrimônio a nível nacional mostrava-se cada vez mais pertinente.

¹ O Núcleo de Pesquisa, Cultura e Memória objetiva a realização de pesquisas a partir da observação, análise e interpretação do patrimônio cultural do Estado do Ceará. Visa fortalecer a produção de conhecimento no âmbito do museu. A pesquisa garante vitalidade ao MCC, agregando sentido ao acervo, criando base de informação para os usuários, formulando conceitos e proposições para as exposições, estimulando a reflexão e produção de interpretações do mundo e da sociedade. Atuando ainda na documentação, aquisição de acervos, processamento técnico de documentos (fontes escritas, orais, iconográficas e audiovisuais) e publicação, através do projeto editorial da Coleção Memorial da Cultura Cearense – Série Cotidiano e Trabalho/ Série Memória e Oralidade. O NPCM atua em parceria com os demais núcleos do MCC, compreendendo a indissociabilidade entre pesquisa e educação. Fonte: página eletrônica do “Dragão do Mar”, seção “Memorial da Cultura Cearense”.

Por ser um tema em bastante evidência, essa trajetória do tratamento dado ao patrimônio e as mudanças na preservação de acordo com os novos conceitos não seria a única possibilidade de trabalho. A partir dos primeiros estudos sobre a preservação oficial praticada no Brasil, busquei, superficialmente, uma cronologia que pontuasse as principais ações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)², desde sua criação em 1937 até a criação do decreto-lei 3.551 de 2000, que institui a proteção ao patrimônio imaterial.

Dessa forma, foi este decreto, com sua conceituação e preocupação com patrimônio imaterial, que delimitou o meu primeiro recorte temporal. Um período extenso para uma pesquisa histórica e que traria problemáticas diversas para um trabalho de dissertação. De toda forma, o projeto que contava com esse recorte foi aprovado para o mestrado acadêmico em História e, durante o curso busquei novas perspectivas sobre o patrimônio e a memória enquanto objetos da história.

Dentro dos diversos fatores que possibilitaram a preservação do patrimônio imaterial pelo IPHAN, identificamos as práticas do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e de seu gestor, Aloísio Magalhães. Apesar de ter tido vida curta (1975 - 1979), o Centro teve importante atuação na execução de projetos que buscavam “dinamizar a cultura brasileira”. Seu maior projeto era a formação de uma base de dados sobre a cultura brasileira. Por partir do amplo conceito de bem cultural, Magalhães e os técnicos do CNRC não deixavam de contemplar os bens já consagrados, como documentos textuais oficiais, mas traziam um novo olhar para as práticas cotidianas de comunidades tradicionais, como, por exemplo, o artesanato.³ Havia desde sua criação, uma semelhança com as ações do SPHAN, uma preocupação com os bens que estavam em risco de desaparecimento.

O foco do trabalho foi redirecionado, dessa vez para o trabalho CNRC, quando me deparei com o Arquivo Aloísio Magalhães, na Fundação Joaquim Nabuco, onde consta um bom volume de documentos do Centro. Eu já havia feito leituras de autores como Maria Cecília Londres Fonseca, que falavam da incorporação do CNRC ao SPHAN e da gestão de Magalhães dentro deste órgão responsável pela proteção do patrimônio e da memória nacional.

² Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

³ MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

Conforme apareciam novas indagações a respeito da formação daquele arquivo, resolvi mudar novamente o meu foco, tomando como questão central a formação da memória através dos arquivos de Arquivo Aloísio Magalhães, tomando como objeto o próprio arquivo e o livro “E Triunfo?”. Quando falo de formação, de construção da memória, refiro-me a dois tipos desta: a memória nacional e a memória de si. Por isso o arquivo e o livro.

A obra “E Triunfo?”, que tem como subtítulo “A questão dos bens culturais no Brasil”, é uma coletânea de textos de Magalhães que trata de sua atuação enquanto gestor cultural, desde a criação do CNRC, passando pela presidência do IPHAN, até assumir a Secretaria da Cultura. O livro foi organizado por três de seus amigos pessoais que o acompanharam em sua trajetória nos órgãos ligados à cultura, patrimônio e memória e funcionou como referência para se entender como Magalhães conceituava “bem cultural”, “memória nacional” e “patrimônio”, bem como ressalta o seu trabalho e o seu empenho. Foi então, a partir das pesquisas aos documentos de Magalhães, que procuramos compreender sua noção de memória nacional e construção que fez da memória de si.

Um dos fatores que me fez repensar o objeto central da minha pesquisa foi a escassez de trabalhos de história que tivessem como fonte os documentos deste arquivo e desta coletânea, apesar de existem autores da área do design, da antropologia⁴ e da museologia⁵ que trabalham com documentos de Magalhães arquivados no COPEDOC do IPHAN de Brasília e no acervo do IPHAN do Rio de Janeiro. Daí o meu interesse pela peculiaridade do arquivo e do livro, em especial, a peculiaridade de sua formação.

Essa dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro de contextualização da questão da preservação do patrimônio e da memória nacional. Fala da influência da noção de patrimônio histórico e artístico existente em países europeus e de como a proteção ao patrimônio e até o surgimento de novos bens patrimonializados estavam ligados à formação dos estados-nacionais. O capítulo inicial traz ainda uma discussão sobre a memória que era privilegiada pela atuação do SPHAN nos trinta primeiros anos de sua atuação e como esse tipo de memória passa a ser questionada como única versão da história a ser contada e preservada. Por ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN⁶ o órgão nacional encarregado

⁴ Zoy Anastassakis.

⁵ Roberto Sabino.

⁶ Atualmente IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

desta função, é feita também uma reflexão sobre a prática do tombamento como instrumento para proteção e preservação dos bens culturais em todo o país, ressaltando a longa gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁷ (que ficou conhecida por “salvar” prédios históricos em risco de deterioração irreversível), e as intenções do SPHAN ao selecionar alguns símbolos como patrimônio e legitimando a memória pretendia pelo Estado.

É ressaltada aqui a demanda por novas políticas de memória e de patrimônio e, uma vez exposto esse cenário, é apresentada uma breve trajetória de Magalhães até a criação do CNRC, a fim de situar o lugar do nosso ator social e contextualizar o meio em que ele viria a atuar.

O segundo capítulo traz uma reflexão sobre os registros e arquivamentos praticados por Aloísio Magalhães, no âmbito privado e no âmbito público. É apresentado um diálogo com a historiografia sobre os registros da memória, pensando o que os indivíduos guardam de si e o que se guarda da sociedade, afinal, documentos, cartas, fotografias são guardadas por quase todos nós. Para refletir sobre essa constituição da memória pessoal e da memória coletiva são expostas ideias como as de Paul Ricouer, que contempla o ato da memória e do esquecimento, Maurice Halbwachs, que fala sobre a memória individual e memória coletiva e de Le Goff, sobre a monumentalização do documento e da revolução documental que ocorria na década de 1960.

Será abordada a formação do arquivo de Aloísio Magalhães e do livro “E Triunfo?”, uma espécie de dossiê com entrevistas e depoimentos que Magalhães começou a organizar em vida. Com o intuito de compreender melhor a construção dos arquivos pessoais, recorro a Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, sobre na compreensão de “egodocumento”, ainda na compreensão dos arquivos de si, utilizo as noções de Roudinesco e da historiadora Ângela de Castro Gomes. Destacam-se ainda Jacques Derrida, na análise dos arquivos públicos que se confundem aos arquivos privados, e Arlette Farge que situa os arquivos, percebendo seu entorno como um personagem, além de Jorn Rusen, a respeito da teoria da História, que contribui para a compreensão sobre as fontes.

A partir da noção de construção da memória, de registro e de arquivamento, e da demanda por novas formas de se pensar a cultura nacional e o patrimônio cultural,

⁷ Primeiro diretor do SPHAN, desde a fundação.

vamos pensar sobre a construção do Centro Nacional de Referência Cultural, pensando os novos tipos de documento e novas formas de arquivamento, como a base de dados sobre cultura. Utilizaremos aqui os textos de Maria Cecília Londres Fonseca, que fala do CNRC e de sua incorporação ao SPHAN na “fase moderna” do órgão.

O último capítulo traz a memória como uma questão política. Trata da atuação marcante de Magalhães na questão da composição de novos documentos para a História e, especialmente, na recuperação de documentos brasileiros considerados históricos. São explorados mais intensamente os depoimentos e cartas de Magalhães, sempre permeados do discurso do “agir” sobre a soberania da memória nacional. É nesta parte da dissertação que se faz visível a memória política construída por Magalhães, explicitando os setores com os quais se envolveu, sua atuação e seus discursos.

Dessa forma, este trabalho parte da compreensão de Meneses⁸ de utilização da memória como objeto da história, tomando como objeto as memórias de Aloísio Magalhães a partir de seus arquivos.

⁸ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In.: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p. 11 – 29.

1 POLÍTICAS DE MEMÓRIA NO BRASIL

Este trabalho se inicia com uma contextualização das políticas de memória praticadas no Brasil a partir dos anos 1930. Por compreender que as preservações da memória, da cultura e do patrimônio são parte da política de governo, portanto, irei me remeter, inicialmente, à criação do SPHAN, em 1937 por ser este o órgão mais representativo em todas essas áreas de preservação citadas. Refletindo sobre a elaboração e reelaboração desta política, bem como sobre as novas interpretações do conceito de patrimônio, é possível situar a atuação do Centro Nacional de Referência Cultural, mostrando como ele se distinguiu, e como esse cenário propiciou a atividade de Aloísio Magalhães. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo foi estudar as formas de trabalho do SPHAN, depois, atentando para o contexto que dá origem às novas políticas culturais e, finalmente, nos debruçaremos sobre a trajetória de Aloísio Magalhães. Assim fazendo, tentarei mostrar o novo discurso que Aloísio Magalhães faz sobre memória e sua preservação.

1.1 A memória institucionalizada: o SPHAN da década de 1930 a década de 1960

Fenômeno individual e psicológico [...], a memória liga-se também à memória social [...]. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita [...] e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado [...], produz diversos tipos de *documento/monumento*, faz escrever a história [...], acumular objetos [...]. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social [...] e político [...] trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos [...] que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo [...].⁹

O autor Jacques Le Goff, ao escrever sobre a memória e sua relação com a história não esqueceu do problema da monumentalização de alguns documentos. Para o autor, os Estados, cientes da importância do registro da memória para as diferentes escritas da história, empenham-se em produzir documentos e preservá-los para a posteridade, numa constante preocupação com o futuro, com a memória da nação neste

⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª Ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p. 419.

tempo que está por vir. Aliás, além dos documentos produzidos são selecionados os que já existem e que simbolizam algum tipo de memória. Uma vez que o Estado elege tais documentos como representantes da memória da nação, estes passam a ser considerados parte do patrimônio nacional. No caso do Brasil, esse patrimônio deveria ser de cunho histórico ou artístico para se encaixar nas primeiras políticas de preservação de patrimônio e memória.

Joaquim Falcão¹⁰, pesquisador da Pró-memória (uma Fundação nacional que compunha o IPHAN) reflete sobre a política de preservação do patrimônio histórico e cultural enquanto política pública. Em uma Revista do Patrimônio, de 1984, o autor também salienta o caráter das ações culturais enquanto políticas públicas e fala da expansão dessas políticas culturais, relacionando-a com o processo de redemocratização no Brasil, ressaltando que essa política cultural também é “um conjunto articulado e fundamental de decisões, programas, metas, recursos e instituições a partir da iniciativa do Estado.”¹¹

Segundo Falcão, os problemas estariam ligados, primeiramente, às instituições responsáveis pela preservação do patrimônio, que estariam optando por uma única ideologia cultural, privilegiando monumentos de elite e reforçando a influência europeia. Nesse caso, essa política pública seria pouco representativa e “socialmente limitada”. Falcão indica, também, a distribuição de recursos públicos que privilegiava determinada região e que não contribuía para reverter os desníveis regionais num país de Terceiro Mundo, como era considerado o Brasil. Foi citada, também, a preservação do patrimônio histórico no Brasil até a década de 1970, reduzida ao IPHAN:

Uma política pública é antes de tudo: a) um critério de ação: um parâmetro, uma opção por uma determinada ideologia cultural; b) uma alocação de escassos recursos públicos diante de clientelas concorrentes. Sobretudo, de recursos governamentais, humanos e financeiros, através de programas, projetos e instituições.¹²

Diante da perspectiva de Falcão sobre política cultural, é possível refletir sobre a preservação do patrimônio cultural, pensando como ela se constitui enquanto

¹⁰ Joaquim Falcão também foi pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, professor da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisador do CNRC. O autor, também atuante na área das políticas de memória foi grande amigo de Magalhães. Falaremos sobre esta relação no capítulo seguinte.

¹¹ FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. in: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: A restauração do Paço Imperial e o futuro da Praça XV no Rio. n° 20, 1984, p: 45.

¹² FALCÃO, 1984, p. 45.

política pública, as ações dos atores envolvidos nessa política, e, especialmente o discurso que a permeava.

Na década de 1930, o Estado brasileiro, recém republicano, desenvolvia as primeiras ações no tocante à preservação patrimonial. Essas ações tinham o objetivo de estabelecer um sentido de unificação em torno de uma cultura nacional. Nos anos 1920 e 1930, a discussão dos termos raciais dava lugar para os termos culturais. Surgia uma “busca da ‘brasilidade’, de uma ‘essência’, ‘alma’ ou simplesmente ‘identidade’ da nação brasileira”¹³.

Esse discurso de cultura nacional, segundo Stuart Hall, é o que produz sentido sobre a nação. Com estes sentidos podemos nos identificar e construir identidades¹⁴. Marilena Chauí indica a nação como um “semióforo”, quer dizer, como algo simbólico, que teve uma construção histórica e ideológica. Para Chauí, o conceito de nação inicialmente seria ligado a um conceito “biológico”, de pessoas que vivem no mesmo lugar e, no século XX, essa noção seria reelaborada ideologicamente, de forma a construir uma imagem celebrativa do país. Para Ortiz, a identidade possui dois componentes, um que homogeneiza a população e outro que a difere dos outros povos: “Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos”¹⁵.

O discurso da identidade nacional no Brasil seria baseado numa narrativa da nação, na literatura, na mídia e na cultura popular; numa ênfase das origens, na tradição e na continuidade. Através da criação (ou recriação) de símbolos de identificação na população em relação a uma nação. No caso do Brasil, como em outros países, o Estado buscava sua legitimação através dessa narrativa.

Não nos cabe aqui julgar a legitimidade desse discurso de cultura nacional, pois compreendemos a produção do discurso, segundo a abordagem de Michel Foucault, em que o discurso não é verdadeiro nem é falso, mas que produz, historicamente, efeitos de verdade¹⁶. Conforme as transformações da sociedade, os discursos oficiais de preservação da memória e do patrimônio também vão se modificando, pois todo contexto histórico tem sua parcela de verdade. Na medida em

¹³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC / IPHAN, 2002. p.41.

¹⁴ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

¹⁵ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 8-9.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

que a sociedade se transforma, os discursos se modificam visando a constituição de individualidades, grupais, regionais ou nacionais.

Podemos, porém, refletir sobre a modificação desse discurso e a relação com o Centro Nacional de Referência Cultural e Aloísio Magalhães, sobretudo porque este produziu um efeito transformador sobre o que se entendia a respeito de patrimônio e de memória nacional.

O discurso do SPHAN, antes de Aloísio Magalhães, seria baseado numa narrativa da nação que tinha como ênfase a história das origens, a tradição contada como se o processo histórico fosse linear e harmônica, sem descontinuidade e minimizando os conflitos entre os grupos. O Serviço do Patrimônio buscava, através da criação (ou recriação) de símbolos de identificação na população em relação a sua nação, a legitimação do Estado nacional.

Sobre Estado nacional, utilizo a definição de Guibernau, de que este é um tipo de estado que afirma ter uso legítimo da força dentro daquele território. Ainda segundo Guibernau, o surgimento dos estados nacionais é um fenômeno moderno, que foi fruto da fusão de nações étnicas diferentes ou mesmo de povos que nem existiam enquanto nação. Por ter essa origem conturbada, os Estados nacionais procuram unir seu povo submetido ao seu governo por meio de uma cultura homogeneizada.

[...] o estado tenta incutir uma cultura comum, uma série de símbolos e valores, e perseguir um programa de homogeneização entre os cidadãos. Isso acontece porque o estado, para defender sua legitimidade, procura criar uma nação. Além disso, é sempre mais fácil governar se se consegue formar um senso de comunidade entre as pessoas governadas, dando origem à existência de outros laços que não o meramente político.¹⁷

Para se incutir os valores de comunidades e de união nacional precisava-se do mito fundacional, que localizasse a origem da nação baseando-se em suas tradições. Nosso modelo de mito, derivado da Grécia antiga, pode ser previamente definido como narração das origens, por ter uma função fundante a qual está ligada a noção de patrimônio histórico. Segundo Nogueira, as origens da noção de patrimônio histórico,

[...] remontam ao surgimento dos estados nacionais e ao processo de construção da nação, traduzidos num movimento de reinvenção do passado

¹⁷ GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997. P.70.

nacional. [...] (com) o interesse em crescer juntamente com a noção de união nacional.¹⁸

Havia a necessidade do Estado de criar uma continuidade histórica, como falam Hobsbawn e Ranger. Nesse caso, necessidade de recuperar alguns bens, tornando-os tradição, a fim de estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado¹⁹. Não que os bens e as tradições sejam uma farsa, mas que eles foram selecionados a partir de certa arbitrariedade. Essa arbitrariedade está relacionada com o que se pensa no momento como certo e verdadeiro para se definir patrimônio.

Ao falar sobre história pública, Albieri fala que dentro do processo de formação dos estados nacionais, geralmente, estava o empenho em reunir um cabedal de memória coletiva, com o intuito de legar a cada nação o seu patrimônio histórico²⁰. A política patrimonial no Brasil foi influenciada por outros países que se utilizaram do patrimônio histórico como elementos de identificação nacional, nações como a França, que buscavam se legitimar através de símbolos que os remetessem a uma origem local (caso da Revolução Francesa). Como no mundo ocidental o patrimônio esteve durante muito tempo ligado diretamente a obras e prédios, à preservação dos bens, era sempre associada a uma prática de seleção, proteção, guarda e conservação das “coisas culturais”²¹.

A noção que Choay traz sobre patrimônio histórico é de

um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou as dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.”²²

Essa influência fez com que a preservação do patrimônio cultural no Brasil também fosse ligada à monumentalização. A palavra *monumentum* vem do verbo *monere*, que “significa “fazer recordar”, “avisar”, “iluminar”, instruir”. O *monumentum*

¹⁸ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec, 2005. P. 219.

¹⁹ HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.

²⁰ ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In.: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

²¹ SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

²² CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. P. 11.

é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]”²³. Quando se pensa no ritual de “memorar”, “rememorar”, cultuar ou reverenciar ícones históricos, os monumentos aparecem como materialização dessa memória.

Constituindo elemento de ligação entre o que é vivido e o que é lembrado, “os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado.”²⁴ Para Choay, os monumentos lembram o passado “fazendo-o vibrar como se fosse presente”, contribuindo para “manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.”²⁵ O caso dos monumentos é interessante para se pensar as invenções oficiais, chamadas por Hobsbawm de invenções de tradições “políticas”, que surgem em Estados ou em movimentos sociais e políticos organizados.

Ao selecionar o que deve ou não ser preservado e protegido para ser identificado como símbolo de uma nação, região ou grupo, o Estado através de seus órgãos específicos escolhe o que lhe é interessante para representar seu povo.

O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca com frequência o concurso da memória, seja para afirmar o novo, [...] seja para ancorar no passado [...] a experiência que se desenrola no presente.²⁶

São os critérios utilizados nos concursos da memória que nos inquietam. Como diz Mário Chagas, a eleição das memórias que ficarão ancoradas são feitas constantemente. E quando se pretende registrar essa memória através da patrimonialização, fica explícito seu caráter político. Assim, a construção da memória nacional esteve atrelada às políticas de memória, que nortearam a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil.

²³ LE GOFF, 2003. p. 526.

²⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania). p. 123.

²⁵ CHOAY, 2006, p. 18.

²⁶ CHAGAS, Mário. Memória Política e Política da Memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P.141.

A respeito da influência da preservação patrimonial ocidental, foram as noções de autenticidade e permanência que fundaram a prática de preservação ocidental e orientaram toda a sua lógica.²⁷ Assim, o Estado pode forjar uma identidade nacional em torno de símbolos. De forma que a concepção de patrimônio no Brasil também foi elaborada pensando-se na criação de instrumentos voltados, principalmente, para a proteção, guarda e conservação dos bens patrimoniais oriundos do passado mais longínquo. Segundo Lúcia Oliveira, os intelectuais modernistas foram fundamentais na orientação da política de patrimônio e na criação de uma identidade nacional para o Brasil:

[...] as viagens ao passado, ao encontro de uma herança até então abandonada e decadente, tiveram o efeito de produzir uma nova consciência: a da necessidade de salvar os vestígios do passado. Foi se construindo um discurso que passou a dizer: é preciso proteger os monumentos do abandono, impedir a dilapidação daquele tesouro. Essa demanda surgiu nos anos 1920 e tomou forma na década de 1930, quando se reconheceu a necessidade da ação de Estado.²⁸

Em 1937, com a colaboração desses modernistas, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que tinha como principal instrumento de preservação o tombamento. Foi o decreto-lei nº 25, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que criou o SPHAN, trazendo em seu texto a organização, a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, além da regulamentação de suas atividades.

O artigo 1º do decreto define que o patrimônio histórico e artístico nacional constitui o conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público. Este artigo determina que, para ser considerado parte do patrimônio nacional, o bem deverá ser inscrito em um Livro de Tombo²⁹. No parágrafo segundo desse artigo, encontramos ainda:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.³⁰

²⁷ SANT'ANNA, 2003.

²⁸ OLIVEIRA, L. L. Patrimônio como política cultural. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 116.

²⁹ O termo Tombamento é oriundo do Direito Português, pois os bens inscritos nos arquivos do Reino eram guardados em Lisboa, no castelo de São Jorge, na chamada Torre do Tombo.

³⁰ Coletânea de leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Era, então, de interesse nacional preservar os bens de valor material (móveis ou imóveis, monumentos, sítios ou paisagens). Apesar da ação do tombamento ter sido relacionado aos bens materiais no dec. 25/37. A expressão tombamento não tinha, necessariamente, essa conotação.

Diante da necessidade de criação do SPHAN, o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema encomendou a Mário de Andrade o anteprojeto da criação do Serviço do Patrimônio, em 1935. O Anteprojeto deveria pontuar as competências do SPHAN e orientar suas futuras ações.

O SPHAN teria quatro livros de tomo: o Livro Histórico, o Livro das Belas Artes, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e o Livro das Artes Aplicadas. A respeito dos Livros de Tombamento o anteprojeto diz: “servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras-de-arte que ficarão oficialmente pertencendo ao patrimônio artístico nacional”³¹.

Dentre os objetos que deveriam ser inscritos no livro de tomo arqueológico e etnográfico estavam “instrumentos de pesca, objetos de uso doméstico, indumentária, música popular, contos, lendas, superstições, receitas culinárias”, objetos estes que não foram detalhados no decreto de criação do SPHAN, tampouco receberam tratamento de patrimônio durante a primeira fase deste órgão.

Segundo Gilberto Nogueira, o anteprojeto andradeano explicitava o papel do inventário e do registro como instrumentos de proteção a esses bens, pois a preocupação de Mário de Andrade se dava em torno do conhecimento e da divulgação dos bens e não de sua cristalização. Para Nogueira, o escritor modernista, que partia de uma ampla concepção de patrimônio cultural, já havia desenvolvido em pesquisas anteriores um método etnográfico, pois tinha a concepção de que a cultura estava ligada à algo dinâmico, de forma que nem todos caberiam nas tradicionais categorias de arte. Porém, essa forma de pesquisar e registrar o patrimônio não foi incluída no decreto-lei.³²

³¹ Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, feito por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação, Gustavo Capanema. in.: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 30, ano 2002. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=11001&Pesq=>>>. O anteprojeto indica a organização de um serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional, incluindo a criação de Livros de Tombamento e de Museus.

³² NOGUEIRA, 2005.

A concepção de patrimônio para Mário de Andrade estava ligada à arte, aliás, seu anteprojeto foi elaborado para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Seus Livros de Tombo seriam os das Artes arqueológica e Ameríndia, da Arte popular, da Arte histórica, da Arte Erudita Nacional, da Arte erudita estrangeira, das Artes aplicadas nacionais e das artes aplicadas estrangeiras.³³

A postura dos técnicos do SPHAN, assim como as permanências na forma de preservar o patrimônio cultural nas quatro primeiras décadas de atuação do órgão refletem, a postura dos intelectuais e do Estado em relação à cultura e à sua proteção.

Nas primeiras décadas do trabalho do SPHAN foram inúmeros os tombamentos, com destaque para igrejas, casas-grandes, palacetes e teatros imperiais. Mesmo com a participação de intelectuais modernistas nas secretarias de cultura e no próprio SPHAN, as marcas mais profundas desse período, foram deixadas pela atuação dos arquitetos. Esses profissionais compunham maior parte do Serviço de Patrimônio. Segundo Márcia Chuva, esse dado demonstra uma nítida preocupação com o patrimônio material, em especial os imóveis, os chamados bens “de pedra e cal”.³⁴

Ainda sobre o decreto de criação do Serviço do Patrimônio, podemos perceber que o tombamento aparece como ato administrativo discricionário³⁵, ou seja, seria competência exclusiva do SPHAN decidir quais bens seriam tombados e quais não seriam. Quer dizer, como era o Serviço do Patrimônio o único órgão responsável pelo tombamento de um bem, caberia a este, também, a opção de não preservar uma obra, ou monumento por meio do tombamento, pois estava isento dessa obrigatoriedade. Assim, foi apoiado em argumentação jurídica, que Lúcio afirmou categoricamente que “cabe por lei ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através de seus órgãos especializados e de seus técnicos, ajuizar da significação do valor da coisa tombada; tal juízo é da sua exclusiva alçada e competência”³⁶.

³³ Op. Cit.

³⁴ CHUVA, Márcia Regina. **Os arquitetos da memória: sociogenese das práticas de preservação do Patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

³⁵ CRETELLA JR. José. **Dicionário de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 3 ed., 1978. Segundo Cretella Jr., o ato administrativo discricionário é uma “manifestação de vontade da administração insuscetível de apreciação por outro Poder, que se concretiza, ou não, conforme a autoridade competente julgue conveniente e oportuna a adoção da medida”. A administração, por estar desvinculada de qualquer lei que lhe dite uma conduta, é desobrigada de se manifestar.

³⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 200 - 201.

Figura 1 – Lúcio Costa, Rodrigo M. F. de Andrade e militares, anos 1940



Fonte: Instituto Antônio Carlos Jobim, Acervo Lúcio Costa, Registros Fotográficos, Coleção VII.A.02 – Lúcio Costa – em grupo. Disponível em: < <http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2608>>.

Foi a partir dessa autonomia que os peritos do SPHAN elegeram prioridades na preservação de bens, montando uma hierarquia de valores, na qual os caracteres artístico e arquitetônico se sobressaíam. Estes critérios predominaram durante a primeira gestão do SPHAN. Pode-se perceber nos livros de Tombo, até meados da década de 1960, mesmo os bens de valor artístico e arquitetônico deveriam se incluir num recuo histórico mínimo para serem preservados como patrimônio, geralmente, bens que representavam o século XIX.³⁷

Segundo Fonseca, essa realidade do SPHAN era muitas vezes interpretada como falta de critérios ou “subjetividade dos juízos de valor”. Por isso, um dos cuidados da instituição era a apresentação de justificativas técnicas que levasse, ou não, a cada tombamento.

Dentre os diálogos sobre a criação do SPHAN, temos o na Revista IPEA, que Mário de Andrade indicou a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública³⁸, o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade para organizar e dirigir o novo

³⁷ Ibid.

³⁸ Gustavo Capanema foi nomeado para a pasta do Ministério da Educação e da Saúde Pública no governo Vargas.

Serviço³⁹. Apesar da proximidade entre Mário e Rodrigo, os valores a respeito da arte (de interesse nacional) não era uma afinidade entre os dois.

A diferença entre os dois modernistas se dava desde o gosto pessoal. Rodrigo M. F. de Andrade demonstrava uma relação com as já denominadas cidades históricas brasileiras. Temos em uma Revista do Patrimônio uma de suas falas sobre Ouro Preto:

[...] as produções dos artistas e artífices com destinação profana ou religiosa ainda está por fazer um estudo rigoroso e minudente com o objetivo de identificar-se a procedência remota dos elementos que vieram a marcar, com traços fundamentais peculiares, a produção artística e artesanal de Minas Gerais, formando o que se pode chamar, sem exagero de pretensão regionalista, um estilo mineiro do período colonial.⁴⁰

Esse gosto por Minas Gerais não se dava sem propósito. A família paterna de Rodrigo era procedente de Ouro Preto. Seu bisavô, Rodrigo José Ferreira Bretas, foi o primeiro biógrafo do Aleijadinho. Rodrigo cresceu ouvindo seu tio, Afonso Arinos⁴¹, queixar-se “do abandono daquelas velhas relíquias arquitetônicas”.⁴²

É notável que o gosto pelo estilo arquitetônico foi herdado por Rodrigo. O administrador do SPHAN escreveu, em 1958, “Artistas coloniais”, uma coletânea de artigos sobre pintores e arquitetos do período colonial. A afeição pelo estado de Minas Gerais também se dá por contemplar o mito de fundação, pois o estado é reconhecido como o berço da primeira expressão de arte “genuinamente” brasileira, o barroco mineiro⁴³. A arte e a arquitetura barrocas constituiriam, então, elementos possíveis de estimular o reconhecimento e identificação nacional. A questão da arte e arquitetura barroca em Minas gerais é um bom exemplo da tradição inventada, analisada por Hobsbawn e Ranger, que se refere a ela como “utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. [...] as práticas

³⁹ IPEA. **Desafios do desenvolvimento**. Edição especial., junho / julho de 2010. Ano 7, nº 62. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/62/pdfs/rd62sec01.pdf>>.

⁴⁰ Palestra proferida por Rodrigo Melo Franco de Andrade em Ouro Preto em 1 de julho de 1968, (Comemoração do 257º aniversário de elevação à categoria de Vila), publicada na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 17, em 1968, p. 11.

⁴¹ Jurista de formação humanista escreveu obras regionalistas e teve forte atuação política.

⁴² Notícia biográfica de Rodrigo Melo Franco de Andrade, por Teresinha Marinho, em *Rodrigo e seus tempos*.

⁴³ O estilo barroco surgiu no século XVII, na Itália, tendo se estendido pela Europa e América Latina. Chegou ao Brasil através de missionários jesuítas. O regionalismo mineiro deu à arte barroca um caráter peculiar, com utilização, por exemplo, da pedra-sabão e uma semelhança com azulejos portugueses. Um outro fator que colaborou para o título de arte genuinamente brasileira foi a figura do escultor Aleijadinho, por ter uma genialidade característica em sua obra e ser mulato, fator que funcionou como um símbolo de brasilidade. (BAGOLIN, 2009)

tradicionais existentes [...] foram modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos nacionais.”⁴⁴

Ainda sobre a administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade e suas marcas na administração do SPHAN, Fonseca destaca a relevância de sua formação em direito para a elaboração do decreto de fundação do SPHAN. A experiência de Rodrigo de Andrade orientou-no a buscar a garantia de atuação do Serviço nos meios legais.⁴⁵ Sua preocupação com as questões jurídicas estava relacionada com o tombamento de bens privados. Fica claro, por exemplo, no artigo 6º do decreto-lei, que define que o tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente. Uma preocupação de Rodrigo de Andrade frente à questão da propriedade, que era um entrave para os projetos de proteção do patrimônio.

A partir de 1939, o SPHAN passou a utilizar, paralelamente ao tombamento, a metodologia do inventário. Seguindo um modelo da Bélgica, a proposta era de documentar as principais obras de arquitetura em vários estados, além de coleções dos museus federais. Porém, “Rodrigo de Melo Franco deixa clara a posição acessória do inventariamento no sistema de preservação instalado no País, que se centrava na figura jurídica do tombamento.”⁴⁶ Os inventários seriam sobre a arquitetura civil brasileira, teriam como objeto os diferentes tipos de edificações, desde as casas urbanas até as rurais, com objetivo também de documentar as técnicas utilizadas naquelas arquiteturas.⁴⁷

Rodrigo M. F. de Andrade possuía um anteprojeto com uma proposta bem diferente da que foi levada para constituir o decreto-lei. A proposta de documentação de Mário de Andrade, segundo Nogueira, partia de uma consciência da diversidade da cultura brasileira e da perspectiva antropofágica de cultura, numa preocupação em “apreender os processos de constituição e reinvenção dos elementos que compõem a memória coletiva informadores de nossas matrizes europeias, africanas e ameríndias.”⁴⁸

⁴⁴ HOBBSBAWN, 1997, p. 14.

⁴⁵ FONSECA, 2009.

⁴⁶ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 13.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ NOGUEIRA, A. G. R. Mário de Andrade e o registro do patrimônio imaterial. **Série Cadernos de Estudos do PEP**: contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2007 – Vassouras. 2 ed. Rio de Janeiro: CPEDOC / IPHAN, 2008, v. 5, p. 63 – 68.

Figura 2 – Cândido Portinari, Antonio Bento, Mario de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade em exposição de Portinari, Rio de Janeiro, em 1936.



Fonte: fotografia originária do acervo do IPHAN, retirada do texto de Clara de Andrade Alvim.

Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4526>>.

O diretor do SPHAN pouco seguiu as orientações e sugestões de seu amigo modernista e preocupou-se prioritariamente em garantir ações que representassem as intenções do Estado naquele período. Essa estratégia de garantir o poder do estado foi um dos fatores que manteve Rodrigo por mais de trinta anos à frente da proteção ao patrimônio, garantindo a construção da memória nacional que se pretendia.

A prioridade ou os interesses do tombamento pela valorização da herança colonial era dividida por duas interpretações: os neocoloniais que valorizavam a tradição colonial portuguesa, numa evocação ao passado, e os modernos que pretendiam fazer uma releitura do passado colonial.⁴⁹

Analisando os processos de tombamento nos primeiros trinta anos do SPHAN, Alayade Mariani percebeu a preocupação para com a tradição popular (expressa nos bens arquitetônicos ou móveis), discretamente reservados ao “Livro de Tombo Etnográfico⁵⁰”. Segundo a autora, as tradições populares eram identificadas

⁴⁹ OLIVEIRA, Lúcia L., 2008.

⁵⁰ Segundo o decreto-Lei nº 25, o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico foi destinado às “coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no parágrafo 2º do citado art. 1º (são também sujeitos ao tombamento os monumentos

quase sempre nos objetos artesanais. Mariani ressalta que algumas noções como as de heranças negras e indígenas existiam relacionadas ao conceito de povo e que a memória desses povos, apesar de já serem consideradas constituidoras da identidade brasileira, não gozava de grande prestígio na instituição. Referindo-se a essa questão, Mariani indica a influência modernista no debate:

À luz da concepção dos arquitetos modernistas, hegemônicos no corpo teórico e técnico do Patrimônio, seria também possível que, face à tarefa de desvendar e relacionar o passado ao futuro da nação, a expressão artesanal se apresentasse de pouca valia para a sociedade progressista que desejavam constituir.⁵¹

Segundo Lúcia Oliveira, era predominante a perspectiva estética dos bens arquitetônicos. É possível, inclusive, perceber a hierarquia entre esses estilos, em que o barroco liderava, seguido do neoclássico e, posteriormente do moderno, o estilo eclético era representado somente por três casas tombadas.⁵² Os bens oriundos de prática popular, então, como não faziam parte de um passado progressista, nunca estavam inseridos nos livros de valores histórico e artístico. O discurso da época era do desenvolvimentismo, cuja industrialização e a urbanização eram símbolos de inserção na cultura capitalista em expansão, na qual o Brasil desejava mergulhar a todo custo. A tradição popular não entraria na lista de inventário de boa parte do “espírito modernista”. Não tinha importância aquilo produzido no passado por “vencidos”, pela cultura popular, mas aquilo que nos **aproximasse** dos povos vencedores: os europeus. Nesse caso, a estética era europeia, os bens materiais também.

Apesar desse período ser considerado a “fase heróica” do Instituto do Patrimônio, a forma como a preservação foi realizada pelos técnicos não atraía a população para manutenção desses bens como símbolo de sua cultura. Primeiramente, pelo fato de que,

[...] dadas as restrições que o tombamento impõe ao bem considerado enquanto mercadoria e os limites que acarreta ao uso do imóvel, esse instrumento costuma ter consequências consideradas indesejáveis para

naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana).

⁵¹ MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. In: TRAVASSOS, E. Arte e Cultura Popular. **Revista do Patrimônio**, 28. Rio de Janeiro: MINC / IPHAN, 1999. p. 163.

⁵² OLIVEIRA, Lúcia L., 2008.

extratos das classes média e alta, como proprietários de imóveis em setores urbanos antigos e empresários da construção civil.⁵³

Desta forma, a prática do tombamento desagradava grande parte dos proprietários dos imóveis particulares. Assim, a restrição imposta pelo tombamento e a forma como foi aplicado produziu uma compreensão do termo “preservação” que acaba se reduzindo, unicamente, a esta prática, que buscava a monumentalização dos bens imóveis, mas que só reforçava a ideia de que as políticas de preservação do patrimônio se davam sempre de forma conservadora e elitista, pouco importando a memória da comunidade em torno daquele bem⁵⁴.

Outro fato que propiciava um distanciamento do cotidiano da população era o período priorizado pelos técnicos daquela Instituição. Os bens seguiam, além dos critérios de anciandade, os de risco de desaparecimento ou origem memorável. Sendo os prédios públicos consagrados, geralmente, representantes de um passado distante ou uma cultura erudita, pois,

[...] o passado resgatado não poderia jamais tratar do que fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar – um quase presente –, e, nessa relação dada pela ruptura, era preciso que entre os dois acontecimentos não houvesse nenhuma causalidade.⁵⁵

Contudo, se por um lado, nos primeiros trinta anos de atuação do SPHAN, a tentativa do governo de mobilizar a sociedade para a preservação desses monumentos e de construir uma noção de identidade única a todos os brasileiros não teve grande sucesso, por outro, é inegável que o trabalho de restauração e proteção possibilitou a sobrevivência de inúmeros imóveis tombados, diante da expansão urbana e da deterioração natural do tempo. O que não exclui, de todo, o mérito do título de “fase heroica”.

A próxima fase da história do IPHAN é chamada por Fonseca de “fase moderna”. É a fase que se inicia quando o SPHAN⁵⁶ passou a ser gerido por Renato Soeiro, em 1967, após a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, incluindo o período em que é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

⁵³ FONSECA, 2009, p.180. A autora faz uma ressalva para a questão das fazendas paulistas, onde diferente do que acontecia no meio urbano, o tombamento valorizava o imóvel.

⁵⁴ FONSECA, 2003.

⁵⁵ CHUVA, 2009, p. 48.

⁵⁶ O SPHAN havia se tornado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), em 1946.

Nacional (IPHAN) em 1979 e que Aloísio Magalhães assume sua direção. Período este que envolve o centro do nosso recorte temporal, ou seja, a atuação do CNRC e de Aloísio Magalhães na preservação da memória através da proteção do patrimônio. Porém, no nosso trabalho precisamos subdividir essa fase por gestões: a de Soeiro e a de Magalhães.

É interessante perceber como a gestão de Soeiro é tratada por diversos autores como um período de transição: um gestor que esteve à frente do IPHAN depois que Franco de Andrade deixou o órgão, enquanto Magalhães não o assumiu.

Em estudo sobre os trabalhos de Renato Soeiro e de Aloísio Magalhães enquanto gestores, Roberto Sabino destaca a reorientação das políticas culturais com o declínio do governo militar e a crise econômica como fator para a exoneração de Soeiro e a posse de Magalhães. Arquiteto do SPHAN desde 1938, Soeiro foi diretor da Divisão de Conservação. Rodrigo M. F. de Andrade, ao ter sido concedida sua aposentadoria, escreve ao Ministro do MEC, Tarso Dutra, indicando o nome de Renato Soeiro para ocupar seu cargo de diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN.⁵⁷

Durante a sua gestão, 1967 a 1979, Soeiro trabalhou em programas relativos ao patrimônio, que foram a abertura para a nova fase de preservação no Brasil. Podemos citar o Programa das Cidades Históricas (PCH), que visava proteger os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, visando a proteção da área histórica para além da preservação do bem isolado. Soeiro participou da elaboração de documentos da UNESCO (representando o país), como a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural em evento de Guerra, a Convenção para Proteção do Patrimônio Natural e Cultural Mundial e das Normas de Quito da Organização dos Estados Americanos⁵⁸.

Mas, para além da questão das gestões, a fase moderna do SPHAN pode ser assim chamada, também, pela valorização que acontecia dos bens oriundos do modernismo brasileiro. Apesar do corpo técnico do SPHAN ter tido um monopólio dos arquitetos modernistas, as obras dos artistas do estilo moderno não foram privilegiadas com tombamento ou inventário nos primeiros trinta anos do Serviço do Patrimônio. Na gestão de Soeiro foram inscritos em Livros de Tombo o acervo do Museu de Arte de

⁵⁷ SABINO, R. S. **Litígios Patrimoniais**: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967 - 1984). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO – PPG – PMUS, 2012.

⁵⁸ Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363> >. Acesso em: 20.07.2012.

São Paulo Assis Chateaubriand – MASP, em 1969 e a casa de Cândido Portinari, em Brodowski - São Paulo, juntamente com conjuntos de obras Portinari entre 1968 e 1969.

Para Sabino, apesar desse do novo olhar para a memória dos modernistas,

[...] as políticas patrimoniais continuavam se detendo em expressões culturais ligadas ao universo da arte e arquitetura. Essa característica das políticas de patrimônio do IPHAN foi o alvo principal das críticas de Aloísio Magalhães quando tomou posse como diretor do IPHAN em 1979 e foi a questão central nos debates sobre as políticas de patrimônio em fins da década de 1970.⁵⁹

Segundo Batista de Oliveira, a mudança mais significativa da administração de Soeiro se deu com a questão do tombamento dos conjuntos, em lugar do tombamento das construções individuais, além da atenção para os bens móveis.⁶⁰ Mais atento às questões políticas que permearam a prática dos administradores culturais, Sabino destaca, entre as ações de Soeiro, especialmente aquelas que se referiam ao desenvolvimento econômico, ao meio ambiente e à descentralização das ações de preservação.

Fato é que Soeiro não possuía o mesmo carisma, nem gozou do mesmo prestígio que seu antecessor Rodrigo M. F. de Andrade. Com pouco apoio das autoridades, o SPHAN passou por esse período de fraca autonomia e ainda menor visibilidade.

1.2 Novos caminhos para as políticas de memória

[Essa] segunda fase está entre 1970 e 1980, tida como o período renovador: com a ideia de bem cultural a noção de patrimônio é ampliada e a visão canônica de História da Arte é somada a preocupações com a memória social.⁶¹

As transformações que ocorreram no período citado, em relação às políticas culturais aqui estudadas, estiveram diretamente vinculadas às políticas internacionais e às pressões que aconteciam no Brasil por novas formas de preservação da memória e,

⁵⁹ SABINO, 2012, p. 45.

⁶⁰ OLIVEIRA, Almir Batista de. **O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Cadernos do CEOM. Ano 21, n.19, pp.19-38, 2009.

⁶¹ DOS SANTOS, Vivian Palma Braga. **A preservação do patrimônio artístico: mapeamento dos bens móveis tombados do modernismo brasileiro**. In.: IV Encontro de História da Arte, 2008, Campinas. Anais do 4º Encontro de História da Arte. Campinas, 2008. p. 535.

consequentemente, do patrimônio. De forma que, quando se pensa os diferentes órgãos ligados à preservação patrimonial não se pode dissociá-los da “revisão” dos conceitos de cultura e de preservação do patrimônio cultural que acontecia a nível internacional.

Se faz necessário situar a importância das orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, organização que detém a tutela internacional do patrimônio. Criada no pós-guerra, em novembro de 1945, com o objetivo de criar condições para o diálogo, devendo ter como princípio o respeito para com as diferentes civilizações, culturas e pessoas, e o respeito para com os seus valores.⁶² No que se refere à salvaguarda do Patrimônio Material e Imaterial, a UNESCO tem a função de:

Promover a diversidade cultural, ao salvaguardar o patrimônio em todas as suas dimensões e ao desenvolver as expressões culturais. Promover a coesão social, ao incentivar o pluralismo, o diálogo intercultural e uma cultura da paz, além de garantir o papel central da cultura no desenvolvimento sustentável. [...] empenhar-se em preservar a riqueza insubstituível da humanidade: sua diversidade e seu patrimônio comum. [...] [Estabelecer] uma série de convenções para garantir a proteção e a salvaguarda do Patrimônio Comum da Humanidade, tanto material quanto imaterial.⁶³

Posta a amplitude das ações a que a UNESCO se propõe no tocante à proteção do patrimônio, foram estudadas as cartas patrimoniais elaboradas por esta organização, a fim de perceber como esses documentos orientaram as ações de preservação no Brasil, na década de 1970.

O primeiro documento, sobre o qual podemos refletir é a Carta de Veneza, de 1964, que marcou a retomada dos trabalhos de proteção logo após a Segunda Guerra Mundial⁶⁴. Nele, a orientação da UNESCO traz uma noção revisada de monumento histórico, decorrente de uma nova mentalidade, oriunda também de países que tiveram cidades intensamente afetadas pela destruição das guerras. Encontramos no artigo 1º:

O conceito de monumento histórico abrange não só os trabalhos de simples arquitetura, mas também o enquadramento urbano ou rural onde se encontram as evidências de uma civilização em particular, um desenvolvimento significativo ou um acontecimento histórico. Isto aplica-se

⁶² UNESCO: O que é? O que faz?. Cartilha em pdf. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700por.pdf>>. Acesso em: 01.06.2012.

⁶³ Op. cit.

⁶⁴ CHOAY, 2006.

não só às grandes obras de arte, mas também a obras mais modestas do passado que adquiriram significado cultural com a passagem do tempo.⁶⁵

Como fala Sant'Anna, somente após a Segunda Guerra Mundial é que o campo do patrimônio inicia uma expansão cronológica, tipológica e geográfica, e, conseqüentemente, sensível aos processos e às práticas culturais como bens patrimoniais. Os objetos, então, não precisam mais obrigatoriamente surgir com a tarefa de reificar esses bens⁶⁶.

Segundo Choay, essa expansão cronológica, no campo dos monumentos históricos, se deu graças às descobertas da arqueologia e o refinamento do projeto memorial das ciências humanas, que ultrapassaram os limites da era industrial, considerando um passado mais próximo do presente. A etnologia rural e urbana e a história das técnicas são as disciplinas que teriam colaborado para a expansão tipológica.

Embasada na teoria de Erick Hobsbawm, Chuva destaca as décadas de 1970 e 1980 como época de crise do capitalismo que com o avanço da tecnologia promoveu o enfraquecimento dos estados. Passava-se a ignorar fronteiras nacionais, desta forma, esmaecia a ideia de nação em favor da expansão de novos recortes identitários e reformulava-se também a noção de patrimônio.

Assim, alguns paradigmas até então cristalizados, tinham de ser ultrapassados. Havia a necessidade de se buscar, dentro de uma visão histórica mais ampla, certos traços estilísticos “como o ornamento autônomo, a dissimulação de materiais, e a alusão a estilos pretéritos, que caracterizam o ecletismo, deixaram de ser interpretados como negativos.”⁶⁷

Essa expansão falada por Sant'Anna e Choay se deu, também, por consequência dos estragos da Segunda Guerra. Não somente a destruição de monumentos conhecidos mundialmente, como o Castelo de Shuri, na Ilha de Okinawa, no Japão, a Igreja de Frauenkirche, na Alemanha, o Castelo de Buda, na Hungria, mas, também pelos lugares de memória das centenas de pessoas mortas pelo terror nazista. Os lugares, como o campo de concentração de Auschwitz se tornou memorial não pelos valores de arquitetura e estética que têm os monumentos, mas pelo seu valor de

⁶⁵ Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios - Carta de Veneza - 1964, adotada pela UNESCO em 1965.

⁶⁶ SANT'ANNA, 2003.

⁶⁷ FONSECA, 2009. p. 193.

memória, para que não fosse esquecida ou omitida a perseguição e o terror que sofreram os judeus nos campos nazistas.⁶⁸

Para Durval Muniz de Albuquerque, o fim da Primeira Guerra marca uma inflexão nas práticas e discursos em torno da nação, pois uma vez que seus resultados interferiram na soberania dos países, apareciam novos problemas a respeito da constituição de identidade e de povo.⁶⁹

Clementina Cunha nos fala sobre essa expansão da preservação como forma de se produzir uma quantidade de fontes e de registros que já não permite mais que se omita totalmente uma versão da história.⁷⁰ Para Choay, esse interesse em tudo preservar, em alguns casos, acabou por gerar um “complexo de Noé”, em que tudo deveria ser colocado na barca da categoria do patrimônio para ser preservado. Há ainda a questão da história pública, que segundo Albieri, evoca a ideia de acesso irrestrito ou conhecimento histórico franqueado a todos. Para Albieri, a abertura de alguns arquivos e a preservação de outros passou a ser também reivindicação de direitos públicos e civis⁷¹. Assim vemos o patrimônio também como função de prova. Os inúmeros registros que se preserva e novos registros feitos constantemente têm também função de comprovar um passado no futuro, e a tentativa de patrimonializar esses registros (mesmo não sendo a nível institucional) faz parte de uma luta contra o esquecimento.

Com a finalidade de orientar essa proteção ao patrimônio, a UNESCO tem como papel definir conceitos e recomendar ações dos governos de seus Estados Partes na preservação.

A Convenção de 1972, resultado da Conferência Geral da UNESCO para a proteção do Patrimônio mundial, cultural e natural, em Paris, ao passo que ampliava as possibilidades de proteção, mantinha restrito o conceito de patrimônio cultural, limitando-se à sua dimensão física:

⁶⁸ CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de febrero de 2005, vol. IX, núm. 183. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>. Acesso em: 09.09.2012.

⁶⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno: A invenção do Nordeste e outras artes**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

⁷⁰ CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio Histórico e Cidadania: Uma Discussão Necessária. In: **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992. p. 09 – 11.

⁷¹ ⁷¹ ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In.: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Para os fins da presente Recomendação são considerados como “património cultural”: Os monumentos: obras arquitectónicas, escultura ou pintura monumentais, incluindo grutas e inscrições, assim como os elementos, grupos de elementos ou estruturas de especial valor do ponto de vista arqueológico, histórico, artístico ou científico; Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que pela sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm um valor especial do ponto de vista da história, arte ou ciência; Os lugares: zonas topográficas, obras conjugadas do Homem e da Natureza que têm um valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico.⁷²

Dentre as recomendações da UNESCO, em 1972, estava a ampliação da proteção de seus bens culturais aos seus Estados Partes. A responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural deveria se estender aos níveis estaduais e municipais, como forma de descentralizar a autoridade federal no reconhecimento oficial dos símbolos culturais:

Com o fim de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados Parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por: [...] Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio.⁷³

Voltando à questão do conceito de Patrimônio Cultural, essa foi a grande questão colocada dentre as modificações no trato do patrimônio propostas pela UNESCO. A compreensão de herança da cultura da humanidade vinha se sobrepor aos valores da ancianidade ou apenas da arte⁷⁴, que estavam enraizados à compreensão de preservação dos técnicos do SPHAN desde a sua criação. Segundo Fonseca,

A atribuição de valor artístico a estilos estéticos e arquitetônicos recentes é um fato característico do processo de constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a partir da década de 1960. Até então, considerava-se necessário observar um recuo histórico mínimo para a inclusão de bens nos patrimônios – recuo este que, em geral, se situava em meados de século XIX.⁷⁵

⁷² Artigo 5º do texto da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>

⁷³ Artigo 5º do texto da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

⁷⁴ ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Dissertação de mestrado - Museu Nacional, Rio de Janeiro: UFRJ, PPGAS, 2007.

⁷⁵ FONSECA, 2009.

Essa nova percepção sugere a utilização do conceito de “patrimônio cultural” que passou a ser usado em substituição ao conceito de “patrimônio histórico e artístico”. Para Laurent Lévi-Strauss, o critério VI dessa Convenção tem um enfoque dos antropólogos, pois leva em consideração os valores imateriais, mesmo sendo a salvaguarda deste bem restrita ao bem material⁷⁶. A Convenção diz que para ser incluso na Lista de Patrimônio cultural é preciso que o bem seja “directa ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a idéias ou crenças ou a obras literárias ou artísticas de importância universal incalculável”⁷⁷.

Aqui, o termo “imaterial” está relacionado às relações sociais ou relações simbólicas, uma vez que uma celebração, um ritual, uma festa são tão tangíveis e materiais quanto as ruas do centro de uma cidade, ou uma praça, ou um terreiro, ou qualquer lugar onde essas práticas sejam realizadas. Os termos “intangível” ou “imaterial” surgiram nessas discussões para expressar a moderna concepção antropológica de cultura. Para Gonçalves, os usos dessa noção da antropologia dentro da categoria de patrimônio podem ser entendidos como “a expressão de uma nação ou de um grupo social”⁷⁸, além de representar algo constantemente reconstruído.

As utilizações mais aprofundadas do conceito de patrimônio cultural estão, por exemplo, na Recomendação de Nairóbi, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, publicada em 1976, em que inclui na definição de “conjunto histórico e tradicional” as “aldeias e lugarejos” que possuísem, entre outros, “valor sócio-cultural”⁷⁹. Esse documento fala ainda de uma descaracterização dos diversos “assentamentos humanos”:

Numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitetônicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a salvaguarda dos conjuntos

⁷⁶ LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o novo decreto para proteção dos bens imateriais. In.: BRASIL. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed, 2003.

⁷⁷ Critério número 6 para a inclusão de propriedade de interesse cultural na Lista de Patrimônio Cultural. Disponível em < <http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/nhintrop.asp>>. Acesso em 08.09.2012.

⁷⁸ GONCALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, Junho, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01.Outubro. 2012.

⁷⁹ Recomendações de Nairobi - resultante da 19ª conferência Geral da Unesco em 1976. In: **Cartas Patrimoniais**. IPHAN, p. 255.

históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial.”⁸⁰

Essa revisão de conceitos e de significados do patrimônio cultural veio a interferir diretamente nas práticas de preservação no Brasil. Para falar sobre as intervenções da UNESCO na política de memória no Brasil, é preciso ressaltar a estreita relação do país com essa organização. O Brasil é o terceiro país no mundo que mais ratificou Convenções da Organização, estando à frente de vários países europeus, inclusive com a participação de alguns intelectuais brasileiros nas suas Convenções, como Paulo Freire e Celso Furtado na formulação de suas diretrizes em Educação e Cultura.⁸¹ A participação do Brasil nas realizações da UNESCO era notável desde a fundação da Organização. Porém, foi a partir dos anos 1960 que houve esse estreitamento da relação entre o país e o sistema internacional de preservação do patrimônio⁸². Esse era um momento no qual as políticas de preservação do SPHAN colidiam com as ideias de desenvolvimento e modernização do país.

Trata-se do período em que o Brasil vivia o desenvolvimentismo, que tinha como base o crescimento da produção industrial, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970. Este tipo de política era acompanhada dos discursos sobre “segurança nacional” e “milagre econômico”, conceitos que perduraram por todo o governo militar.

Ao final dos anos 1960, quando o Brasil estava sob a presidência do General Costa e Silva, com o quadro econômico do país em recessão, foi feita uma política de retomada de crescimento. Podemos falar aqui superficialmente sobre o conhecido Plano Estratégico de Desenvolvimento, publicado em 1971, com a pretensão de transformar o Brasil em uma “nação desenvolvida” dentro de uma geração. Essa noção de desenvolvimento era baseada em investimento nas grandes indústrias⁸³ de geração de

⁸⁰ Recomendações de Nairobi - resultante da 19ª conferência Geral da Unesco em 1976. In: **Cartas Patrimoniais**. IPHAN, p. 255.

⁸¹ MACHADO, Jurema. A Unesco e o Brasil: Trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. In: FUNARI, P.P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, Fapesp, Campinas: Nepam, 2009.

⁸² LIMA, R. P. O Brasil e o sistema internacional de cooperação para a preservação do Patrimônio Cultural. In: **XV Encontro Regional de História da Anpuh-RJ**, 2012, São Gonçalo. Anais do XV Encontro Regional de História. São Gonçalo: FFP/UERJ, 2012.

⁸³ A exemplo das siderúrgicas, das petroquímicas, da indústria de energia elétrica, (e até nuclear), da construção de corredores, da construção naval e da comunicação.

energia, daqueles setores que dariam condição de escoamento dos demais produtos, ou seja, ligados ao transporte, à comunicação, além da construção civil.⁸⁴

Essa concepção de “nação desenvolvida” não contava com valores como educação e cultura. O destino dos investimentos financeiros para se obter uma “nação desenvolvida” eram geralmente setores que costumavam ser contra a tradicional preservação do SPHAN. Ora, a preservação de casarões em plena área urbana não condizia com o forte incentivo à construção civil. O crescimento acelerado, com forte produção de energia acrescido do *boom* da comunicação, propiciava a “globalização”, que contribuía para tornar o “mundo chato”, como dizia Aloísio Magalhães. Esse “achatamento” era a influência dos costumes dos países que importavam para o Brasil, em especial, da cultura do consumo e do descarte. Eram valores que pareciam totalmente incompatíveis com a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

Se a política de preservação do patrimônio encontrou seus desafios, no confronto ideológico com a política desenvolvimentista, nos anos 1960, a partir de 1973 o abrandamento do autoritarismo militar contribuiu para importantes mudanças na questão do patrimônio cultural, especialmente no tocante à forma de se fazer essa preservação. Um período de maior flexibilidade em relação às políticas públicas, conseqüentemente, de uma maior abertura para se pensar ações culturais e ações de preservação do patrimônio.

Na segunda metade dos anos 1970, o regime militar vivia sua crise e as ações no âmbito da Cultura foram fundamentais naquele momento em que o Estado não podia se apresentar à sociedade apenas com sua força coercitiva. A razoável perda de credibilidade obrigava o governo a buscar outras formas de aproximação da sociedade civil.⁸⁵ Para Ortiz, dentro da ideologia autoritária, o Governo Federal estimulava a cultura como meio de promover a integração nacional e, ainda, manter essa cultura sob o controle do aparelho estatal.⁸⁶

É interessante pensar o princípio da atuação do Governo Federal nas questões culturais. Pois, no Brasil, a legislação só chama o Estado a agir no tocante aos

⁸⁴ PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 - 1973). In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil republicano**. Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

⁸⁵ BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

⁸⁶ ORTIZ, 1994.

direitos culturais a partir da Carta Magna de 1988, em que a seção II trata da Cultura, sendo o artigo 216 referente ao Patrimônio Cultural⁸⁷.

Para o estudioso em direitos culturais, Rodrigo Costa, a novidade que a Constituição Federal trouxe foi uma expansão da democracia no sentido plural, com o intuito de evitar o policiamento e o controle do Estado no fazer cultural.

O princípio da atuação estatal, como suporte logístico, constitui-se como uma garantia de que o Estado não irá intervir arbitrariamente ou ideologicamente de modo a modificar ou adulterar o significado das realizações culturais dos grupos ou dos indivíduos formadores da sociedade brasileira. Ao Estado é dada a obrigação de pensar meios e fornecer equipamentos que garantam a sustentabilidade de um bem cultural ou a continuação das expressões por si próprias.⁸⁸

Essa questão jurídica explica, em parte, as ações do Governo Federal Brasileiro referentes à proteção do patrimônio cultural, seguindo as convenções e recomendações da UNESCO, devido à falta de uma legislação própria.

Também acredito ser necessária uma reflexão sobre a criação dos órgãos ligados à Cultura. Apesar do Estado não ser obrigado a intervir com medidas de proteção e acautelamento, também não havia diretrizes (a nível nacional) que determinasse e controlasse a forma como seriam feitos a proteção ou acautelamento.

Nesse sentido, é possível fazer aqui uma breve trajetória de políticas culturais que contribuíram para uma reorientação no interesse em “mapear, documentar e analisar as diferentes manifestações da cultura brasileira”⁸⁹. No tópico anterior, falei sobre o SPHAN, criado em 1937, com o papel de salvar o patrimônio histórico edificado no Brasil. Existiram ainda outros órgãos de alcance nacional que trataram,

⁸⁷ § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. § 6º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

⁸⁸ COSTA, Rodrigo Vieira. **A dimensão constitucional do patrimônio cultural**: o tombamento e o registro sob a ótica dos direitos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 38.

⁸⁹ FONSECA, 2003.

direta ou indiretamente, do Patrimônio Cultural, o Conselho Federal de Cultura (CFC) e os Centros Populares de Cultura (CPC's).

O CFC foi criado, em 1966, substituindo o Conselho Nacional de Cultura. Ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Estava integrado às metas governamentais para revigorar a ação do Estado em diversas áreas, sobretudo na cultura. Dentre as atribuições do Conselho estavam:

Formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e realizar intercâmbios internacionais.⁹⁰

O Conselho trazia uma preocupação que viria a ser demanda internacional, a descentralização do trabalho de preservação do patrimônio, como já foi visto, na Recomendação da UNESCO, de 1972. Enquanto o CFC trabalhava na criação de Conselhos Estaduais de Cultura, alguns estados já iniciavam seu trabalho para uma ação mais direta com as Secretarias Estaduais de Cultura. Foi o caso da Secretaria de Cultura do Ceará, criada em 1966.

O historiador Otávio Menezes⁹¹ ressaltou a mobilização dos órgãos de cultura externos (nível federal e internacional), para que se criassem instituições a nível estadual, e estas, conseqüentemente pressionavam os governos municipais para que criassem seus próprios órgãos e equipamentos culturais. Essas mobilizações aconteciam já nos anos 1960 e a existência de uma secretaria responsável pela Cultura tornou-se quesito para o recebimento de verba a ser aplicada na área.

Tornando ao caso CFC, os seus conselheiros eram quase todos ligados aos Institutos Históricos e Geográficos ou às Academias de Letras. Podemos citar Raquel de Queiroz, Ariano Suassuna, Burle Marx, Afonso Arinos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gilberto Freyre, intelectuais bastante influentes nas áreas das artes, das ciências humanas, da literatura e do patrimônio.

⁹⁰ CALABRE, L. A cultura e o estado: as ações do Conselho Federal de Cultura. In.: GOMES, A. C. Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁹¹ Entrevista realizada ainda no período de confecção do projeto para seleção do mestrado, setembro de 2009. Otávio Menezes tinha a função de coordenador do setor de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria de Cultura do Ceará (COPAHC).

A perspectiva de Gilberto Freyre⁹² retomou a questão do regionalismo dentro do Conselho. Para Ortiz, os membros do CFC procuram sublinhar o aspecto da diversidade quando afirmam que a cultura brasileira é plural e variada, isto é, que o Brasil constitui um “continente arquipélago”.⁹³

O discurso do CFC já se apropriava da noção de cultura democrática, que se opunha ao totalitarismo. Outro aspecto importante do CFC era uma proposta de recuperar a memória e a identidade brasileiras, proposta esta pautada no discurso da tradição. Para Barbalho, apesar de valorizar a diversidade cultural no país, tinha um forte apelo ao passado, o que lhe mostra o viés conservador do Conselho.

Em 1975, o CFC elaborava as diretrizes para o Plano Nacional de Cultura (PNC) que propunha, entre outras medidas, o estímulo ao funcionamento dos Conselhos estaduais e municipais que já existiam e a criação de Conselhos de Cultura nas regiões onde ainda não existiam.⁹⁴

Para Joaquim Falcão, a disseminação a nível estadual e municipal dos órgãos do Poder Executivo que deteriam o direito, o dever de preservar nosso patrimônio, exigiria “uma atuação maior do judiciário para controlar a qualidade democrática das decisões administrativas que se [multiplicariam] sem cessar.”⁹⁵

Desta forma, é possível se pensar que havia nas ações do CFC um início de expansão das políticas ligadas ao patrimônio. A orientação do regionalismo de Freyre ou de Suassuna, logo remete à cultura nordestina e sua expressão no cotidiano, como as formas de fazer e a linguagem popular. A participação de intelectuais como os aqui referidos, além das metas de criação de Conselhos regionais podem se mostrar como uma intenção de descentralizar o trabalho da preservação dos bens culturais.

Já a presença de outros membros deste Conselho como Rodrigo Franco de Andrade e seu tio Afonso Arinos, especificamente, no setor de patrimônio, faz pensar até que ponto a ação do CFC trazia algo de novo na preservação do Patrimônio cultural no país. Até que ponto o CFC não vinha apenas colaborar para o controle das ações dos diversos estados na área da cultura? Uma vez que a maioria dos trabalhos do CFC era conceder verba para os projetos culturais através da análise desses projetos.

⁹² Visão de uma cultura que, embora nacional, tem peculiaridades regionais. Trazia uma ideia de harmonia, pouco se falava nas relações de poder.

⁹³ ORTIZ, 1994.

⁹⁴ BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

⁹⁵ FALCÃO, 1984. p. 49.

Então, havia o discurso do SPHAN. Preocupado com o patrimônio, que agora era chamado de cultural, mas ainda se expressava no material e no monumental. Paralelamente, uma orientação política internacional que demandava um novo método de proteção ao patrimônio. E havia, ainda, órgãos como o Conselho Federal de Cultura, que apesar de terem expandido essa proteção, ainda não conseguiram fazer um diferencial no trato com os bens culturais.

Desse modo, os bens selecionados para a proteção estavam (mesmo que de forma incipiente) passando por um olhar diferenciado. Os bens de “pedra e cal” não deixaram de ser tombados, mas outros espaços além daqueles tradicionalmente católicos, representantes do poder de governo ou que tivessem a marca do século XIX, passaram a ser reconhecidos como lugares de memória a serem preservados no Brasil.

Até o final da década de setenta, [...], a questão da preservação do patrimônio histórico nacional [no Brasil] estava reduzida à atuação solitária de uma única instituição federal, o IPHAN⁹⁶. Estava reduzida ao idealismo e à competência de uns poucos técnicos-arquitetos. Estava reduzida à preservação arquitetônica dos monumentos de pedra e cal da elite brasileira, com estreita vinculação com a religião católica.⁹⁷

Segundo Falcão,

[...] a noção de bens culturais se opôs à noção de patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, a incorporou. Opôs-se na medida em que a noção de patrimônio foi, historicamente, apropriada e reduzida à noção de preservação do patrimônio de pedra e cal. [...] incorporou-a na medida em que patrimônio histórico passou a ser a espécie, e bens culturais, o gênero. Trata-se, portanto, de conceito mais abrangente, que incorpora o bem ecológico, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber. Das elites e do povo também. Da etnia branca e também da negra e da indígena.⁹⁸

Estas transformações podem ser consideradas como uma abertura para as “políticas inclusivas”⁹⁹. O surgimento do CNRC deve ser compreendido dentro desse contexto de transformações nas políticas culturais. Especialmente, como o método desenvolvido por Aloísio Magalhães e os técnicos do CNRC, que constituíam um diferencial no ato de preservar o patrimônio. Como nos fala Falcão, a compreensão da

⁹⁶ O SPHAN passou a ser Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional- IPHAN.

⁹⁷ FONSECA, 2009. p. 46.

⁹⁸ FALCÃO, J. A política cultural de Aloísio Magalhães. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?:** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 22-23.

⁹⁹ NOGUEIRA, Antônio Gilberto R. **Mário de Andrade e o Inventário dos sentidos:** da formulação ao registro do patrimônio imaterial. Série Cadernos de Estudos do PEP: Contribuições dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2007 – Vassouras. 2ed. RJ: COPEDOC / IPHAN, 2008, V. 5, p. 63 – 68.

experiência do CNRC é fundamental para se perceber o embrião da nova política de preservação cultural do Estado.¹⁰⁰

1.3 O lugar social de Aloísio Magalhães

Apresentado o cenário das Políticas Culturais nos anos 1960 e 1970, destacarei, daqui em diante, o papel de Aloísio Magalhães nesta trama. Seus discursos, enquanto gestor cultural, tinham a aceitação de intelectuais e políticos ligados à cultura. Sabe-se que os discursos de um indivíduo refletem sua trajetória pessoal e profissional, denotam a forma como sua vida foi marcada pela influência de familiares, amigos íntimos ou colegas de trabalho.

Cabe, neste momento da dissertação, uma introdução biográfica de Aloísio Magalhães para que possamos perceber a teia de relações na qual ele estava inserido, e como essas relações e as influências que ele recebeu estiveram relacionadas com a criação do CNRC e o seu método de trabalho.

Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães nasceu em Recife, no ano de 1927. Filho de Aggeu Magalhães¹⁰¹ e Henriqueta Magalhães.

Apesar de sua influência política familiar ser pouco explorada nos textos biográficos, não seria interessante, neste trabalho, negligenciar o papel desses familiares que, direta ou diretamente, contribuíram para as diversas atividades políticas de Aloísio Magalhães.

Acredito ser pertinente tomar, primeiramente, a carreira de seu pai. Aggeu Magalhães, antes atuou no ramo da advocacia no interior de Pernambuco, porém sua dedicação foi mesmo a medicina. Um médico que não se limitou ao trabalho de consultório, foi bastante engajado na vida acadêmica e nas pesquisas voltadas para a questão da saúde pública, especialmente as endemias rurais.¹⁰² Sua carreira como médico sanitarista ganhou notabilidade quando trabalhou como inspetor do Serviço de Saneamento e Profilaxia no estado de Pernambuco. Como professor, na Faculdade de

¹⁰⁰ FALCÃO, 1984, p. 31.

¹⁰¹ Biografia de Aloísio Magalhães no sítio Recanto das Letras. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/biografias/1570013>>. Acesso em: 01.Set.2012.

¹⁰² Biografia de Aggeu Magalhães no sítio d'O Jornal do Nordeste. Disponível em: <http://www.cpqam.fiocruz.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=10&Itemid=2>. Acesso em: 09.dez.2012.

Medicina do Recife, Aggeu assumiu cátedras de Patologia e passou a ser convidado a especializar-se fora do país. De volta ao Recife, chegou a assumir o posto de diretor da Faculdade de Medicina. Esteve à frente da Secretaria de Saúde e Educação do Estado, secretaria esta que foi criada por sua sugestão, o que denota o prestígio de Aggeu com o então governador José Domingues. Aggeu ainda se destacou na sua luta pela instalação da Fiocruz de Pernambuco, que acabou por não ver funcionar, mas que foi batizada em sua homenagem de Instituto Aggeu Magalhães.¹⁰³

O pai de Aloísio Magalhães marcou época nos anos 1930 e 1940, no que diz respeito ao combate de doenças endêmicas como malária, febre amarela e esquistossomose, que se alastraram até à capital. Essa atuação na saúde pública abriu o espaço de Aggeu no meio político. Aggeu não foi o único homem público e notório da família de Aloísio Magalhães. Um nome bastante lembrado em Pernambuco é o de Agamenon Magalhães, irmão de Aggeu Magalhães, tio de Aloísio.

Agamenon teve uma marcante carreira política. O ex-governador do estado de Pernambuco (1937 a 1950) teve também grande atuação no governo Vargas, tendo sido nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1934 - 1937), Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1937 / 1945), participou da elaboração da Carta Magna de 1934 e foi, ainda, interventor de Getúlio Vargas em Pernambuco.

A administração de Agamenon foi marcada pela defesa do “nacionalismo econômico”, pela regularização e criação de sistemas de proteção aos trabalhadores brasileiros, especialmente os operários, assim como pelo combate às mobilizações comunistas.

[...] o China Gordo, como era conhecido Agamenon Magalhães, fundador do PSD de Pernambuco, de quem [Aloísio Magalhães] puxou os olhos miúdos, achinesados, herdou a arte da conciliação, da moderação entre opostos, desde cedo manifestada, mas conscientizada mais tarde em sua vida. (LEITE, 2003, p. 25)

Em uma entrevista¹⁰⁴, Aloísio ressalta sua formação com influência política dessas duas figuras, pai e tio. Ao responder a pergunta do jornalista sobre como chegou ao poder público, Aloísio responde que vem de uma família de políticos fortes e destaca a relação entre seu tio e seu pai:

¹⁰³ Biografia de Aggeu Magalhães no site FioCruz de Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpqam.fiocruz.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=10&Itemid=2>. Acesso em: 10.dez.2012.

¹⁰⁴ Concedida a Zuenir Ventura para a Revista *ISTO É*, em 1981. MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

Meu pai era um homem mais inteligente que o Agamenon. Era um homem de ciência, fantástico, aberto, liberal, um homem que no dia em que o Estado Novo foi implantado, pediu demissão da faculdade. Era diretor da Faculdade de Medicina, sendo o irmão Interventor. Entende? Essa tensão constante da problemática que eu não diria política, eu diria de responsabilidade social, porque o *design* pra mim foi um problema de responsabilidade social.

Durante a entrevista, Aloísio encara seu engajamento na área do *design* como um compromisso social, inclusive como a arte seria o maior exemplo da vida política de seu pai.

Para maior compreensão sobre o desenho na vida de Aloísio, foi preciso pensar sobre seus estudos, sua vida acadêmica e a forma como essa arte entrou em sua vida. Sua primeira formação acadêmica foi na Universidade Federal de Pernambuco, na Faculdade de Direito do Recife, curso que iniciou em 1946. Por que estudar direito? Segundo o próprio Aloísio, o curso de direito era a formação humanista básica da época, a opção pelo curso se dava por quem desejava uma projeção política ou intelectual¹⁰⁵.

Na vida acadêmica de Magalhães, percebi o forte engajamento mais com o Teatro do Estudante Pernambucano (TEP), bem maior do que com a prática do direito. O TEP tinha à frente os estudantes Gastão de Holanda e Hermilo Borba Filho. Era um teatro que almejava ser integralmente popular, que incorporava os dramas do povo dando-lhe um sentido popular.

O TEP ficou conhecido como o “Teatro do Nordeste”, por trazer a temática das representações populares, como o bumba meu boi, o pastoril, o mamulengo, além de peças de Ariano Suassuna (um dos calouros de direito em 1946), sempre ligadas à questão da cultura nordestina. Também eram encenados sucessos estrangeiros adaptados ao contexto local. A proposta de trabalho do TEP também estava sincronizada com os movimentos estudantis do período do Estado Novo. Havia no grupo uma aproximação com os movimentos antifascistas, bem como com os movimentos de redemocratização do país¹⁰⁶.

¹⁰⁵ LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003.

¹⁰⁶ TEIXEIRA, F. W.; SOARES, P. M. F.; ALBERNAZ, L. S. F. Classificações culturais e identidade: itinerários de debates intelectuais e artísticos em Recife (1950 - 70). In.: **Saeculum** – Revista de História, ano 13, nº16, 2007. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História/UFPB, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum16_dos06_teixeira-soares-albernaz.pdf>. Acesso em: 03 jan 2013.;

Magalhães, que antes mesmo de ingressar na Universidade já ensaiava peças com mamulengos nos jardins da casa de sua mãe, era o cenógrafo oficial do teatro, figurinista e responsável pelo teatro de bonecos.¹⁰⁷ A participação de Aloísio no TEP e a aproximação com os demais estudantes que participavam do grupo parece ter marcado o início de sua atuação no meio cultural.

Aloísio [...] Imbuído do espírito que presidia as atividades do grupo, era também um pouco marceneiro e carpinteiro. Como titeriteiro e mamulengueiro, fazia ele mesmo os bonecos, preparava e montava os cenários e, durante os espetáculos, divertia-se a operar e dar vida a suas criaturas. Além disso, quase todas as noites, era possível encontrá-lo na casa de Hermilio e Débora, que era a sede real do TEP. Lá se faziam ensaios, se liam peças, se armavam planos, se tomavam decisões em meio a discussões acaloradas e intermináveis, entrecortadas de piadas e gargalhadas, tudo naturalmente envolvido pelos eflúvios etílicos da ocasião.¹⁰⁸

Dessa forma, a trajetória acadêmica de Aloísio se mostra muito mais com a sua participação no teatro do que com o gosto pelas leis, pois que o nosso jovem artista e cenógrafo concluiu seu curso de direito em 1950. Recém-formado, recebe em 1951 uma bolsa do governo francês para estudar museologia, em Paris, no Museu do Louvre. Foi, então, a partir de 1953, quando de seu primeiro regresso da Europa, que Magalhães iniciou sua carreira de artista plástico no Brasil, expondo suas pinturas no Departamento de Documentação e Cultura no Recife e na 2ª Bienal Internacional de São Paulo.¹⁰⁹

Por volta de 1954, Magalhães, juntamente com outros intelectuais, a maioria seus colegas do TEP, como Gastão de Holanda, José Laurênio de Melo e Orlando da Costa Ferreira, criou em 1955 “O Gráfico Amador”, uma oficina experimental de artes gráficas, a fim de produzir graficamente, e informalmente, seus livros “com o objetivo de publicar pequenos textos literários, principalmente poesia em tiragens artesanais limitadas”¹¹⁰.

O grupo chamava a atenção dos jovens intelectuais da cidade. Apesar de alguns dos sócios pretenderem manter O Gráfico Amador a nível experimental, a

¹⁰⁷ LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003.

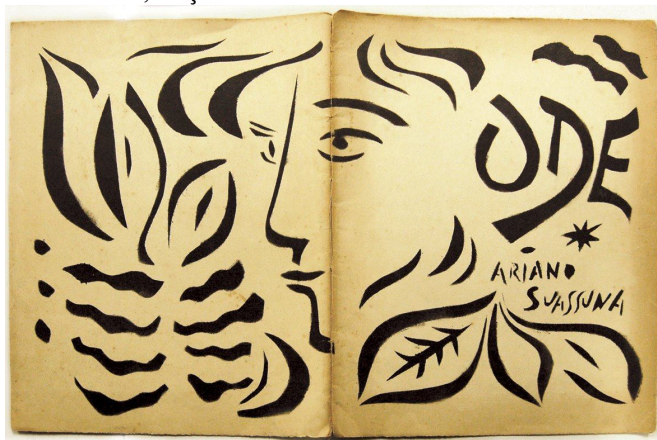
¹⁰⁸ LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003, p.32.

¹⁰⁹ LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003.

¹¹⁰ Informações sobre O Gráfico Amador no sítio da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: < http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=275&Itemid=186 >. Acesso em: 01. Set. 2012.

tipografia tinha o apoio da Le Corbusier Graphique, de Paris, e da Curwen Press, de Londres. Suas obras chegaram a ser expostas na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Figura 3 - Gravura em linóleo, de Aloísio Magalhães, para o livro Ode, de Ariano Suassuna, edição de O Gráfico Amador.



Fonte: Disponível em: <<http://gramatologia.blogspot.com.br/2009/01/o-grafico-amador.html>>. Acesso em: 03. jan. 2013.

Segundo um dos ilustres componentes dessa gráfica alternativa, Ariano Suassuna, existe uma tradição editorial pernambucana que agrega pessoas em torno da gráfica pela importância cultural, política e econômica no estado. No caso d' O Gráfico Amador “algumas pessoas costumavam frequentar as reuniões com o intuito de discutir temas intelectuais ou simplesmente pelo prazer de usufruir de boa companhia, sem se transformarem em membros da sociedade.”¹¹¹

Entre 1954-61, o grupo formado por Orlando da Costa Ferreira, Aloísio Magalhães, Gastão de Holanda e José Laurenio de Melo desenvolveu um trabalho extremamente significativo para a intelectualidade local. Afinal, se publicar um livro é algo que vai mais além do simples ato de editar uma obra, pois é sempre um trazer a público ideias antes guardadas, furtadas a esse debate público, aberto, então o Gráfico precisaria ser duplamente reconhecido. De um lado, porque ampliou as possibilidades de publicação que, numa cidade como o Recife dos anos 50, não eram muitas; de outro, porque, entre os autores por ele publicados, estão alguns dos nomes mais importantes da moderna poesia brasileira (para não falar dos autores já consagrados dos quais editaram obras).¹¹²

¹¹¹ LIMA, Guilherme Cunha. **O Gráfico Amador**. Texto arquivado no MAMAM.

¹¹² TEIXEIRA, F. W.; SOARES, P. M. F.; ALBERNAZ, L. S. F. **Classificações culturais e identidade: itinerários de debates intelectuais e artísticos em Recife (1950 - 70)**. In.: Saeculum – Revista de História, ano 13, nº16, 2007. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História/UFPB, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum16_dos06_teixeira-soares-albernaz.pdf>. Acesso em: 03 jan 2013.

O fim d'O Gráfico Amador teve fatores como a profissionalização de alguns participantes, que quebrava a ideia inicial de uma oficina gráfica amadora, além das incompatibilidades políticas que se afluavam no início da década de 1960. Porém, vários dos nomes dos escritores e artistas daquela gráfica ainda seriam bastante falados nos anos posteriores. Alguns destes ainda se encontrariam em outros trabalhos. Essa troca de experiências em que os autores editam, ilustram e publicam os textos uns dos outros, sem dúvida, marcou a trajetória dos componentes d'O Gráfico Amador, assim como marcou a de Magalhães.

Figura 4 – Aloísio Magalhães (sentado) na tipografia do Gráfico Amador



Fonte: Arquivo Aloísio Magalhães, Fundação Joaquim Nabuco

Posto o lugar social de Magalhães, tenho um sujeito em questão membro de uma elite. Elite política à qual estava inserido, devido às ações de seu pai e seu tio e que, como o próprio Aloísio destacou, influenciou na sua carreira pública. Era membro também de uma elite intelectual, pois frequentou na juventude uma das melhores faculdades de Pernambuco, viajou para o exterior para aperfeiçoar-se, esteve envolvido, e foi muito bem relacionado no ramo editorial e já ensaiava suas obras de arte.

Para Christophe Charle¹¹³, utilizar essa noção de elite, significa compreender, a partir de uma fina análise dos atores situados no topo da hierarquia social, o quão complexas são suas relações e seus laços com um conjunto ou com setores da sociedade. No caso de Aloísio e de seu papel como administrador cultural, nos anos 1970, uma teia de relações compunha o cenário em que ele atuou.

¹¹³ HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

No início da década de 1970, Magalhães voltou-se para os trabalhos como artista plástico. Expostos no IV Salão de Arte Moderna do Recife, na II e na III Bienal de São Paulo, no Ministério da Educação e da Cultura, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, essas obras possibilitaram a Magalhães uma aproximação com a museologia e com a antropologia, primeiramente no Museu do Louvre, em curso feito em 1949 e nos Estados Unidos, nos trabalhos com Eugene Feldman, em 1956¹¹⁴. Desse período que Magalhães passou nos Estados Unidos e na França ficaram vínculos que permearam a criação artística do *design* e a sua relação com o patrimônio cultural. Ele e Eugene Feldman trocaram diversas cartas que versam sempre sobre a atuação de Magalhães e os projetos de Feldman, na área museológica.

Em 1960, Aloísio casa-se com a francesa Solange Magalhães e volta para o Brasil. Morando no Rio de Janeiro, apoiada pelo marido, Solange passou a dedicar-se à pintura.¹¹⁵ Nesse período, Magalhães abriu um escritório voltado à comunicação visual, com a finalidade de realizar projetos para empresas e órgãos públicos. A atuação de Magalhães como *designer* pode ser lida através de suas “cartas pessoais”. Encontramos convites para criar símbolos de identidade visual para a Light S. A., para a Caixa Econômica Federal, para a Petrobrás, Cia. Vale do Rio Doce¹¹⁶.

O projeto da Petrobrás talvez tenha sido o de maior repercussão, pois o símbolo foi distribuído a diversos produtos. Também encontramos documentos referentes à criação do símbolo do IV Centenário do Rio de Janeiro e do concurso para o desenho do padrão monetário brasileiro, do banco Central. Depois deste desenho, em 1966, Magalhães passou a ser consultor da Casa da Moeda e do Banco Central, trabalhando com desenhos para notas e moedas. Inúmeros são os convites, as comunicações das etapas do concurso, as felicitações por prêmios e os comprovantes de

¹¹⁴ Biografia do site do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – MAMAM, disponível em: <http://www.mamam.art.br/index.php?option=com_content&view=article&id=165&Itemid=193>

¹¹⁵ Biografia de Solange Magalhães, no sítio Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_idioma=28555&cd_item=3&cd_verbetes=3349>. As primeiras informações que tivemos sobre a esposa de Magalhães foram encontradas na Fundação Joaquim Nabuco, quando, primeiramente, soubemos que todo o acervo de Magalhães fora doado por sua viúva, que, aliás, ainda era viva e morava em Recife. Os outros indícios que encontramos foram em suas “cartas pessoais”, nas quais os amigos perguntavam por Solange. A partir dessas informações, buscamos alguma relação de Solange Magalhães com o mundo do desenho ou das artes plásticas. A enciclopédia do Itaú Cultural diz que, em 1963, ela passa a dedicar-se à pintura. As demais biografias de Aloísio Magalhães não falam da esposa do designer, nem das duas filhas que tiveram.

¹¹⁶ Carta ao Coordenador de Comunicação Social da Cia. Vale do Rio Doce, de 10 de julho de 1975. Arquivo Aloísio Magalhães. CEHIBRA / FUNDAJ. Pasta Cartas Ativas – P 2. (ver como fazer a referência correta)

pagamento por esses serviços.¹¹⁷ Este trabalho colaborou bastante para o crescente prestígio que Aloísio recebia nesse meio político.

No ano de 1963, Magalhães integrava um grupo, criado pelo governo do Rio de Janeiro para organizar a Escola Superior de Desenho Industrial – ESDI, primeira escola de design na América Latina.¹¹⁸

Em 1972, expõe uma coleção chamada “Cartemas”¹¹⁹, de imagens multiplicadas, feitas com cartões postais. Essa exposição foi grande sucesso na área das artes plásticas, tendo sido exposta no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, em Amsterdan e em Nova York. Outra coleção bastante divulgada de Magalhães foi uma série de litografias, em preto e branco, da cidade de Olinda, em 1973.

Figura 5- Litografia de Aloísio Magalhães
Parte do Sítio Histórico de Olinda



A litografia, os Cartemas e os desenhos de identidade visual eram trabalhos bem distintos entre si. Porém, os documentos que tratam do período próximo à criação do CNRC (1972 a 1975), mostram que foi a atuação na criação de símbolos de identificação com o Brasil (ou com a indústria brasileira) que rendeu a Magalhães o contato e até o relacionamento estreito com sujeitos políticos, como o Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, e o secretário de Cultura do Distrito Federal Vladimir Murtinho. Segundo Fonseca, as conversas entre os três teriam suscitado o debate sobre a fisionomia do produto brasileiro. Ana Luiza Silveira Lopes fala sobre um episódio narrado por Joaquim Reidg, um colega de trabalho de Aloísio:

¹¹⁷ Acervo de Aloísio Magalhães na Fundação Joaquim Nabuco.

¹¹⁸ Biografia do site do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – MAMAM, disponível em: http://www.mamam.art.br/index.php?option=com_content&view=article&id=165&Itemid=193

¹¹⁹ Atualmente, a coleção compõe uma exposição fixa no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães, em Recife.

[...] antes de Aloísio Magalhães assumir publicamente sua atividade na política cultural, ele foi convocado pelo Ministro da Indústria e do comércio e seu amigo pessoal, Severo Gomes, para uma consultoria sobre o produto brasileiro de exportação. Teria sido nessa reunião que, ao se deparar com o problema da definição de um produto brasileiro (ou a falta dela), Aloísio Magalhães teria colocado a questão de que para definir, conhecer e criar o produto brasileiro seria preciso antes conhecer a cultura brasileira.¹²⁰

Pode-se dizer que no momento de elaboração do CNRC, o designer pernambucano já havia tecido sua teia de relações. Quando Aloísio começou a pensar sobre o Centro Nacional de Referência Cultural, já vinha participando de reuniões em Brasília sobre o “produto brasileiro”. Essa noção de “produto brasileiro” é que se diferenciava da noção de produto, principalmente de produto para a exportação, como lhe era solicitado.

Magalhães partia da ideia de que o “produto brasileiro” não era conhecido, nem tampouco valorizado pelos próprios brasileiros. Este “produto” a que Magalhães se referia era os “bens culturais”, a exemplo da prática do artesanato. Prática esta sobre a qual o CNRC trabalhou na perspectiva de dinamizar a produção e estimular a identificação da comunidade com a prática ameaçada de se acabar, de forma a preservar esses saberes e fazeres.

Os projetos se davam especificamente em comunidades, algumas delas isoladas, desconhecidas ou esquecidas, ou seja, não eram povos representantes de um passado único ou glorioso no país. A ideia do Centro não era valorizar um passado próspero, nem, tampouco, cristalizá-lo a partir da cultura material. Para os técnicos do CNRC a questão da dinamização e valorização das culturas tradicionais dessas comunidades era também possibilidade de dinamização da economia da região.

Essa possibilidade de movimentar economias locais atraiu boa parte dos convênios do CNRC. Os convênios do Centro foram os mais diversos, possibilitaram estrutura desde o espaço físico, apoio intelectual, até o investimento financeiro para a realização dos projetos. Dentre os conveniados estavam a Universidade de Brasília - UnB, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, o Ministério do Interior.

O nome do Centro traz a expressão “Referência Cultural” (hoje bastante presente no Iphan), como uma forma flexível de ver a cultura. Era um conceito mais

¹²⁰ LOPES, Ana Luiza Silveira. **Aloísio Magalhães e o design no Brasil**. Monografia apresentada ao Departamento de história da PUC-RJ como finalização da Pós-Graduação lato sensu em História da Arte e da Arquitetura no Brasil, 2003. p.33.

próximo da nova antropologia, que entendia que a cultura estava em constante mudança, portanto impossível de ser cristalizada.

Para Aloísio, os bens culturais seriam indicadores de um caráter brasileiro e esse caráter somente se revelaria através das trajetórias dos bens culturais. Isso só seria possível se a pesquisa acessasse o “ponto de vista nativo”.¹²¹ Dessa necessidade, Magalhães, com o apoio de Gomes e Murtinho, cria oficialmente em 1º de julho de 1975 o CNRC em formato de um grupo de trabalho, a partir do convênio multi-institucional, firmado pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e o Governo do Distrito Federal, que assegurava os recursos para os estudos e viabilização do projeto.¹²²

O Centro funcionava nas dependências da antiga Reitoria da Universidade de Brasília (UnB), uma das instituições conveniadas. Eram conveniados também a Secretaria de Educação e Cultura, o Ministério da Indústria e do Comércio e a Secretaria de Tecnologia Industrial.¹²³

No tocante aos estudos sobre patrimônio cultural e as políticas públicas que definem sua preservação, Maria Cecília Londres Fonseca narra a trajetória da preservação de bens culturais no Brasil, discutindo sobre a abordagem do CNRC, ressaltando a inovação do designer Aloísio Magalhães e a relevância da sua inserção política:

Para o CNRC, o objetivo era a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatíveis com os diferentes contextos culturais brasileiros. Essa visão, embora tivesse pontos em contato com as concepções então elaboradas pela Unesco sobre desenvolvimento, entrava em confronto com a ideologia desenvolvimentista que predominava nos anos 70. Por esse motivo, a participação do CNRC nesses projetos exigia, devido a sua complexidade e seu impacto não só sobre as culturas, como também sobre as economias e as organizações sociais locais, um forte respaldo político, tanto por parte da direção do CNRC quanto externamente.¹²⁴

Para Anastassakis, não havia tanto confronto entre a proposta de Magalhães e a ideologia estatal do período, pois o CNRC não comungava da proposta da preservação de patrimônio cultural no Brasil:

¹²¹ MAGALHÃES, A. E **Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

¹²² Cronologia dos acontecimentos articulados por Aloísio Magalhães na esfera dos órgãos públicos. Em: *E Triunfo?*

¹²³ FONSECA, 2009.

¹²⁴ Ibidem, p. 148.

Quando tive acesso aos documentos produzidos pelo Centro, percebi que a proposta do órgão era outra, desvinculada à princípio das questões que regiam o campo do patrimônio. [...] Considerei retirá-lo do quadro das políticas públicas de preservação patrimonial e pesquisar dentro do material produzido pelo CNRC as bases propositivas daquela ‘experiência’.¹²⁵

A equipe multidisciplinar do CNRC, composta por intelectuais de diversas áreas, tinha o objetivo de estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estivessem desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a se dinamizarem.

O trabalho do CNRC era composto de três estágios: a *identificação* do fenômeno como relevante, subentendendo a interação para conhecimento de sua dinâmica própria; a *memorização* ou *registro*, que registrava através dos instrumentos adequados ou mais convenientes; a *indexação*, que utilizava metodologia descritiva, para resultar em “memória” daqueles processos; e a *devolução* à comunidade pela ação mais adequada a cada caso.¹²⁶

Da formação na área do *designer gráfico*, Aloísio preservou o hábito de trabalhar com projetos, sendo o próprio CNRC um grande e audacioso projeto de “referenciamento” da cultura brasileira, que funcionou durante os três primeiros anos, junho de 1975 a maio de 1978 em fase de experimentação¹²⁷.

Chama a atenção essa proposta do “referenciamento”. Refiro-me a um grupo de intelectuais, que na década de 1970 não estavam pensando em “cristalizar” objetos ou práticas memoráveis do país. O que os técnicos de CNRC traziam em sua proposta era uma valorização do produto brasileiro. Para tanto, era necessário, primeiramente conhecer este produto. O projeto do CNRC tinha como objetivo estudar as formas de vida e as atividades pré-industriais que estivessem desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizarem-se.

Como diz Foucault, fazer aparecer “o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos [...] é tornar-se livre para descrever nele e fora dele, jogos de relações”¹²⁸. As relações de A. Magalhães nos dizem muito sobre sua formação, o

¹²⁵ ANASTASSAKIS, 2007, p.140

¹²⁶ MAGALHÃES, 1997

¹²⁷ CNRC. Quatro anos de Trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural.

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p.32.

tecer de seu pensamento sobre a cultura brasileira, o espaço que constitui como administrador cultural.

Magalhães faleceu em Pádua, Itália. O Secretário de Cultura estava participando de uma reunião, em Veneza, representando o ministro da Cultura do Brasil, o general Rubem Ludwig. Na ocasião, o ministro havia pedido que Aloísio fosse em seu lugar, pois pensou “que não seria adequado, nesse momento, o Brasil ser representado numa reunião internacional de cultura por um general.”¹²⁹ Nesse período em que o poder estava mudando de mãos, Magalhães tinha a confiança de um general para lhe representar a nível internacional, por outro lado, ainda não se pensava um ministério nas mãos de um civil.

Segundo Leite, Magalhães já havia sido interrogado mais de uma vez sobre sua posição diante de um possível Ministério da Cultura, no período em que Ludwig ainda era o ministro da Educação e Cultura. Cauteloso, o administrador cultural, que já havia recebido a presidência do IPHAN e unificado a Secretaria de Assuntos Culturais (ligada ao MEC) e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1981, respondia que o país ainda não estava preparado para a criação de mais um ministério.

Alguns dos documentos referidos até este momento do texto pertencem ao Arquivo Aloísio Magalhães, da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, em Recife. Para estudar o Centro Nacional de Referência Cultural, a implantação do Centro, seus projetos, precisávamos compreender um pouco da trajetória de seu mentor. Dessa forma será de extrema valia a pesquisa aos documentos de seu arquivo pessoal.

A partir deste arquivo e do livro “E Triunfo?”, foi possível perceber como Magalhães construiu sua trajetória enquanto administrador cultural. No arquivo encontramos documentos pessoais e institucionais. Em alguns momentos é interessante perceber a tipologia desses documentos, como os honoríficos, comuns entre pessoas de altos cargos públicos. Alguns desses documentos, geralmente falas públicas, como entrevistas, conferências, depoimentos, foram escolhidos pelo próprio Aloísio para serem publicados em formatos de livro.

Apesar da versão final do livro, intitulado “E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil”, ter sido organizado por seu amigo Joaquim Falcão, a obra pode ser

¹²⁹ Fala de Rubim Ludwig, em seu gabinete, em Brasília, aos conselheiros da Fundação Nacional Pró-Memória, após a morte de Magalhães. Ver LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar: o design de Aloísio Magalhães**. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003.

interpretada, do ponto de vista da arquivística, como um “egodocumento”. Quer dizer, documentos em que o autor escreve sobre si mesmo.

Todos os textos de Aloísio Magalhães em “E Triunfo?” tratam da questão da cultura no Brasil. O período em questão se inicia um pouco antes do período da criação do CNRC, porém, a maioria dos textos fala do Centro, do IPHAN e da Secretaria de Cultura, em especial da administração de Magalhães nesses órgãos.

Se o produto final deste livro não é, por assim dizer um “egodocumento”, pelo menos a nós, historiadores, mostra a nítida interação de Aloísio Magalhães de organizar e disponibilizar esses documentos para que se pesquisasse sobre sua vida.

Segundo Camargo e Goulart, “nenhum documento é uma ilha, na verdade. E o arquivo é sempre maior do que o somatório das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo.”¹³⁰

Em texto sobre o “arquivo de si”, Roudinesco fala da relação dos arquivos pessoais como um narcisismo:

[...] quanto mais o mundo é unificado por uma economia de mercado, e portanto, pelas ilusões de uma universalidade enganadora, mais a afirmação narcísica progride, como manifestação de uma pretensão do eu de se diferenciar da massa para melhor se adaptar a ela: movimento estranhamente paradoxal.¹³¹

A historiadora e psicanalista falando ainda sobre o arquivamento de si, afirma que a prática denota uma afirmação de si, característica da burguesia e de seu elitismo hierárquico. A partir desses arquivos, membros de uma elite fantasiam sua própria imagem. Admito a possibilidade de pensar o arquivo de Aloísio também na perspectiva de Roudinesco, em que esse tipo de arquivo, comum no último quartel do século XX, era um culto do narcisismo, que funcionava como “uma auto-análise” ou uma autoterapia, fundada numa valorização da imagem de si”.¹³²

Sobre o arquivo em questão, sabemos que boa parte dos seus documentos trata-se do banco de dados do Centro Nacional de Referência Cultural. A filosofia do CNRC era mesmo pesquisar e registrar expressões da cultura brasileira que estivessem em risco de se perderem. Havia a forte preocupação de que aquele bem cultural não fosse esquecido, mesmo que viesse a se extinguir. Os pesquisadores do Centro

¹³⁰ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. P. 48.

¹³¹ ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 53

¹³² Ibidem. p. 08.

identificaram, por exemplo, a tecelagem do Triângulo Mineiro como um bem passível dessa extinção. Logo, tiveram o cuidado de investigar quem praticava a tecelagem, de onde vinha sua matéria-prima, como a tecelagem sobrevivera naquele meio de crescente industrialização¹³³. Dentre os documentos do Centro, nos relatórios que falam sobre o artesanato, é nítida a intenção de mostrar a potencialidade para o turismo ou outras formas de desenvolvimento da economia local. Porém, as fases dos processos artesanais foram registradas não somente como forma de se estudar os pontos onde se poderia explorar a economia, mas também como forma de se registrar minuciosamente aquela prática.

Quase toda a documentação do CNRC às quais tivemos acesso estavam em mais de uma via. De todas essas pilhas de papéis permeadas de solicitações, declarações, carimbos e rubricas fizeram-se dois arquivos: o arquivo original do CNRC, com acervo no COPDOC¹³⁴ do IPHAN de Brasília e o arquivo que suponhamos teria sido feito pelo próprio Aloísio, e mais outros tantos documentos do IPHAN, até o período de sua morte.

Foi a partir dessa reflexão sobre o documento em si e a entidade produtora, que busquei investigar sobre como Aloísio Magalhães construiu um arquivo pessoal repleto de documentos institucionais.

O Arquivo Aloísio Magalhães foi cedido à Fundação Joaquim Nabuco pela viúva de Aloísio, Solange Walborg Magalhães, em 1985. Vários documentos são de ordem pessoal (cartas, convites, congratulações), porém, algumas de suas cartas têm um tom mais impessoal, algumas tratam de felicitações de amigos de trabalho, enquanto outras mostram os convites para participar de eventos ligados à cultura.

A presença desses documentos institucionais me chamou a atenção e contribuiu também com a minha opção pelo arquivo do CEHIBRA / FUNDAJ, em lugar do arquivo da COPEDOC. Pois, enquanto que para os arquivistas do CEHIBRA importava somente saber que a cedente dos documentos fora a viúva, para mim, como historiadora, cabiam as questões sobre vários documentos que imaginava encontrar

¹³³ Centro Nacional de Referência Cultural. **Bases para um trabalho sobre o artesanato brasileiro hoje**. Brasília: CNRC/IPHAN.

¹³⁴ Coordenação-geral de Pesquisa e Documentação do IPHAN.

somente em Brasília. Precisei buscar no material empírico alguma relação de descontinuidade para formular novas questões, das quais nem todas obtive respostas¹³⁵.

2 Os Arquivos de Aloísio Magalhães

Diante da peculiaridade do Arquivo Aloísio Magalhães se fez necessário uma reflexão sobre os registros e arquivamentos praticados por Aloísio Magalhães, e sobre como ele construiu uma memória de si e como essa memória continuou sendo construída após sua morte. A memória preservada nesse caso é a de sua trajetória profissional, neste capítulo especialmente o início de sua trajetória no âmbito das políticas de memória, o trabalho no Centro Nacional de Referência Cultural.

2.1 Como arquivar a memória

A trajetória humana no planeta não se faz impunemente. Os vestígios e as lembranças dessa passagem, impressões sobre o corpo e o mundo são sinais que se abrem ao exercício da rememoração. A memória consciente ou inconsciente, coletiva ou individual, parece ser a sistematização dessa passagem.¹³⁶

Este capítulo busca estudar alguns desses vestígios, os documentos dos arquivos de Aloísio Magalhães, aqui postos como objetos de rememoração de si próprio e da nação, pois ao passo que Magalhães construía seus arquivos pessoais, também construía arquivos de memórias coletivas, com o objetivo de que fizessem parte da memória nacional.

Segundo Fentress e Wickham, os documentos escritos são a memória congelada sob forma textual. Em seu livro sobre memória social, os autores mostram uma trajetória da noção de memória a partir dos empiristas do século XVII, para os quais o conhecimento se mostrava na recordação dos pormenores, na memorização dos

¹³⁵ Pesquisamos sobre a vida de Solange Magalhães e encontramos respostas acerca do arquivo de Aloísio. Porém, a vida de sua companheira e a forma como ela influenciou na carreira de Aloísio ainda é objeto passível de investigação.

¹³⁶ VIANNA, A.; LISSOVSKY, M. ; SÁ, P. S.M. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In.: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, VOL. 10 – 14, Nº 2. Jul – dez. 1986. p.64.

detalhes sem os recursos de textos escritos, ou seja, a memória estava diretamente ligada ao conhecimento.

Com o renascimento mudou-se a perspectiva de conhecimento, ligado à evolução do pensamento filosófico e científico. A partir da necessidade de notação científica para estudos empíricos, a memória passa a ser vista sob aspectos diferentes. A nova noção de memória textual

como a parte da memória que é intrinsecamente objectiva e racional, em contraposição à memória sensorial e pessoal como a parte da memória intrinsecamente subjetiva e não racional foi o resultado deste processo em que a relação entre a linguagem e o mundo que ela descreve foi radicalmente repensada.¹³⁷

Le Goff destaca, no período da Renascença, o aparecimento da imprensa como responsável por uma revolução da memória, pois além de propiciar a memória coletiva, aumentava as possibilidades de exteriorizar a memória individual.¹³⁸ Para Le Goff, os grandes progressos da memória aconteceram no século XX, especialmente depois dos anos 1950, período que constitui “uma verdadeira revolução da memória”, devido ao surgimento da memória eletrônica. Dessa forma, a história sofria uma revolução documental e a memória arquivista também foi revolucionada com o aparecimento do banco de dados. Segundo Charles Dollar, a possibilidade de registro eletrônico nos anos 1970 se mostrava como mais uma forma de preservar os documentos e garantir sua legibilidade.

Para Fentress e Wickham, essa confiança na memória se dá pelo fato de experimentarmos o presente em relação ao passado, pois a memória representa o passado e o presente ligados entre si, é uma coerência entre um e outro.¹³⁹

Quando se fala em memória, sua formação relação com a sociedade e com a história, diversos autores buscam conceitos de Maurice Halbwachs. Na obra “A Memória Coletiva”, publicada após sua morte em 1950, o sociólogo fala que as lembranças podem se organizar em torno de uma determinada pessoa ou podem se distribuir dentro de uma sociedade (grande ou pequena), sendo estas, respectivamente, memórias individuais e memórias coletivas. O indivíduo participa dos dois tipos de

¹³⁷ FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Recordar. In: FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado social. Lisboa: Teorema, 1992. p.30.

¹³⁸ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

¹³⁹ FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Recordar. In: FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado social. Lisboa: Teorema, 1992.

memória. As suas lembranças individuais estão no contexto de sua personalidade, são lembranças que, mesmo sendo comuns às de outras pessoas, são vistas por aquele indivíduo somente no aspecto que lhe interessa, fazendo - se distinguir dos outros. As lembranças impessoais, pertencentes à memória coletiva, são fatores que fazem com que aquele indivíduo seja membro de um grupo.

No âmbito coletivo, a memória é requisito para construção e manutenção da identidade de um grupo. Segundo Halbwachs “o que mais chama atenção é que, na memória, as semelhanças passam para o primeiro plano. No momento em que examinam seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.”¹⁴⁰ Se a memória individual se apóia nas memórias coletivas para tornar-se mais exata, a memória coletiva contém memórias individuais. Para Meneses, “a memória”, como construção social, é a formação da imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. [...] representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz.”¹⁴¹.

Lembro então dos vestígios falados no início do capítulo, que marcam a sistematização de passagens. As “coisas de valor” são tomadas como objeto no exercício da memória, como parte da formação da identidade de uma sociedade, “momentos e relações sociais relativas à origem causal dos acontecimentos.”¹⁴²

Em seu texto sobre a vontade de guardar, Ianna, Lisovsky e Sá falam sobre como a memória se constitui em algumas sociedades e a distinção de locais de acúmulo de memória como espaços privilegiados para a preservação. Dentre esses locais estão os arquivos, onde as sociedades com escrita guardam, preservam e propagam os textos aos quais atribuem valor especial, acreditando que estes locais têm a capacidade de manter as informações contidas nesses textos.

Sobre essa preservação nos diz Willi Bolle que “preservar pressupõe um projeto de construção do presente”¹⁴³ em que o autor da preservação é o sujeito

¹⁴⁰ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 108.

¹⁴¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In.: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p. 21 – 22.

¹⁴² IANNA, A.; LISSOVSKY, M. ; SÁ, P. S.M . A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In.: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, VOL. 10 – 14, Nº 2. Jul – dez. 1986, p. 63.

¹⁴³ BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. In.: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. Secretaria de Estado da Cultura / Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, 1984, p. 13.

histórico. Como condição para a preservação é citada a relação dinâmica do passado com o presente.

Para Ângela de Castro Gomes, os registros da memória de um indivíduo refletem uma sociedade moderna em que, culturalmente, é importante para o indivíduo sobreviver na memória dos outros, pois apesar de sua vida ter autonomia em relação ao todo, também precisa ter valor em relação a sua sociedade. A memória de si está ligada à produção de si, quer dizer não somente os textos de si, mas também os documentos provenientes da emergência do cidadão moderno, que expressam seus direitos civis e políticos. “Com essa nova categoria de indivíduo, transformam-se, entre outras, as noções de memória, documento, verdade, tempo e história.”¹⁴⁴

Na reflexão sobre os arquivos pessoais, arquivistas identificam o indivíduo que acumula de forma privada documentos referentes a fatos e situações que julgue socialmente relevantes como “arquivador”. Este arquivador que constitui sua coleção segundo seus critérios, o cria como parte de si, primeiramente como forma de controlar os eventos e pensando na memória que está formando de si, sua forma de garantir sua eternidade. Esse processo de seleção é que dá origem à coleção privada.¹⁴⁵

Joel Candau lembra ainda que esses documentos arquivados, ao serem interpretados, sofrem uma manipulação da memória.¹⁴⁶ Nesse processo o documento cumpre a função de monumento, que em alguns casos objetiva autenticar, essencializar e naturalizar as identidades. É uma demanda social em direção ao passado originada de um profundo mal-estar em relação ao presentismo de nossa sociedade, uma expressão da impaciência absoluta de um desejo de memória é o mal do arquivo.

Para Huyssen, existe um sentimento de culpa e recalque contidos nas memórias do século XX, uma época de genocídios, destruição em massa, duas grandes guerras, limpezas étnicas, migrações, grandes economias em colapso. Segundo Huyssen, a percepção de que “tais fenômenos sozinhos não contam a estória”¹⁴⁷, trazia um novo mal-estar para as civilizações metropolitanas do final do século XX, o de que

¹⁴⁴ GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.12.

¹⁴⁵ IANNA, A.; LISSOVSKY, M. ; SÁ, P. S.M . A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In.: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, VOL. 10 – 14, Nº 2. Jul – dez. 1986.

¹⁴⁶ CANDAU, Joel. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. in: _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 137 - 179.

¹⁴⁷ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 31.

quanto mais rapidamente somos empurrados para o futuro globalizante, mais desejamos ir devagar, buscando na volta da memória um conforto. Nessa busca pela manutenção das memórias, alguns buscaram os arquivos como um lugar de preservação. “Do ponto de vista do arquivo, é claro, o esquecimento é a última das transgressões.”¹⁴⁸ Huyssen fala de práticas de memória ligadas a processos de democratização e luta por direitos humanos, impulsionando a “escrever a história de um modo novo e, portanto, garantir um futuro de memória.”¹⁴⁹

Segundo Paul Ricoeur¹⁵⁰, é o esquecimento que nos amedronta e nos faz buscar na preservação da memória o reconhecimento, a busca pela memória, na lembrança, na rememoração leva ao reconhecimento como espécie de sobrevivência das imagens do passado.

Para Le Goff, o documento se torna monumento quando tem intenção de evocar o passado e perpetuar a recordação e esta transformação se daria na utilização do poder, pois “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder.”¹⁵¹ Desta forma, somente a análise desse documento enquanto monumento permitiria ao historiador usá-lo cientificamente, havendo a necessidade de se “pôr à luz as condições de produção.”¹⁵²

Para Pollak, assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para construir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões.¹⁵³ Dessa forma, entendo que a memória de Aloísio Magalhães também resulta de um equilíbrio de tensões e contradições. Um equilíbrio entre sua influência política e cultural, o que ficou das tensões familiares entre pai e tio. Entre as memórias de si estão as cartas de comunicação com os colegas franceses do curso de museologia em Paris e os textos de Suassuna do Teatro do Estudante Pernambucano. De um lado a formação no Louvre, do outro, a paixão pelos mamulengos tradicionais no interior do nordeste brasileiro. A

¹⁴⁸ Ibidem, p. 33.

¹⁴⁹ HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 34.

¹⁵⁰ RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Conferência proferida em 8 de março de 2003, em Budapeste.

¹⁵¹ LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In.: **História e Memória**. 5ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2003. P 535 – 534.

¹⁵² LE GOFF, Jacques. Documento / Monumento. In.: **História e Memória**. 5ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p.525.

¹⁵³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 13.

formação de Magalhães marca toda sua trajetória, em especial na constituição da memória nacional em que Magalhães tenta incorporar a memória popular à memória oficial da nação.

O CNRC buscou, entre outros objetivos, inserir a experiência coletiva de alguns grupos e a memória daqueles grupos dentro de uma ampla memória social, no contexto de memória nacional, ao lado de outras memórias já consagradas. Essa noção é associável com a idéia de memória social de Fentress e Wickham¹⁵⁴, de forma que essa memória social conseguisse manter identificação com o grupo, o sentido de seu passado e aspirações para o futuro. A partir da compreensão de Magalhães essa memória deveria tornar-se objeto da história. E que este, conscientemente, buscou uma sistematização dessa passagem.

A partir desse diálogo sobre a compreensão da memória para a história, assim com a compreensão de que a memória pode servir de matéria-prima à história como conhecimento da dimensão temporal do homem, é que buscaremos compreender o processo de constituição da memória de Aloísio Magalhães a partir de seus arquivos.

2.2 Arquivos pessoais: O Arquivo Aloísio Magalhães e o livro “E Triunfo?”

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.¹⁵⁵

A constituição da memória através dos registros documentais é uma clara intenção de Magalhães. Através de seus arquivos é possível pensar não somente sobre seu papel no meio cultural e político, mas também sobre a constituição desses arquivos como lugares de memória.

Dentro do processo de constituição da memória, ao passo que Aloísio Magalhães trabalhava para formar uma base de dados que pudesse ser um referencial sobre a cultura brasileira, produzia também uma memória de si. Documentos civis,

¹⁵⁴ FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Recordar. In: _____. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado social**. Lisboa: Teorema, 1992.

¹⁵⁵ LE GOFF. Documento / Monumento. In.: **História e Memória**. 5ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 538.

cartas, contratos, convites, textos acadêmicos e sua própria produção intelectual eram guardados em arquivo privado.

Adentrar os espaços dos arquivos formados pelos documentos de Magalhães constitui mais uma possibilidade de historicizar sua atuação no tocante à preocupação com a memória. Minha intenção foi fazer, nesta parte do trabalho, um estudo semelhante ao que Heymann chama de “antropologia dos arquivos”, que pretende deslocar a atenção especificamente do conteúdo dos documentos, voltando o olhar para o conjunto documental e a forma como ele foi construído, como é preservado e acessado.¹⁵⁶ Pensando o arquivo como um conjunto dotado de historicidade e que se assim for analisado, “revela práticas e representações que podem desvendar dimensões da autoimagem e visão de mundo de seu titular”¹⁵⁷

Se, por alguns momentos dessa pesquisa se buscou mais especificamente as informações contidas desses documentos, com o decorrer da pesquisa a constituição dos arquivos me intrigava cada vez mais de forma a me voltar para questões como: Quem foram os responsáveis por sua criação e constituição? Quando foram criados? Quais os contextos de formação desses arquivos?

Considerarei então o Arquivo Aloísio Magalhães e o livro “E Triunfo?” como dois arquivos, apesar dos documentos para o segundo estarem também contidos no primeiro, pesamos o fato do livro ter sido reorganizado, editado e publicado.

Inicialmente, ressalto o fato de que Aloísio viveu o período da chamada “revolução documental”¹⁵⁸, que devido ao aumento quantitativo e qualitativo de documentos, possibilitou uma dilatação da memória histórica. Nos discursos de Magalhães é encontrada uma preocupação do artista e design com os registros da história e com o processo histórico, por exemplo, numa entrevista em 1979 em que fala sobre a criação da cidade de Brasília:

[...] você veja o seguinte: que em 1821 Brasília foi concebida em termos de idéia. José Bonifácio, numa grande e extraordinária percepção do processo histórico, já explicava àquela altura a necessidade de interiorização. [...] No entanto, foram precisos 150 anos para que essa idéia fosse convertida em ação. Então, isso pode parecer muito, 150 anos, mas depende da escala em que você vê. Ou pode parecer pouco dentro do processo histórico. [...] essa

¹⁵⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, jan – mar. 2012, p. 261 – 281.

¹⁵⁷ HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, jan – mar. 2012, p. 261 – 281.

¹⁵⁸ Op. cit.

idéia clara nunca morreu; ela está anotada e precisamente registrada no processo histórico.¹⁵⁹

Nas falas de Magalhães percebe-se um artista, de formação humanista (em direito), que nos anos 1970 estava preocupado com questões históricas e com o processo histórico, que vivia no meio intelectual e político no qual os homens públicos tinham como hábito acumular seus escritos e documentos, não se deixou escapar a essa prática do colecionismo. O que demonstra como o meio e o momento em que Aloísio viveu estão presentes na questão do registro de seus discursos, seus depoimentos, e na guarda desses e de outros documentos, acumulando-os e colecionando-os para que futuramente se tornassem mais fontes de pesquisas históricas.

Além dos documentos civis, seus textos e suas cartas, o papelório referente a toda sua trajetória também foram guardados pelo próprio Aloísio Magalhães. Pouco tempo depois de seu falecimento, sua viúva, Solange Walborg Magalhães, decidiu reunir esses e mais outros documentos para compor o Arquivo Aloísio Magalhães, na Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, em Recife, Pernambuco.

Sobre o arquivo em questão, sabe-se que muitos dos seus documentos são oriundos da base de dados do Centro Nacional de Referência Cultural. A filosofia do CNRC era mesmo pesquisar e registrar expressões da cultura brasileira que estivessem “em risco de se perder”. Havia a forte preocupação em não deixar que aquele bem cultural fosse esquecido, mesmo que viesse a se extinguir. Os pesquisadores do Centro identificaram, por exemplo, a tecelagem do Triângulo Mineiro como um bem passível dessa extinção. Logo, tiveram o cuidado de investigar quem praticava a tecelagem, de onde vinha sua matéria-prima, como a tecelagem sobrevivera naquele meio de crescente industrialização¹⁶⁰. Dentre os documentos do Centro, nos relatórios que falam sobre o artesanato, é nítida a intenção de mostrar a potencialidade para o turismo ou outras formas de desenvolvimento da economia local. Porém, as fases dos processos artesanais foram registradas não somente como forma de se estudar os pontos onde se poderia explorar a economia, e sim como forma de se registrar minuciosamente aquela prática.

Quase toda a documentação do CNRC, a que tive acesso, estava em mais de uma via. De todas essas pilhas de papéis permeadas de solicitações, declarações,

¹⁵⁹ Entrevista com Aloísio Magalhães. Abril de 1979. Texto datilografado em papel timbrado da Rio Gráfica Editra, lidas 29 – 31. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 164 – 167.

¹⁶⁰ Centro Nacional de Referência Cultural. **Bases para um trabalho sobre o artesanato brasileiro hoje**. Brasília: CNRC/IPHAN.

carimbos e rubricas fizeram-se dois arquivos: o arquivo original do CNRC, com acervo no COPEDOC¹⁶¹ do IPHAN de Brasília, e o Arquivo Aloísio Magalhães, na FUNDAJ. À primeira vista, supus que este último tivesse sido guardado pelo próprio Aloísio. Tal como os antigos *arcontes* gregos, que por ocasião de seu poder político, e sua autoridade, faziam de seu lar o *arkheîon*, lugar onde se depositavam os documentos oficiais.¹⁶²

Foi a partir dessa reflexão sobre o documento em si e a entidade produtora, que busquei investigar sobre como Aloísio Magalhães construiu um arquivo pessoal repleto de documentos institucionais. Parti então para a pesquisa sobre o próprio arquivo. Como ele chegou à Fundação? Por quem foi cedido? Em que estado de organização estava essa coleção de documentos até receber o tratamento de arquivo? Segundo Camargo e Goulart, “nenhum documento é uma ilha, na verdade. E o arquivo é sempre maior do que o somatório das partes que o integram, o que significa que cada uma delas carrega consigo a cunha da entidade produtora como um todo.”¹⁶³ Nesse sentido, precisei remeter-me à entidade produtora, ou, pelo menos àquela que serviu de *arkheîon*.

O gesto de doação de um arquivo privado a um centro de documentação está quase sempre ligado ao desejo de monumentalização. “O centro histórico monumentaliza o arquivo privado ao dar-lhe dimensão histórica e pública.”¹⁶⁴

O Arquivo Aloísio Magalhães foi cedido à Fundação Joaquim Nabuco pela viúva de Aloísio, Solange Walborg Magalhães, em 1985¹⁶⁵. Vários documentos são de ordem pessoal (cartas, convites, congratulações), porém, algumas de suas cartas têm um tom mais impessoal, algumas tratam de felicitações de amigos de trabalho, enquanto outras mostram os convites para participar de eventos ligados à cultura. Pesquisando sobre sua esposa, Solange Walborg Magalhães, encontrei um documento digitalizado, arquivado no Instituto Antônio Carlos Jobim, no arquivo de Lúcio Costa, em que a

¹⁶¹ Coordenação-geral de Pesquisa e Documentação do IPHAN.

¹⁶² DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

¹⁶³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007, p. 48.

¹⁶⁴ IANNA, A.; LISSOVSKY, M. ; SÁ, P. S.M . A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In.: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, VOL. 10 – 14, Nº 2. Jul – dez. 1986, p. 73.

¹⁶⁵ Descrição do Arquivo Aloísio Magalhães. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1291%3Aaloisio-magalhaes&catid=76&Itemid=721. Acesso em: 09.09.2011.

viúva pedia ao arquiteto, então diretor do SPHAN, a doação dos documentos de Aloísio Magalhães à Fundação Joaquim Nabuco. Dizia a carta:

Caro Amigo,
 Carolina, Clarice e eu doamos à Fundação Joaquim Nabuco os documentos que irão compor o arquivo Aloísio Magalhães.
 A Fundação mantém, no CEHIBRA - Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira, entre suas atividades de apoio à pesquisa, um serviço de organização técnica e conservação de arquivos históricos estruturado em torno de personalidades que se destacaram em torno de suas respectivas áreas de atuação.
 Venho sugerir que apoiem este Projeto, doando também à Fundação os documentos que possuem referentes a Aloísio Magalhães que julguem ser representativos.¹⁶⁶

As intenções de Solange Magalhães para a formação do Arquivo Aloísio Magalhães podem ser comparadas à interferência de Berta Ribeiro, esposa de Darcy Ribeiro, que organizava os arquivos do marido¹⁶⁷. Apesar de não ter conhecimento da vontade de Aloísio de formar esse arquivo, compreendo o papel de sua viúva na constituição de sua memória documental.

Fosse intenção de Aloísio ou vontade de Solange, a presença dos arquivos privados nas instituições de guarda de arquivos privados foi um movimento crescente nas três últimas décadas do século XX,¹⁶⁸ num movimento de valorização desse conjunto de fontes. A própria Fundação Joaquim Nabuco tem uma base de dados, intitulada “persona”, constituída de arquivos privados em que se destacam os arquivos de Joaquim Nabuco e Aloísio Magalhães¹⁶⁹.

A presença desses documentos institucionais me chamou atenção e contribuiu também com a nossa opção pelo arquivo do CEHIBRA / FUNDAJ, em lugar

¹⁶⁶ Carta de Solange Magalhães a Lúcio Costa, em 26 de Junho de 1985. Arquivo Lúcio Costa. Disponível em: < <http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2910>>. Acesso em: 10.jan. 2013. Na carta, a viúva indica três endereços para a doação dos documentos, o endereço da FUNDAJ, outro no Rio de Janeiro e um terceiro em Brasília. Provavelmente, Lúcio Costa mandou os documentos para outro endereço que não da FUNDAJ e, por isso, não constam como cedentes no inventário do acervo.

¹⁶⁷ HEYMANN, Luciana Quillet. **O arquivo utópico de Darcy Ribeiro**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, jan – mar. 2012, p. 261 – 281.

¹⁶⁸ GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹⁶⁹ Também são destaque os arquivos de Mauro Mota, Ascenso Ferreira, Dom Vital, André Rebouças, Manoel Borba, Delmiro Gouveia e Noel Nutels. Disponível em: < http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=341>. Outros exemplos são da doação do arquivo privado de Virgílio Távora, doado ao Arquivo Público do Estado do Ceará, em 2000, e a criação da Fundação Darcy Ribeiro, em 1996, em que seu arquivo privado juntamente com o de sua ex-esposa, constituíram parte fundamental.

do arquivo da COPEDOC. Pois, enquanto que para os arquivistas do CEHIBRA importava somente saber que a cedente dos documentos foi a viúva, para mim, como historiadora, cabiam as questões sobre vários documentos que imaginava encontrar somente em Brasília. Precisei buscar no material empírico alguma relação de descontinuidade para formular novas questões, das quais nem todas obtive respostas¹⁷⁰.

O trabalho empírico do historiador Rusen qualifica as nossas fontes como “tradição” e “resíduo”. Sendo as primeiras aquelas que “carregam em si vestígios da intenção de lembrarem aquilo que manifestam. E os “resíduos”, ao contrário, não tiveram essa intenção; “sem estar dotados de qualidade própria aos construtos de sentido, testemunham que algo foi o caso, mas não que tenham sido dessa ou daquela forma, ou como deva ser considerado historicamente.”¹⁷¹. De início, pensei as fontes, tanto do arquivo Aloísio Magalhães, como do Livro *E Triunfo?* como os “resíduos”, pois a forma como estão postas, parecem não impor a forma como devam ser consideradas. Porém, a intencionalidade revelada nesses arquivos me fez pensar nas fontes qualificadas como “tradição”, pois muitas vezes compreendi que essas fontes se oferecem à história, na tradição, já como história.¹⁷² E podem ser consideradas “tradição” por se mostrarem como monumento, uma vez que sua doação por si só já demonstra a intenção de se rememorar.

Alerte Farge fala em seu texto, *O Sabor do Arquivo*¹⁷³, sobre o objetivo do arquivo. Com qual finalidade o arquivo foi composto? Como o arquivo em questão foi composto por outros arquivos, podemos dizer que teve mais de uma finalidade em momentos diferentes.

Aliás, o gesto da doação também envolve uma produção da imagem, seja pelo colecionador ou pela família (como é o caso do Arquivo Aloísio Magalhães), seja pela instituição de memória. O gesto de doação está ligado à vontade de ser notado. “Do ponto de vista da memória não se exhibe o que não se revela, não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação da imagem.”¹⁷⁴

¹⁷⁰ Pesquisamos sobre a vida de Solange Magalhães e encontramos respostas a cerca do arquivo de Aloísio. Porém, a vida de sua companheira e a forma como ela influenciou na carreira de Aloísio, ainda é objeto passível de investigação.

¹⁷¹ RUSEN, Jorn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 122.

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ FARGE, Alertte. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

¹⁷⁴ IANNA, A.; LISSOVSKY, M. ; SÁ, P. S.M . A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In.: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, VOL. 10 – 14, Nº 2. Jul – dez. 1986, p. 69.

Na listagem de documentos¹⁷⁵ doados para compor o Arquivo Aloísio Magalhães, constam três doadores. A própria viúva, Solange Magalhães, guardava a maior parte dos documentos, dentre os quais os documentos civis pessoais de Magalhães como identidade; certidões; contratos; correspondências; fotografias; contratos; ofícios, entre outros. Dentre os documentos doados por Solange estão aqueles cedidos por Lúcio Costa, então diretor do IPHAN.

A parte doada por João de Souza Leite (um amigo de Magalhães e seu colega no CNRC e no IPHAN) é subdividida por envelopes, contendo documentos do CNRC e do IPHAN. Alguns até repetidos em relação aos que apareciam na lista de Solange Magalhães, como, por exemplo, os Relatórios Técnicos do CNRC.

Há ainda uma sucinta lista dos documentos cedidos por Maria de Lourdes Guimarães Ribeiro, colega de Aloísio no TEP e no Gráfico Amador. Todos os documentos doados por ela se referem ao Gráfico Amador, porém, Maria de Lourdes também fez doação direta à FUNDAJ com outros documentos ligados ao TEP.

Em 1989, a Fundação de Cultura Cidade do Recife, solicitava à FUNDAJ que fosse feita duplicação deste arquivo e a doação à Galeria Municipal Aloísio Magalhães¹⁷⁶. A resposta da Fundação foi de que não era recomendável fazer duplicação daquele acervo, por isso, encaminharam à Galeria uma listagem completa com os documentos referentes a Aloísio Magalhães que estavam arquivados no acervo da FUNDAJ.¹⁷⁷ Visitando os dois espaços percebemos, por motivos básicos (como disponibilidade de pessoal para organizar o arquivo e adequação de ambiente para armazenar a documentação), que a Galeria (atual MAMAM) tem menor estrutura para abrigar aquele volumoso arquivo.¹⁷⁸ Tendo o acervo de sua biblioteca ficado somente com a Relação de Obras¹⁷⁹ enviadas pela FUNDAJ juntamente com o documento que nega a possibilidade de duplicação do arquivo.

Atualmente, na Fundação, os documentos não estão mais disponibilizados segundo o formato da Relação de Obras (divididos por doadores). Como estes foram classificados de forma diferente da original do ato da doação, percebemos uma

¹⁷⁵ Relação de obras no da FUNDAJ. Documento arquivado no MAMAM. Anexa à carta de resposta da FUNDAJ ao MAMAM, em relação ao pedido de envio de cópia do Arquivo.

¹⁷⁶ Atual Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – MAMAM.

¹⁷⁷ Relação de obras no acervo da FUNDAJ. Documento arquivado no MAMAM. s/data.

¹⁷⁸ Deixando de mão os prováveis motivos para a negação ao pedido da Galeria (uma atitude prática, por considerar os custos, para se fazer essa duplicação, ou uma certa disputa de poder), percebemos, em visita ao MAMAM, que o local é de fato mais preparado para as exposições de obras de arte do que para guardar acervos desse tipo, tanto por sua estrutura física, quanto por sua localização.

¹⁷⁹ Relação de obras no acervo da FUNDAJ. Documento arquivado no MAMAM. s/data.

característica apresentada por Camargo e Goulart, que é a liberdade que tem o curador de arquivos pessoais para organizá-los de forma a atender às demandas da pesquisa¹⁸⁰. No caso, a coleção ganhou tratamento arquivístico e foi subdividido em “correspondências” (ativa, passiva, falecimento, terceiros), “documentos pessoais”, “produção intelectual”, “recortes de jornais” e “miscelânea”.

Este arquivo foi composto de outros arquivos¹⁸¹, pessoais e institucionais. E, ao meu olhar a intenção da principal doadora, Solange Magalhães, era que este servisse à comunidade de pesquisadores interessados em assuntos da Cultura. Por não estarem disponibilizados em seu formato original, não podemos afirmar que a coleção dos documentos de Magalhães tenha sido feita com a intenção de virar um arquivo. Essa intenção, porém é percebida no livro “E Triunfo?” e declarada nos documentos referentes ao CNRC.

Nenhum documento pesquisado fala que fosse vontade de Aloísio ter seus documentos doados à Fundação Joaquim Nabuco, apesar de vários outros mostrarem a sua relação com Gilberto Freyre, criador da Fundação. Contudo, me pareceu que, em Recife, a FUNDAJ seria o local mais apropriado para se formar um arquivo sobre Aloísio Magalhães.

Aliás, a opção pela cidade natal de Aloísio Magalhães também remete à reflexão do texto “A Cidade Atenta”, em que a historiadora, pesquisando o Arquivo Judiciário¹⁸², em Paris, explora todo o ambiente do arquivo. Nesse texto, em que o arquivo é o seu objeto, a autora não deixa de atentar para os espaços, como a sala de leitura, onde qualquer atitude não usual dos pesquisadores os faz parecerem indivíduos exóticos. Porém, o que mais nos causou identificação foi a sua percepção quanto ao espaço urbano em que se insere o arquivo. A cidade é vista pela autora “tal como um personagem, residente inteiramente nos atores que a habitam e a amoldam, feita de modos de sociabilidade que condizem com seu aspecto [...]”. (FARGE, 2009, p.29-30).

A partir da perspectiva de Farge, surge a reflexão sobre o Recife, em que o espaço da cidade é tomado como personagem. A cidade em que Aloísio Magalhães

¹⁸⁰ CAMARGO; GOULART, 2007.

¹⁸¹ Segundo Camargo e Goulart, os arquivos pessoais foram encarados pelos clássicos autores da arquivística como complementares, sendo consideradas “coleções de documentos”. CAMARGO E GOULART, 2007.

¹⁸² Especializada em estudos da França do século XVIII, Farge aprofundou-se nos Arquivos da Bastilha, custodiados pela Biblioteca Nacional da França. Seu texto discorre sobre a relação entre o historiador e o arquivo, quando o objetivo dessa relação é a escrita da História. JARDIM, J. M. Sabores e saberes dos arquivos. In.: **Ponto de Acesso**. Salvador, V.5, n.1, p.109-111, abr 2011.

cresceu é também capital responsável por sua formação. Nesse caso, encarei como um personagem, mais especificamente, a localização do nosso Arquivo.

A Fundação Joaquim Nabuco foi criada a partir de um Projeto de Gilberto Freyre, então deputado federal. Na ocasião da comemoração do centenário de Rui Barbosa, em 1947, o escritor regionalista lembra antecipadamente do centenário de Joaquim Nabuco que aconteceria em 1949 e programa atividades a fim de enaltecerem a figura de Joaquim Nabuco como “reformador social”. Em 1948, Freyre defende na Câmara dos Deputados a criação de um Instituto de Pesquisa que levasse o nome de Joaquim Nabuco. A proposta era ir além das cerimônias festivas¹⁸³.

Desta forma, foi criado, em 1949, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, instalado em algumas salas cedidas pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Em 1952, o Instituto passou a sediar um prédio, no bairro de Apipucos, na Avenida Dezanove de Agosto, em terreno desapropriado naquele mesmo ano pelo deputado Gilberto Freyre.

A escolha do local onde seria a futura FUNDAJ, certamente não se deu por acaso. Além de situar-se na principal rua do bairro bucólico e tradicional, o prédio é vizinho à Vivenda Santo Antonio de Apipucos¹⁸⁴, a Casa-grande onde o próprio Freyre morava com sua família¹⁸⁵.

Segundo Ribeiro, “Freyre procurou manter distância do silêncio do passado. Fez de Apipucos o subúrbio maior, motivo de contemplação e dedicação intelectual.”¹⁸⁶ A Avenida Dezanove de Agosto hoje pode ser considerada um corredor cultural, marcada pelo Museu do Homem do Nordeste, também fundado por Gilberto Freyre, em 1979, que compõe a FUNDAJ, passando pelo conjunto arquitetônico formado pela igreja e pelo casario oitocentista, temos quase ao fim da Avenida o Instituto de Documentação e a Sede da FUNDAJ, e sua vizinha, a Vivenda Santo Antônio, ou Casa-Grande de Gilberto Freyre, logo à frente estão o Açude Apipucos e a Várzea do Capibaribe¹⁸⁷.

¹⁸³ FUNDAJ. Histórico Fundaj. Página da Fundação Joaquim Nabuco. A Fundaj. Histórico. Disponível em: < http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=129>. Acesso em: 25 mar 2013.

¹⁸⁴ Atual Fundação Gilberto Freyre.

¹⁸⁵ Fundação Gilberto Freyre. Disponível em: <http://www.fgf.org.br/casamuseu/casamuseu.html>. Acesso em: 25 mar 2013.

¹⁸⁶ RIBEIRO, 2006, p. 06.

¹⁸⁷ Página da Prefeitura do Recife. Secretaria de Turismo. Disponível em: < <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secturismo/atrativos.php> >. Acesso em: 25.03 2013.

Os detalhes sobre o entorno da Fundação onde o arquivo está depositado mostram os possíveis significados que o lugar teria para Aloísio Magalhães. Ou, mesmo, para quem fez o Arquivo, no caso, a viúva que juntou os documentos e doou já denominando-os como o Arquivo Aloísio Magalhães.

A partir deste arquivo e do livro “E Triunfo?” é possível perceber como Magalhães construiu sua trajetória na administração cultural, ou, pelo menos, o que se guardou dessa trajetória. No arquivo são encontrados documentos pessoais e institucionais. Em alguns momentos é interessante perceber a tipologia desses documentos, como os honoríficos, comuns entre pessoas de altos cargos públicos. São, geralmente, os discursos, como entrevistas, conferências, depoimentos, foram escolhidos pelo próprio Aloísio, para serem publicados em formatos de livro.¹⁸⁸

Apesar da versão final do livro, intitulado “E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil”, ter sido organizado por seu amigo, Joaquim Falcão, a obra pode ser interpretada, do ponto de vista da arquivística, como um “egodocumento”. Quer dizer, documentos em que o autor escreve sobre si mesmo. Essa é a tipologia utilizada por Camargo e Goulart¹⁸⁹ para estudar a sociedade que produz e acumula os seus documentos.

Sobre a questão da memória individual, Le Goff relaciona sua expansão ao crescimento da memória escrita já na Renascença. Para ele, o aparecimento da imprensa revolucionou as possibilidades de memória no Ocidente, pois o impresso ampliava enormemente a quantidade de textos que iriam compor a memória coletiva e esta possibilitaria a memória individual.¹⁹⁰

Para Gomes, este tipo de documento está ligado a um fenômeno do mundo moderno que se convencionou chamar de “produção de si”, que é a relação do indivíduo moderno e seus documentos, aliado ao movimento da literatura no século XVIII. Porém, a autora ressalta que foi no século XIX o apogeu da prática autobiográfica, “não por

¹⁸⁸ Na série de documentos intitulada “Produção Intelectual”, existe uma pasta com os textos que viriam a ser o livro “E Triunfo?”.

¹⁸⁹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

¹⁹⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In.: **História e Memória**. 5ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 419 – 476.

acaso, o século da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denomina, em literatura, romance moderno.”¹⁹¹

No caso do livro “E Triunfo?”, Aloísio realiza uma constituição si, quer dizer, mesmo não sendo, diretamente, uma escrita de si (como uma autobiografia), é a constituição de uma memória de si, com o recolhimento de objetos de si, no caso, os discursos do próprio Aloísio, com intenção de formar uma coleção específica em que o autor fala sobre a questão dos bens culturais no Brasil. Aqueles documentos que se pretendem explicitamente falar sobre a memória de uma nação, também falam da memória individual de seu autor.

Nesta publicação, podemos dizer ainda que outros organizadores contribuíram para a constituição da memória de Magalhães a partir de seus discursos:

[...] o título dado ao presente volume nada mais é do que o reconhecimento, por parte dos organizadores, da força seminal dessa interrogação. E o livro, montado um pouco à maneira dos cartemas inventados pelo próprio Aloísio Magalhães, é em si mesmo provavelmente um conjunto de cartemas verbais, uma colagem de fragmentos distribuídos por áreas autônomas de gravitação e, espera-se, articulados entre si. A intenção é registrar os desdobramentos da pergunta inicial e as respostas buscadas nos planos teórico e prático. [...] seja dito finalmente que não se tentou disfarçar o tom oral desses textos, até porque o seu autor teria considerado essa tentativa uma imperdoável infidelidade à letra e ao espírito do seu discurso.¹⁹²

De certa forma, é possível comparar o livro organizado por Aloísio Magalhães com os *hypomnematas* utilizados nos séculos I e II. Os *hypomnematas* eram livros de registros, ou agenda que serviam como livro da vida ou guia de conduta, nele se registravam citação, testemunhos, debates que se tivesse ouvido ou que viesse à memória. Para Foucault, com a prática de se produzir esses registros se dava a constituição de um equipamento de discursos a que se podia recorrer. Tratava-se de “[...] captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si.”¹⁹³

Em “E Triunfo?” todos os textos de Aloísio Magalhães tratam da questão da cultura no Brasil. Apesar de alguns versarem sobre a cultura no geral, incluindo

¹⁹¹ GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.11.

¹⁹² Nota preliminar de E Triunfo?. in: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 15 – 16.

¹⁹³ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In.: **O que é um autor?**. Lisboa: Passagens. 1992, p. 136.

temas como a educação e o turismo, a maioria dos textos fala do CNRC, do IPHAN e da Secretaria de Cultura, em especial da administração de Magalhães nesses órgãos.

Se o produto final deste livro não é, por assim dizer, um “egodocumento”, pelo menos aos historiadores mostra a nítida intenção de Aloísio Magalhães de organizar e disponibilizar esses documentos para que se pesquisasse sobre sua vida, especialmente sobre sua atuação política.

Em texto sobre o “arquivo de si”, Roudinesco fala da relação dos arquivos pessoais como um narcisismo:

[...] quanto mais o mundo é unificado por uma economia de mercado, e portanto, pelas ilusões de uma universalidade enganadora, mais a afirmação narcísica progride, como manifestação de uma pretensão do eu de se diferenciar da massa para melhor se adaptar a ela: movimento estranhamente paradoxal.¹⁹⁴

A historiadora e psicanalista, falando ainda sobre o arquivamento de si, afirma que a prática denota uma afirmação de si, característica da burguesia e de seu elitismo hierárquico. A partir desses arquivos, membros de uma elite fantasiam sua própria imagem. O arquivo de Aloísio também pode ser interpretado diante da perspectiva de Roudinesco, em que esse tipo de arquivo, comum no último quartel do século XX, era também um culto do narcisismo, que funcionava como “uma autoanálise, ou uma autoterapia, fundada numa valorização da imagem de si”.¹⁹⁵

Gomes ressalta a necessidade de se observar as circunstâncias da vida da pessoa ou do grupo que estimulam a prática da escrita de si como constituição de “lugar de memória”. “É o caso dos textos [...] que se voltam para o registro de fases específicas de uma vida, como viagens, estadas de estudo e trabalho, [...], enfim, um período percebido como excepcional.”¹⁹⁶ O que está claro no livro “E Triunfo?”, inclusive falado por seus organizadores, é mostrar através dos discursos de Magalhães sua trajetória no âmbito das políticas culturais.

Gomes também fala dos textos que se atém ao caráter profissional com linguagem distante da escrita íntima, mas que não deixam de ser escrita pessoal. O livro “E Triunfo?”, que consideramos uma coletânea com uma intencionalidade mais específica, trata claramente da trajetória profissional de Magalhães, tendo como uma

¹⁹⁴ ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 53

¹⁹⁵ Ibidem. p. 08.

¹⁹⁶ GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

das exceções um texto, de José Laurênio de Melo¹⁹⁷, em que se percebe um tom mais pessoal (e saudosista), sendo o autor desse texto amigo de Aloísio e colega do TEP do Gráfico Amador e do CNRC. Já as cartas do Arquivo da FUNDAJ mostram um pouco de como se confundem as questões públicas e privadas, por exemplo, na série “cartas pessoais”, no período em que Aloísio está na administração cultural, serem repletas de cartas em que se misturam formalidades com felicitações pessoais. É possível encontrar nesta série diversos telegramas com felicitações por aniversário, pela criação do CNRC e pelo cargo de confiança no SPHAN, agradecimento por textos, participações em palestras e convites para participação em diversos eventos, além de propostas de convênios com o CNRC, informes sobre fusão do CNRC com o IPHAN, artigos e relatórios.¹⁹⁸

Essa reflexão sobre o arquivo surgiu em um momento no qual nos brotavam diversas questões a respeito da lida com os meus documentos. Referio-me como “meus documentos” para indicar aqueles que selecionamos para, de fato, contribuírem com nossa pesquisa. Aqueles que fotografamos e que pensamos citar.

Esse momento, comentado por Farge como “retorno dos arquivos”, é aquele em que, “depois do prazer físico da descoberta do vestígio vem a dúvida mesclada à impotência de não saber o que fazer dele.”¹⁹⁹ A autora fala também do nosso conflito quando nos deparamos com um arquivo abundante como o de Aloísio Magalhães: “a paixão de recolhê-lo inteiro, de oferecê-lo integralmente à leitura, [...], e a razão que exige que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido. É entre a razão e a paixão que se decide escrever a história a partir dele.”²⁰⁰

Foram “achados” como a planilha com alguns resultados de estudos do CNRC, a carta de Solange Magalhães pedindo doação de Lúcio Costa ao Arquivo Aloísio Magalhães, o texto de proposição da cidade de Olinda a Patrimônio Mundial e imagens como as do Gráfico Amador e da Reunião sobre as cidades Históricas, em Missões, exemplos de documentos que despertaram essa paixão. Até a razão questionar o significado daquela foto de Magalhães caminhando em frente à famosa ruína da cidade de Missões. Qual sentido que aquela foto tinha para a nossa pesquisa?

¹⁹⁷ MELO, José Laurênio de. Lembrança do amigo. In.: **E Triunfo?:** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 31 – 35.

¹⁹⁸ Documentos diversos da série Cartas Pessoais, do Arquivo Aloísio Magalhães.

¹⁹⁹ FARGE, 2009, p. 18.

²⁰⁰ FARGE, 2009, p.21

Essas questões sobre nosso trabalho empírico, que geralmente é realizado nos arquivos, e que são comuns a tantos historiadores, mas que nem sempre são expostas. O aprofundamento da discussão sobre o arquivo pesquisado é pertinente também para esclarecer a opção pelo Arquivo da FUNDAJ.

2.3 A construção o Centro Nacional de Referência Cultural

Desde sua criação, como grupo de estudo, o Centro Nacional de Referência Cultural partia do conceito de “bem cultural”. Um conceito novo que não excluía a compreensão de “patrimônio histórico”, trabalhado pelo IPHAN, mas buscava uma compreensão maior dos bens que precisavam ser conhecidos e protegidos. Esses bens seriam definidos como tal a partir da noção de “referência cultural”. Sobre “referência cultural” nos fala o antropólogo Antônio Arantes:

Referência é um termo que sugere remissão; ele designa a realidade em relação à qual se identifica, baliza ou esclarece algo. No caso do processo cultural, referências são as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade. São referências os marcos e monumentos edificadas ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares que a vida social atribui reiteradamente sentido diferenciado e especial: são aqueles considerados os mais belos, os mais lembrados, os mais queridos, os mais executados.²⁰¹

O trecho foi retirado de uma palestra, em 2004, quando Arantes estava à frente do IPHAN. Em sua fala ressaltou como a expressão “referência cultural” cunhada por Magalhães ganhou sentido para a gestão dos bens culturais e preservação da memória. E como a noção de referência cultural buscava algo muito mais amplo na preservação cultural, que ia além dos bens tombados por sua anciandade ou por uma beleza artística. São consideradas referências os marcos, assim como os monumentos e as práticas, assim como os objetos.

Para uma melhor compreensão do conceito de referências culturais como utilizou Aloísio Magalhães, é relevante refletir sobre o fenômeno que ele chamou de “achatamento do mundo”: “Uma espécie de fastio, monotonia, achatamento de valores

²⁰¹ ARANTES, *Patrimônio Imaterial e Referências Culturais*, 2004, p.9.

causado pelo próprio processo de industrialização muito acelerado e sofisticado. O mundo começou a ficar muito chato.”²⁰²

Segundo Magalhães, uma das consequências desse achatamento do mundo é a perda ou diminuição de caracteres próprios das culturas. Pois, para o *designer*, a tecnologia do produto industrial e a tecnologia da comunicação audiovisual induziriam ao consumo de produtos padronizados. Assim, a união do produto massificado com a comunicação massificada que gera uma falsa integração, contribuiria para o fenômeno da perda da identidade. De forma que “alguns países alcançaram rapidamente alto índice de desenvolvimento tecnológico, em detrimento a uma antiga tradição de natureza artesanal”²⁰³. Esse processo de “achatamento do mundo” pode ser associado com o que fala Stuart Hall sobre as transformações culturais decorrentes do processo de globalização:

[...] um tipo diferente de mudança estrutural [...] transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecidas sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (HALL, 2003, p. 9)

Nos discursos de Aloísio a respeito das transformações de identidade, ele dizia ser ciente de que a identidade de um indivíduo ou de um grupo é mutável, porém, sem uma afirmação de sua cultura própria, os indivíduos e principalmente os grupos se tornavam vulneráveis aos produtos externos que lhes chegavam através da globalização, o que os faria perder suas características culturais para ganharem novas características globais. Era o resultado do fenômeno da globalização que lhe causava o fastio e a monotonia.

Segundo Magalhães, as variações do achatamento do mundo se davam em diferentes graus, em diferentes países e comunidades. O caso do Brasil, por exemplo, seria bem delicado, pois o país é detentor de cultura jovem, ou seja, ainda há assimilação das culturas de nossa formação original (indígena, portuguesa e africana),

²⁰² Entrevista à Elias Farjado Fonseca intitulada “Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. O produto brasileiro começa a ter desenhada a sua fisionomia”. In.: O Globo, 5 de janeiro de 1977, p.41; in.: **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p.115

²⁰³ MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 55.

além dos novos ingredientes que são continuamente acrescentados, de forma que seriam ainda frágeis os indicadores de identidade cultural (buscar documentos que falam desse assunto). A fragilidade desses indicadores, para Magalhães, estaria ligada à falta de autonomia e soberania que, segundo Ianni, também é decorrente da globalização:

As nações transformaram-se em espaços, territórios, ou elos da sociedade global. [...] Na medida em que se desenvolve, a globalização confere novos significados à sociedade nacional, como um todo e suas partes. Assim como cria inibições e produz anacronismos, também deflagra novas condições para uns e outros, indivíduos, grupos, classes, movimentos, nações, nacionalidades, culturas, civilizações. Cria outras possibilidades de ser, agir, pensar, imaginar. Quando visto em perspectiva ampla, de longa duração, o estado-nação logo se revela um processo histórico problemático, contraditório e transitório. Houve época em que se definia pela soberania real e almejada, ampla ou limitada. Nos tempos da sociedade global, modifica-se mais uma vez, mais agora radicalmente. Pouco a pouco, ou de repente, transforma-se em província da sociedade global.²⁰⁴

Para Magalhães, assim como para Ianni, teria sido especialmente a globalização da economia capitalista, com a divisão social do trabalho, a “planetarização” dos circuitos de decisão, que alterou a produção de vários países considerados de terceiro mundo e ainda os que caminhavam para o título de país “em desenvolvimento”. E foi diante desse fenômeno que ele chamou de “achamento do mundo”, que Magalhães chamava atenção para alguns produtos culturais brasileiros, como a produção da cerâmica de Tracunhaém, a tecelagem do Triângulo mineiro e a confecção dos objetos de pneus reciclados.

Almejando caminhar em sentido oposto ao fenômeno de “achamento do mundo”, Aloísio acreditava na busca pela referência cultural, como forma de se conhecer e preservar a própria identidade cultural. A expressão “referência cultural” traz uma forma flexível de ver a cultura. Era um conceito mais próximo da nova antropologia, que entendia que a cultura estava em constante mudança, portanto impossível de ser cristalizada.

Segundo Fonseca, quando se fala em *referências culturais*, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido. Essa perspectiva veio deslocar o

²⁰⁴ Ianni, O. **A era do globalismo**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p

foco dos bens (que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico) para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores.²⁰⁵

Para Fonseca, a preocupação em salvaguardar essas práticas é explícita quando Magalhães diz “nossa intenção não é só observar e documentar, mas fazer com que ela tenha uma continuidade. Não iremos alterar o gosto e comportamento dos tecelões, o que seria perigoso, mas iremos tentar mostrar qual o passo que eles devem dar no sentido de uma dinâmica maior.”²⁰⁶ A intenção era de criar forças para que comunidades, como a dos tecelões do triângulo mineiro, resistissem à invasão de novas tecnologias, na busca de promover experiências culturais de vários segmentos sociais como expressão da cultura nacional.

O Centro Nacional de Referência Cultural foi criado em 1975, como grupo de trabalho que tinha como projeto inicial a própria consolidação do Centro que tivesse um espaço físico para funcionar, projetos de pesquisa e órgãos conveniados para efetivar os projetos, quer dizer, o primeiro projeto foi o da criação de um grupo para então se buscar a viabilização de um produto industrial com características nacionais.²⁰⁷

Em 1975 essa consolidação foi conseguida e o CNRC começou a funcionar já com quatro programas de estudo: o “Mapeamento da Atividade Artesanal”, os “Levantamentos sócio-culturais”, a “História da Ciência e da Tecnologia no Brasil”, e os “Levantamentos de Documentação sobre o Brasil”.²⁰⁸

Para Anastassakis, a noção de projeto que tinha Aloísio vem do conceito da sua experiência profissional como design.²⁰⁹ Aloísio teria preservado o hábito de trabalhar com vários projetos, sendo o próprio CNRC um grande e audacioso projeto de “referenciamento” da cultura brasileira, que funcionou durante os três primeiros anos, junho de 1975 a maio de 1978 em fase de experimentação²¹⁰.

²⁰⁵ FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

²⁰⁶ Entrevista A Elias Farjado Fonseca intitulada “Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. O produto brasileiro começa a ter desenhada a sua fisionomia”. In.: O Globo, 5 de janeiro de 1977, p.41; in.: **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 118.

²⁰⁷ ANASTASSAKIS, Z. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS, 2007.

²⁰⁸ Cronologia dos acontecimentos articulados por Aloísio Magalhães ao nível dos órgãos públicos. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 37 – 44.

²⁰⁹ ANASTASSAKIS, 2007, p. 28.

²¹⁰ CNRC. **Quatro anos de Trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural**. Brasília, 1979. Arquivo Aloísio Magalhães, série Produção intelectual, pasta 06, documento 45.

Chama a atenção essa proposta do “referenciamento”, pois o CNRC foi composto por um grupo de intelectuais, que na década de 1970 não estavam pensando em “cristalizar” objetos ou práticas memoráveis do país. O que os técnicos do CNRC traziam em sua proposta era uma valorização do produto cultural brasileiro. Para tanto, era necessário, primeiramente conhecer este produto.

O projeto do CNRC tinha como objetivo estudar as formas de vida e as atividades pré-industriais que estivessem desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizarem-se. João de Souza Leite também relaciona os projetos de cultura e memória formulados pelo CNRC com a atuação de Aloísio na área do *design*.

A ação do projeto encontra-se ancorada em algum tipo de intencionalidade; em última análise, projetar implica planejar e definir com orientação ao futuro. A ação de projeto implica uma apropriação compreensiva da natureza do problema a ser enfrentado. Isso significa, para o sujeito dessa ação, sujeitar-se à apreciação da situação de projeto por meio de um olhar variante, sem precisão predeterminada, de modo a apreender suas múltiplas faces. Assim se revela o aspecto multidisciplinar característico ao ato de projetar em design.²¹¹

O contato de Aloísio com o design moderno aconteceu em 1957, na Philadelphia Museum School of Art, onde conheceu Eugene Feldman. Segundo Leite (2003), as viagens pelos Estados Unidos, especialmente à Yale University e ao Pratt Institute, de Nova York, ajudaram Aloísio a consolidar essa experiência com as artes gráficas através da noção de projeto.

Os estudos do Centro eram feitos a partir dos projetos que recebia. Esses projetos eram, geralmente, de grupos acadêmicos ou dos próprios técnicos do Centro. O grupo multidisciplinar, com profissionais da educação, da arte, do desenho, da matemática, entre outras áreas, pretendia chegar a “um certo nível de amostragem dos problemas brasileiros”²¹².

Dentro dos diversos projetos do CNRC, os referentes ao artesanato são os que deram mais visibilidade para o Centro. Podemos notar, por exemplo, nos trabalhos acadêmicos (exemplo de Zoy, Sabino, etc.) e outras obras referentes ao CNRC. Apesar

²¹¹ LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003.

²¹² Ibidem, p.117.

de, como vimos no capítulo anterior, o CNRC aceitar projetos de ecologia, música, matemática²¹³.

O próprio Magalhães falava de sua influência pelo *design*: “O desenho industrial me obrigou a ser mais pragmático, a ter um contato mais direto com o meio social, a aceitar muitos limites. [...] Acabei descobrindo que a cultura não é eliminatória, mas somatória.”²¹⁴

O método de trabalho do CNRC também trouxe uma proposta diferente daquela utilizada pelos órgãos ligados à cultura e à preservação da memória, pois o Centro pretendia não “importar fórmulas prontas de preservação”, e sim buscar dentro das comunidades as formas de preservar os bens culturais. Em entrevista ao Jornal O Globo Aloísio dizia:

Nossa intenção é não fazer, de cima para baixo, a adoção de fórmulas de trabalho, que poderiam ser artificiais. É tentar, pelo contrário, vir de baixo para cima e, ao entrar em contato com as nossas diversas realidades culturais, achar a maneira mais lógica de operar.²¹⁵

O Centro teve quatro programas que se desenvolveram simultaneamente ao longo de quatro anos. O programa do Artesanato, os Levantamentos Sócio-Culturais, a História da Tecnologia e da Ciência no Brasil e os Levantamentos de Documentação sobre o Brasil.²¹⁶

O objetivo maior do CNRC era a construção de um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira. O Centro amparava-se no conhecimento obtido junto às populações sobre determinados modos de fazer, conhecimentos experimentais e técnicas de preparo. Esse material, após analisado, era devolvido às suas comunidades na forma de produto, agora com maior condição de desenvolvimento apropriado²¹⁷.²¹⁸

²¹³ CNRC. **Quatro anos de trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural**. Brasília, 1979. Arquivo Aloísio Magalhães, série Produção intelectual, pasta 06, documento 45.

²¹⁴ MAGALHÃES. in.: LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003. (org), 2003.

²¹⁵ Entrevista a Elias Farjado Fonseca intitulada “Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. O produto brasileiro começa a ter desenhada a sua fisionomia”. In.: O Globo, 5 de janeiro de 1977, p.41; in.: **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p.116 – 117.

²¹⁶ “O trabalho do Centro Nacional de Centro de Referência Cultural”, Anexo, in.: **E Triunfo?**. A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 66 – 71.

²¹⁷ A metodologia desenvolvida pelo CNRC foi, em 1979, incorporada à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPm) do IPHAN, quando Aloísio Magalhães assumiu a direção do Instituto. Atualmente, podemos perceber a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais, utilizado para

O trabalho do CNRC era composto de quatro estágios: a *identificação* do fenômeno como relevante, subentendendo a interação para conhecimento de sua dinâmica própria; a *memorização*, ou *registro*, que registrava, através dos instrumentos adequados ou mais convenientes; a *indexação*, que utilizava metodologia descritiva, para resultar em “memória” daqueles processos; e a *devolução* à comunidade pela ação mais adequada a cada caso.²¹⁹

De forma que as três primeiras fases que compunham um processo (identificação, memorização e indexação) eram de descrição para a amostragem, destinados à formação de um banco de dados, enquanto a última etapa, a da devolução, sempre trazia a perspectiva da dinamização para as práticas que estivessem em risco de desaparecimento.

Os projetos do Centro eram classificados conforme os aspectos em que se manifestavam seus objetos e conforme o nível de abordagem das pesquisas. Assim eram divididos em “A”, pelos níveis de abordagem do objeto, sendo A1 a relação mediata entre a pesquisa e a ação e A2 a relação imediata entre a pesquisa e a ação. A classificação “B” se referia aos aspectos da manifestação do objeto, sendo B1 as manifestações ativas do objeto e B2 as manifestações reflexivas do objeto²²⁰.

Um dos projetos do Centro que foi finalizado e que atingiu diferentes níveis de abordagem foi o de “Amaro de Tracunhaém”. O projeto foi idealizado e realizado pela equipe do CNRC, intitulado simplesmente “Cerâmica de Amaro de Tracunhaém”, contemplava o nível A1, que produziu como documentação fotos e depoimentos gravados, pretendia desenvolver um projeto de pesquisa para melhoria das condições de vida em Tracunhaém e preservação da sua cultura.

A segunda parte do projeto já se mostra com o título “Tracunhaém – Estudo sócio-econômico-cultural para melhoria da qualidade de vida da comunidade”, nesta etapa, trabalharam, juntamente com a equipe do CNRC, a Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, a SUDENE, o Instituto de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, a Secretaria de Trabalho e Ação Social, a Empresa Pernambucana de Turismo e a Fundação do Patrimônio Histórico de

documentar bens considerados patrimônio imaterial, como um instrumento de trabalho inspirado na metodologia do CNRC.

²¹⁸ FONSECA, 2000.

²¹⁹ MAGALHÃES, 1997.

²²⁰ Anexo de relatório não identificado do CNRC, intitulado “O produto e a produção cultural brasileira: diferentes níveis de sua abordagem e consideração”. Arquivo Aloísio Magalhães, Série: Produção Intelectual, pasta 05, documento 38.

Pernambuco, com um aprofundamento na análise da problemática sócio-econômica e cultural da cidade, com participação de entidades governamentais²²¹.

Essa fase A2 nos ilustra como era feita a interferência dos técnicos do CNRC, juntamente com outras entidades, conveniadas e não conveniadas, nas comunidades, na etapa chamada de *devolução*.

Alguns desses documentos produzidos e arquivados pelo CNRC podem ser comparados ao chamado “arquivo projeto” de Darcy Ribeiro²²², pois apesar de registrarem basicamente as práticas do passado, visavam ações futuras nos projetos de seus técnicos.

Dentro dessa perspectiva de documentar (e dinamizar) referências culturais, foram levados a efeito quase trinta projetos de pesquisa, tais como o Artesanato Indígena no Centro-Oeste, a Tecelagem Popular no Triângulo Mineiro, a Etnomucologia na área Nordeste, a Cerâmica de Tracunhaém, as Indústrias Familiares de Imigrantes em Orleans, a Reciclagem de pneus, o Estudo Multidisciplinar do Cajú²²³. Todos foram fotografados, gravados em vídeos, mas também seus relatórios finais circularam internamente em várias cópias. Estava explícita a intenção de Magalhães de produzir uma base de dados, em que fossem registradas práticas que podiam transformar-se rapidamente ou se perder.

A questão da preservação da memória também é explícita no Programa de Levantamentos de Documentação sobre o Brasil, em que foram levados a cabo projetos como o Estudo da Construção de Brasília, o Estudo sobre as Condições de vida no Rio de Janeiro na Primeira República, um Tesauro sobre a cultura brasileira (com coleta, análise e seleção de termos especificamente brasileiros referentes à cultura), indexação e microfilmagem da Documentação em Depósito no Museu do Índio, conceituação e classificação, solicitado pelo IPHAN de bem cultural “com objetivo de analisar, juntamente com analistas brasileiros, o problema do cadastramento dos bens culturais, móveis e imóveis, no Brasil.”²²⁴

²²¹ (CNRC, 1977)

²²² HEYMANN, Luciana Quillet. **O arquivo utópico de Darcy Ribeiro**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, jan – mar. 2012.

²²³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCACAO E CULTURA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, DF /SPHAN, 1980, p.46.

²²⁴ Anexo de relatório não identificado do CNRC, intitulado “O produto e a produção cultural brasileira: diferentes níveis de sua abordagem e consideração”. Arquivo Aloísio Magalhães, Série: Produção Intelectual, pasta 05, documento 38, p. 19.

Dessa forma, uma das interpretações possíveis, a partir do trabalho de Magalhães no CNRC, é de que este partia da compreensão de memória histórica e de memória coletiva²²⁵. A preservação da primeira, com a pontuação de datas e fatos, com grandes ou cotidianos acontecimentos da história do país, está presente nos Programas da “História da Ciência e da Tecnologia no Brasil”, e dos “Levantamentos de Documentação sobre o Brasil”, já a preocupação com a segunda é visível no “Mapeamento da Atividade Artesanal”, e nos “Levantamentos sócio-culturais”. A busca por apreender alguns modos de fazer, conhecimentos experimentais, técnicas de preparo e registrá-las através de textuais, fonográficos e fotográficos se revela uma prática de documentar processos ainda presentes na memória coletiva daquelas comunidades para que pudessem compor também uma memória histórica.

A memória coletiva, compreendida por Halbwachs

é o grupo visto de dentro e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana [...]. a memória coletiva é um painel de segurança, é natural que se convença que o grupo permaneça, que tenha permanecido o mesmo, por que ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que foram as relações ou os contatos do grupo com os outros. [...] as mudanças, ou seja os acontecimentos que ocorreram no grupo, se resolvem em semelhanças, pois parecem ter como papel pois parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, os diversos traços essenciais do próprio grupo.

A respeito da etapa de “memorização” ou “registro” é preciso contextualizar a metodologia utilizada no CNRC, sua perspectiva de registro com uma questão que diz respeito ao assunto falado no tópico anterior, a coleção dos documentos pessoais do próprio Magalhães, com o momento da chamada *revolução documental*, iniciado nos 1960. Para Le Goff, esse período foi de alargamento do conteúdo do termo documento. “Essa revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa.”²²⁶ Como diz Le Goff, é uma conversão do olhar histórico: “Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas [...]”.²²⁷

²²⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

²²⁶ LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p.531.

²²⁷ LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 466.

Aliás, para Le Goff essa conversão de olhar é partilhada pelo grande público, tanto pelos que temem uma perda de memória, quanto pela “moda retro” em que a memória se tornou objeto de consumo.²²⁸

A princípio, o CNRC não estava, nem compunha nenhum órgão do poder público de preservação cultural. Porém, possuía convênios com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Indústria e Comércio, do Interior, de Relações Exteriores, Caixa econômica Federal, Universidade de Brasília e Governo do Distrito Federal. As pesquisas sobre o artesanato e os levantamentos sócio-culturais eram os que mais demandavam a etapa da “devolução”, em que o Centro pretendia dinamizar os bens culturais em risco de se extinguirem em decorrência da globalização e da crescente industrialização. A devolução muitas vezes buscava uma interação com a economia das comunidades, como forma de “dinamizar” as práticas tradicionais e seus produtos.

Essa possibilidade de movimentar economias locais atraiu boa parte dos convênios do CNRC (após 1976, com a renovação dos convênios e criação de novos convênios). Célia Camargo fala que anos 1970 existia uma tendência na criação de centros de memória e documentação, sendo estes ligados diretamente ao universo acadêmico e até ao setor empresarial.

Os convênios do Centro foram os mais diversos, possibilitaram estrutura desde o espaço físico, apoio intelectual, até o investimento financeiro para a realização dos projetos. Dentre os conveniados estavam a Universidade de Brasília -UnB, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, o Ministério do Interior, a Secretaria de Educação e Cultura, o Ministério da Indústria e do Comércio, e a Secretaria de Tecnologia Industrial.²²⁹

A necessidade desses convênios se dava principalmente pelo fato do CNRC não pertencer a nenhum órgão público. Em 1978, o governo propõe que o CNRC seja institucionalizado e Aloísio pede que ainda não aconteça a institucionalização para que mantivessem por mais tempo autonomia em relação à metodologia²³⁰.

Segundo Oliveira, os funcionários do SPHAN “desfrutavam de autonomia considerável, tendo pouca relação com o mundo da política. Criaram uma instituição

²²⁸ LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

²²⁹ FONSECA, 2009.

²³⁰ Entrevista de Aloísio Magalhães à Álvaro Rodrigues Pereira, intitulada “Porque o produto brasileiro não tem estilo?”. Texto datilografado, sem data. in.: MAGALHÃES, Aloísio Barbosa. **E Triunfo?: A questão dos Bens Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 119.

técnica, detentora de um saber especializado, diferente da área da educação do MEC, muito mais politizada”.²³¹ Como já foi possível perceber, os instrumentos de preservação deste órgão, apesar de serem utilizados com certa liberdade, dependendo da conveniência, tinham um grande interesse do Estado.

As novas instituições, metodologias e projetos implementados não resultaram “da imposição de credores internacionais, que em passado recente determinou grande parte da ação do governo federal na administração pública. Seja na estatização, seja na desestatização. O caminho percorrido foi outro.”²³²

Apesar dessa possibilidade e (porque não dizer) até chamamento às empresas a participarem e financiarem projetos implantados pelo CNRC, Joaquim Falcão aponta um fator importante nesses novos projetos: “nem resultaram de imposição de credores internacionais, que em passado recente determinou grande parte da ação do governo federal na administração pública.”²³³

Desta forma, Magalhães trabalhou na construção de uma memória nacional através de várias memórias coletivas.

3 Documentos para uma nova política de memória

Os documentos do Arquivo Aloísio Magalhães tratam das políticas de memória no Brasil nos anos 1970 e 1980. Este capítulo busca mostrar como se constrói a memória individual e coletiva dentro de um único lugar de memória, a partir dos mesmos documentos, em outras palavras, como Aloísio Magalhães construía a sua memória política ao passo que preservava os documentos das políticas de memória da nação.

3.1 A busca pelo acervo documental sobre a história nacional

A memória visa à reconstituição de experiências pessoais e sociais, desenvolvidas a partir do interior do grupo, de forma a oferecer dele um

²³¹ OLIVEIRA, 2008, p.122.

²³² FALCÃO, J. A política cultural de Aloísio Magalhães. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?** A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 18.

²³³ *Ibidem*.

quadro de analogias nas quais seus membros se reconheçam. Ela reflete a experiência de pessoas cuja identidade procura garantir.²³⁴

Neste tópico busquei compreender como Magalhães procurou garantir uma identidade social nacional e uma identidade pessoal, através da produção e coleção de documentos pessoais e institucionais. A formação de arquivos que tratam de memórias coletivas e de bens culturais, que posteriormente viriam a ser chamados de patrimônio cultural, mostra a metodologia do registro documental como mais uma forma de salvaguardar esses bens. Em todos os momentos da pesquisa percebi os registros dos projetos, dos relatórios e dos discursos como intenção de se produzir memórias.

Sobre a memória que estes documentos representam, penso que é necessário situar o seu lugar e o seu deslocamento. Já foi falado no capítulo anterior sobre as diferentes função que têm os documentos do CNRC nos diferentes centros de memória nos quais os identificamos.

Outras obras sobre arquivos pessoais, como o de Darcy Ribeiro²³⁵, além de mostrarem como era comum essa prática de arquivamento da memória individual, revelam essa confusão do público com o privado. Essa apropriação que tanto se faz de documentos públicos ou institucionais, que faz com que os documentos ganhem novos sentidos quando são guardados em arquivos pessoais.

Sabemos que estes documentos foram produzidos pelo CNRC, com intenção de serem registros de processos culturais e, ainda, de serem registros do trabalho realizado por aquela equipe. Sua organização atual no COPEDOC do IPHAN demonstra a história institucional do Centro. E como documentos institucionais, foram classificados de acordo com sua função.

Segundo Goulart,

Os centros de memória hoje, apesar de comumente não serem concebidos como arquivos centrais, guardam documentos ligados às atividades-fim da organização, ou seja, aquelas desenvolvidas para o desempenho de suas atribuições específicas e que resultam na acumulação de registros de caráter substantivo para o seu funcionamento.²³⁶

²³⁴ GOULART, Silvana. Patrimônio documental e História institucional. São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo, 2005, p. 39.

²³⁵ HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. In.: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p.261-282.

²³⁶ GOULART, Silvana. Patrimônio documental e História institucional. São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo, 2005, p. 28.

Uma vez deslocados do âmbito da instituição produtora, os documentos vieram compor uma outra coleção documental e ganharam novos significados. Perderam o sentido de atividades-fim e atividades-meio²³⁷, para serem entendidos dentro do contexto das “Produções Intelectuais” de Aloísio Magalhães. Quando sua viúva Solange Magalhães solicitou a Lúcio Costa a doação de documentos referentes a Magalhães, já havia a intenção de dar novo sentido aos documentos. Se antes eles visavam mostrar como eram feitos os processos de proteção a bens culturais, agora eles representariam a atuação de Magalhães no trabalho com a preservação da memória.

O Arquivo Aloísio Magalhães compõe o que Schellenberg chama de coleção artificial. Quer dizer, seus documentos são geralmente papéis privados, que possuem várias fontes. São várias peças reunidas quase sempre por alguém da família, no caso a viúva. O autor em arquivística afirma a importância de valorizar as diferentes procedências dos documentos quando se trata desse tipo de arquivo, porém, não foi o que aconteceu no Arquivo Aloísio Magalhães. Este fato me impeliu a refletir mais sobre cada documento, sua utilização no livro coletânea “E Triunfo?” e a forma como eles foram selecionados para serem apresentados.

A interpretação do Arquivo Aloísio Magalhães, juntamente com o livro “E Triunfo?” revela um pouco de uma história “heróica”, em que Magalhães, destacadamente, assume a frente de órgão ligados à memória e à cultura nacionais e traça novas políticas para o “salvamento” de bens culturais que não eram privilegiados.

No livro, os depoimentos de Magalhães trazem sempre um tom otimista. É narrada sua trajetória nos cargos de diretor e secretário, que lhe demandaram uma posição política. Aloísio, porém, encontrava apenas algumas poucas falhas nas gestões anteriores do IPHAN. Aliás, suas críticas raramente aponta essas falhas, são feitas de formas não mais sutis, pois Magalhães destaca seus feitos, e o diferencial deles, dentro do CNRC, do IPHAN e da jovem Secretaria de Cultura.

A obra mais completa sobre a trajetória do IPHAN, “O patrimônio em processo”, conta a história do órgão dividida em fases. Para Fonseca, autora já citada, a gestão de Magalhães se insere na “fase moderna”, diferindo da “fase heróica”, da gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, até a gestão de Renato Soeiro, marcada pelo salvamento de prédios e obras em grande risco de deterioração. Apesar do novo olhar de Magalhães, que buscou renovação e arejamento das políticas culturais do IPHAN, os

²³⁷ Listagem bruta do material do CNRC arquivado no COPEDOC / IPHAN.

documentos de seu arquivo mostram um pouco de uma nova “fase heróica” da preservação do patrimônio nacional, cheia de novos “salvamentos”, agora direcionados a mais tipos de memórias.

Portanto, este capítulo fala da proteção do patrimônio sob a ótica de Aloísio Magalhães, a partir de documentos resignificados em sua coletânea publicada, “E Triunfo?”, e no Arquivo Aloísio Magalhães, da Fundação Joaquim Nabuco. Vamos utilizar documentos referentes ao CNRC, ao IPHAN (SPHAN) e à secretaria de Cultura.

Diante dos documentos do CNRC, percebemos que uma das marcas de sua atuação é a produção de registros sobre denominadas comunidades de práticas “pré-industriais”. Um dos programas do Centro que produziu documentação sobre essas práticas foi o programa do artesanato. O trabalho nessas comunidades gerou registro das etapas de produção da tecelagem, no Triângulo Mineiro, confecção de objetos utilitários de cerâmica em Tracunhaém e da criação de objetos oriundos da reciclagem de pneus em Pernambuco. Esses foram os trabalhos mais notados do CNRC, por valorizar os patrimônios não privilegiados, por priorizar os processos criativos do povo brasileiro e por dar uma atenção às peculiaridades regionais. Aliás, essa descentralização era uma das propostas da UNESCO na Recomendação de 1972²³⁸. Essa é uma das características que fez com que a linha de ação do CNRC e as teorias de Magalhães se encaixassem nas demandas da política cultural nacional nos anos 1970.

A descentralização e regionalização da proteção aos bens culturais, recomendadas pela UNESCO, poderiam ser entendidas como contrárias aos princípios da valorização da nacionalidade pretendida pelo estado naquele momento. Sobre essas identidades locais e globais, Célia Camargo nos fala que a nacionalidade, fundando-se na exteriorização das identidades regionais/locais fechava o círculo num movimento recíproco de realimentação: o local tornava-se nacional.

A partir do seu uso [das tecnologias de informação] em massa, foram criadas novas identidades sociais que contrariam os modelos nacionais que, até então, nortearam a construção dos valores e sentimentos de pertencimento das sociedades. Hoje os valores globais predominam sobre os nacionais, processo que vem sendo chamado de “desterritorialização”.²³⁹

²³⁸ Ver capítulo 1.

²³⁹ CAMARGO, 2006, p. 57.

Era contra essa “desterritorialização” que Magalhães defendia a preservação dessas práticas culturais. Aloísio colocava o artesanato como um momento da evolução de uma trajetória tecnológica, uma vez que sua dinâmica teria leis próprias que não sendo respeitadas interrompem o desenvolvimento natural.²⁴⁰

Tendo uma formação no museu do Louvre, em Paris, Aloísio tinha uma identificação com a museologia e o trabalho de preservação dos museus. Nos anos 1960, Aloísio desenvolveu um projeto de uma sala especial do Museu do Açúcar em Recife, em que idealizou um monumento que remetia aos engenhos. Em um congresso nacional de museus, em 1982, Aloísio demonstrava uma pretensão de que a Secretaria de Cultura tivesse uma atuação bem próxima dos museus brasileiros. Aloísio atribui grande parte da preservação e manutenção dos bens culturais brasileiros aos museus.

[...] a enorme importância dos museus brasileiros, dos centros de documentação, das estruturas básicas que detêm e contêm esse patrimônio. Inclusive ao nível de museu eu não deixaria de frisar a importância imensa e simbólica do objeto do processo histórico. Em outras palavras, quando falo nesses indicadores pretéritos para uma visão projetiva do Brasil incluo muito a importância da presença física e simbólica dos objetos. O valor da impregnação que esse objeto pode trazer e transmitir a gerações novas. Como um ímã em campo magnético, o objeto museológico transmite, além da sua beleza, além da sua conformação física, além do material de que foi feito, além de tudo isso, a impregnação do conteúdo anímico, o que faz com que esse objeto seja simbólico e por isso importante na transmissão do que contém.²⁴¹

Esse trecho de uma fala sua mostra o reconhecimento do lugar dos museus enquanto responsáveis por guardar parte de nosso patrimônio e de nossa memória através dos objetos, como, também demonstra a noção que tinha Magalhães e a valorização que ele fazia da memória que os museus produzem dentro de um processo histórico. A compreensão de Magalhães novamente se aproxima da questão da história pública, em que os museus seriam mais um instrumento de acesso a informações da história ou uma parte delas.²⁴²

²⁴⁰ MAGALHÃES, A. Os bens culturais no Brasil. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 54 - 65.

²⁴¹ Trecho de saudação aos participantes do VII Congresso Nacional de Museus. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1982. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

²⁴² ²⁴² ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In.: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

O entendimento de Magalhães sobre processo histórico remete à reflexão de François Dosse sobre a história e o tempo²⁴³. Dosse faz um apanhado de clássicos sobre o tempo, dentre eles podemos destacar algumas das ideias que falam da ligação entre passado, presente e futuro. Para Santo Agostinho, quando estamos vivendo o presente, o passado nada mais é que a memória, o presente seria nossa visão e o que temos no presente em relação ao futuro é a esperança. A expressão “traço” de Ginzburg, materializada nos documentos, nos arquivos, seria para Dosse essencial na reconfiguração do tempo. Para o autor, “traço” seria a investigação de que fala Arlette Farge em seu mergulho no arquivo. Por fim, o que vai levar essa memória do passado ao futuro é a narração. Segundo Dosse, “a narração constitui, assim, a indispensável mediação para fazer obra histórica e ligar o espaço da experiência e o horizonte da espera. Ela é o traço próprio do caráter humano da história.”²⁴⁴

Essa preocupação de Magalhães com os documentos e com a produção da memória é, na realidade, uma grande preocupação com o futuro, ou com o “traço” citado por Dosse. É para que aqueles documentos, representantes daquela memória possam ser investigados e que tenham pesquisadores mergulhados, como Farge, para que produzam uma história daquela memória.

A produção de material sobre a memória de comunidades denominadas pré-industriais foi uma marca no trabalho de Magalhães dentro do CNRC, por se tratarem de práticas culturais de minorias e que costumavam ficar fora do conjunto de bens favorecidos com a patrimonialização. Essa exclusão se dava, inclusive, pelos métodos de preservação utilizados pelo IPHAN até então, tais como o tombamento, metodologia que não podia ser aplicada aos bens culturais de natureza intangível, como a produção da cerâmica em Tracunhaém. Porém, os documentos de Magalhães mostram que em seus trabalhos, fossem no CNRC, no IPHAN ou na Secretaria de Cultura, sempre aparecem projetos ligados à preservação da memória oficial, especialmente os documentos arquivísticos.

Seus discursos revelam sempre um pouco de sua história na administração cultural e como ele vestiu uma capa de defensor da memória nacional, fosse ela representante de heróis rebelados ou da religiosidade popular. Neste tópico, vamos nos ater a alguns desses casos.

²⁴³ ²⁴³ DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC. 2003, p. 155.

²⁴⁴ DOSSE, François. **A história**. Bauru: EDUSC. 2003, p. 155.

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio foi questionado por um dos deputados sobre os gastos excessivos de recursos na compra de bens culturais referentes à história do Brasil. O caso principal era o da aquisição dos documentos originais do processo de condenação dos eclesiásticos da Inconfidência Mineira, comprados na Inglaterra, em 1980.

Ao ser informado de que o conjunto de documentos iria ser leiloadado em Londres, Aloísio buscou recursos para comprar os documentos que julgava que nunca deveriam ter saído do Brasil. As respostas obtidas do Poder Executivo brasileiro não foram estimulantes, pois não havia orçamento para a compra desse tipo de material, o que logo gerou a preocupação de que o conjunto histórico fosse comprado por universidades de outros países, como dos Estados Unidos e do Canadá, por exemplo, universidades que tinham tradição em pesquisas e valorizavam fontes como as que seriam leiloadas.

E o mais grave é que nós veríamos, envergonhados, um dos documentos básicos da nossa Nação, da sua Independência, do gesto de liberdade da nossa Nação, sendo vendido em leilão público fora do Brasil. E o país não tomava conhecimento disso porque não tinha dinheiro – o que não é verdade, porque dinheiro há. Nós fomos lá e compramos o objeto.²⁴⁵

Aloísio, como representante da Fundação Nacional Pró-Memória, apelou para uma das agências financiadoras que tinham convênio com o CNRC, o Banco do Brasil. Unindo a experiência dos convênios do CNRC às relações sociais que tinha Aloísio já em sua carreira de designer, a FNP-M conseguiu que o Banco do Brasil financiasse a compra dos documentos da inconfidência.

A Fundação Nacional Pró-Memória pagou a dívida ao Banco do Brasil e devolveu os documentos à cidade de Ouro Preto, onde ocorreu o evento da Inconfidência, segundo Magalhães, como forma de gratificar, valorizar a comunidade e encorajá-la a cuidar e ter consciência do seu patrimônio cultural²⁴⁶.

²⁴⁵ Depoimento de Aloísio Magalhães na terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e avaliar a política do Governo Federal para sua defesa e conservação. Realizado em 23 de abril de 1981. Arquivo Aloísio Magalhães; autor (Relator): Fernando Coelho; série: Produção Intelectual. pasta: 10, documento: 58, página: 53.

²⁴⁶ Conferência na Semana de Arte e Ensino. São Paulo, 17 de setembro de 1980. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 236 – 238.

Ao falar sobre todo o episódio em uma conferência, o administrador cultural foi questionado sobre a propriedade desses documentos a nível internacional, alguém lhe perguntou sobre como é permitido que esses documentos fossem parar lá fora. Magalhães fala da legislação que proíbe a saída desses documentos, que apesar de vários deles serem de propriedade particular, obrigatoriamente o Estado deve ser consultado quando esses objetos fossem comercializados e ter prioridade na compra, porém a recorrente falta de interesse dos municípios, estados e da União em investir nesses documentos fazia com que os detentores desses bens logo os vendessem no exterior.

Outro problema, segundo Magalhães, era que essa legislação era “tão abrangente que dificilmente seria exercida”, e que, por isso, precisaria ser modificada. Porém, a surpresa maior da população não era em relação à forma como os documentos chegaram à Inglaterra ou porque algum inglês se interessou em adquirir aquele conjunto que não foi de interesse dos brasileiros, o interesse daqueles que acompanharam o caso foi perceber que o desfecho teve saldo positivo. A surpresa se dava sobre a grande mobilização para um caso que, comumente, seria deixado de lado e dado como caso perdido. Magalhães, a todo momento, tinha consciência daquilo que diferia em sua ação.

Aliás, observaria que uma das coisas gratificantes de todo esse trabalho foi justamente a repercussão pública da compra. Foi mais importante o gesto da compra do que o próprio objeto comprado. A manifestação de interesse no Brasil inteiro por esse episódio demonstra que o mais importante foi a constatação de que um gesto como este pode ser feito.²⁴⁷

²⁴⁷ Ibidem, p. 237.

Figura 6 - Cerimônia de devolução dos documentos da Inconfidência Mineira a Ouro Preto



Fonte: Arquivo Aloísio Magalhães, Fundação Joaquim Nabuco

Aloísio sabia da relevância de seu ato. Ali não era a Fundação Nacional Pró-Memória, nem o IPHAN, nem a Secretaria de Cultura, que teve a iniciativa de ir buscar os documentos desfalcados da nação quase que como um “salvamento” dessa parte da história do Brasil.

A motivação que impulsionou a compra dos documentos da Inconfidência se assemelha ao propósito de Eusébio de Sousa no Arquivo Público do Ceará, que partindo da comoção patriótica solicitava aos prefeitos de municípios do Ceará documentos referentes à administração direta desses municípios. Sousa se baseava na autoridade do Arquivo Público “para adquirir documentos de interesse à história, geografia, etnografia indústria e riquezas naturais do Ceará”²⁴⁸, estivessem estes nos municípios cearenses ou em outros estados. Apesar da proposta de Sousa não ter obtido êxito, comparamos os casos tanto pela questão do não cumprimento da lei por parte daqueles que deveriam priorizar o Estado como guardião dos documentos, quanto pelo

²⁴⁸ FERNANDES, Ana Carla Sabino. “**Archive-se**”: História, documentos e memória arquivística no Ceará (1835 - 1934). São Leopoldo. Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

apelo ao patriotismo e o sentimento de pertencimento para se conseguir adquirir ou reaver os documentos.

Tive contato com a história da compra dos documentos da Inconfidência pela primeira vez em seu arquivo, onde me deparei com o texto na íntegra da terceira reunião da CPI. Porém, no livro “E Triunfo?”, no capítulo intitulado “Preservação Patrimonial e Pluralismo Cultural”, existe o tópico “A preservação de documentos: Autos da Inconfidência e Ex-votos”, que contém o trecho do texto da CPI que fala da compra dos documentos, um trecho da Conferência na Semana de Arte e Ensino de São Paulo, que fala da devolução dos documentos à comunidade de Ouro Preto e um trecho do discurso no seminário realizado na ocasião da devolução de ex-votos a Congonhas do Campo.

Os ex-votos são símbolos testemunhais do movimento de crentes que pagam as suas promessas, testemunhos da permanência da religiosidade naquele local. Eles podem ser quadros ou objetos depositados em lugares considerados santos, em cumprimento de promessa ou de memória de graças obtidas.

Congonhas do Campo tradicionalmente acolhe ex-votos pictóricos, também conhecidos como tábuas votivas mineiras, que se assemelham às portuguesas, geralmente com aspecto ingênuo. São quadros pintados em tábuas, representando os doentes diante da imagem do padroeiro, fazendo menção de apoio aos pedidos²⁴⁹.

Sobre o caso dos ex-votos tomo inicialmente o Seminário “Patrimônio e Atividade Cultural”, em junho de 1981, realizado pela FNP-M em Congonhas do Campo, na ocasião da devolução de ex-votos do século XVIII, XIX e XX ao Santuário do Bom Jesus de Matosinhos.

²⁴⁹ OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Ex-votos do Brasil: Documentação e memória social. In: V Seminário de Museologia, História e Documentação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007.

Figura 7 - Aloísio Magalhães²⁵⁰ (representando a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria de Cultura) na ocasião da Devolução dos ex-votos do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos



Fonte: Arquivo Aloísio Magalhães, Fundação Joaquim Nabuco

Magalhães fala que o conjunto tinha 89 ex-votos. Deste conjunto, 40 peças estavam sendo vendidas por um particular que dizia que as peças eram de sua família. O CNRC pediu ao Banco do Brasil que as comprasse para que fossem reintegradas ao conjunto de tabuinhas da Sala dos Milagres do Santuário. A coleção reduzida foi restaurada pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais e tombada pela SPHAN/Pró-Memória, e em dezembro de 1980 foi devolvida pela Fundação Nacional Pró-Memória, juntamente com a Secretaria de Cultura do MEC e o apoio da arquidiocese de Mariana e a Prefeitura Municipal de Congonhas ao Santuário do Bom Jesus de Matosinhos.²⁵¹ No encerramento do Seminário, Aloísio Magalhães recebeu o título de Cidadania Honorária.

Esses dois primeiros casos, apesar de relatados em outros documentos, nos chamam a atenção por estarem registrados no livro “E Triunfo?” e pela forma como estão colocados, pois ambos destacam uma atitude heróica de Magalhães e mais ainda, destacam a sua atitude dentro dos órgãos de preservação.

Temos ainda vários outros projetos realizados pelo CNRC, que estão dentro dessa linha de atuação de Magalhães. Além do registro e produção documental, a

²⁵⁰ Sexta pessoa da esquerda para a direita.

²⁵¹ Patrimônio e Identidade Cultural: devolução dos ex-votos. In.: Barroco. Alto Paraopeba, 29 de junho de 1981, nº 20. Digitalizado no Acervo Digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Arquivo temático. Disponível em: <http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Tematico&pagfis=1739&pesq=devolu%C3%A7%C3%A3o+de+ex-votos+congonhas+do+campo&url=http://docvirt.no-ip.com/docreader.net>. Acesso em: 01 jun 2013.

recuperação, organização e publicação de importantes conjuntos documentais. Eles foram relatados, nos documentos anuais do CNRC como forma de divulgar seus projetos e informar as etapas concluídas aos conveniados do Centro.

No projeto do Centro de Documentação do Museu do Índio, em 1977, o CNRC, colaborando com a FUNAI, trabalhou na indexação e na microfilmagem dos documentos referentes aos índios brasileiros, depositados no Museu. Cerca de 500.000 documentos foram trabalhados, quarta parte de todo o material existente no depósito, oriundo das delegacias regionais da Fundação Nacional do Índio. Material considerado de extrema importância para conhecimento do índio brasileiro e estudo das situações de contato interétnico e sobre o processo de expansão da fronteira da sociedade nacional.

O Projeto do estudo das condições de vida no Rio antigo foi oriundo do convênio com a Fundação Casa de Rui Barbosa. Segundo o Relatório Técnico número 21 do CNRC, o Centro apoiou técnica e financeiramente a formação da equipe com profissionais do próprio Centro, técnicos da Fundação Casa de Rui Barbosa e outros técnicos convidados. O projeto abrangia o período da Primeira República, 1889 – 1930, e buscava aprofundar o conhecimento da cidade do Rio de Janeiro nesse período através da leitura de fotografias da época, acompanhadas de textos complementares. Os documentos faziam parte do acervo do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, sendo a maior parte das fotos de Augusto Malta, fotógrafo que trabalhou para a prefeitura de 1903 a 1963, retratando a execução e inauguração de obras públicas, ruas que teriam seu traçado alterado e obras históricas que seriam demolidas, assim como festas da prefeitura. O material foi indexado e dividido em oito itens e disponibilizado para pesquisas.

Os projetos referidos são citados no Livro Quatro anos de trabalho, produzido pelo CNRC, em 1979, contendo plano de trabalho, metodologia e níveis de abordagens dos trabalhos. Deparei-me, ainda, com alguns outros projetos que estão no 21º relatório técnico do Centro, elaborado em junho de 1977, mas não estão neste livro, o que deixa uma dúvida quanto ao seu desfecho.

Um deles é o de recuperação e indexação de filmes documentários da Fundação Cinemateca, que visava a recuperação, organização e indexação de um lote de documentários dos anos 1930 e 1940 que reportam aspectos da vida nacional. Esse projeto pretendia também o desenvolvimento de técnicas de indexação audiovisual, além da discussão sobre viabilidades e limitações de arquivos cinematográficos e do cinema como linguagem documental.

Dentro do programa de “Levantamentos Sócio-culturais”²⁵², o livreto “Quatro anos de trabalho” traz o projeto com o título “Educação e Cultura entre 1922 e 1945”. Já no relatório nº 21 seu título havia sido bem ousado “Estudo da polêmica relativa à cultura brasileira instaurada pelo modernismo”.

Em 1977, a pesquisa ainda estava em fase de planejamento e partia da hipótese de que o movimento modernista no Brasil causara uma polêmica relativa à cultura brasileira, uma vez que “suas pesquisas, projetos e realizações desenvolveram-se interessando às artes, à história, à sociologia, à pedagogia, à linguística, ao folclore, ao design, etc”²⁵³. No livreto “Quatro anos de trabalho” a pesquisa ainda aparece em fase preliminar e tem como objetivo básico analisar as relações entre a intelectualidade brasileira daquele período, com as iniciativas governamentais de educação e cultura, especialmente na vigência do ministério de Gustavo Capanema. Nesta etapa iniciava-se o exame do arquivo Capanema, sob guarda do Centro de Pesquisa e Documentação Getúlio Vargas. O acervo de filmes era do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas, o DIP.

É interessante ressaltar também o projeto de Documentação Brasileira no Exterior e de Documentação Estrangeira sobre o Brasil. O primeiro pretendia microfilmar a documentação sobre o Brasil, especialmente sobre a colonização, existente em arquivo no exterior. Neste projeto estava incluído um levantamento de informações no Brasil sobre esses arquivos. O segundo projeto buscava fazer um levantamento bibliográfico do que foi escrito sobre o Brasil por estrangeiros nos anos 1950, 1960 e 1970. Ambos tinham em vista tornar os documentos mais acessíveis aos estudiosos no país.

Um projeto que demonstra bem a inclinação do CNRC para a questão do patrimônio cultural e o entrosamento deste Centro com o IPHAN e, inclusive, com a UNESCO é o “Cadastramento do Patrimônio Cultural Brasileiro”. Este projeto foi solicitado pela UNESCO e pelo IPHAN, com o objetivo de preparar uma base de

²⁵² **Planilha de Estudo e compreensão das circunstâncias da presente produção cultural brasileira a partir de sua própria realidade.** Arquivo Aloísio Magalhães, série Produção Intelectual, pasta 6, documento 44. Este documento contém os programas, os 27 projetos, os projetos específicos, aproveitamentos gerias recursos e o tempo. A parte do tempo, porém, contém gráficos pouco claros a respeito do período de desenvolvimento dos projetos.

²⁵³ CNRC. **Relatório Técnico 21 - O Projeto do Centro Nacional de Referência Cultural, junho de 1975 a junho de 1977 – O Projeto do Centro Nacional de Referência Cultural, junho de 1975 a junho de 1977, Relatório Parcial sobre atividades desenvolvidas.** Junho de 1977. Arquivo: Aloísio Magalhães; Série: Produção Intelectual; Pasta: 09; Documento: 52.

reflexão sobre o problema do cadastramento dos bens culturais móveis e imóveis no Brasil, como preparação para visita de perito da UNESCO.

Os documentos estudados demonstram que o estudo foi realizado até sua fase preliminar, em caráter experimental. Consistiu em classificação experimental dos acervos abrigados nos museus brasileiros, levantamento oficial dos organismos “cadastradores” e modos de cadastramento utilizados no país. Quando relatado no livreto “Quatro anos de trabalho”, é acrescentado ao projeto o objetivo de fornecer subsídios para revisão do conceito de “bem cultural”, “procurando sobrepor a definições pré-estabelecidas – geralmente importada de outras realidades – uma análise do que é no Brasil considerado e valorizado como tal em diferentes comunidades, nas várias regiões do país.”²⁵⁴

Alguns projetos presentes no relatório 21 devem também ser citados, como o do “Brasil Holandês”, um adensamento da pesquisa sobre a influência holandesa na América Latina e Caribe; o “Mapa de Curt Nimuendaju”, um projeto de edição do mapa do antropólogo, de 1944, que indica localizações e deslocamentos históricos de diversos grupos indígenas da América do Sul; o projeto “Carrancas”, uma montagem de exposição de peças e fotografias sobre costumes e tradições do médio São Francisco, exposta em 1975 e 1976; projeto “D. Pedro II e seu tempo”, um edição da coleção de cartazes em comemoração ao sesquicentenário de Dom Pedro II expostos na Caixa Econômica em 1975; o “Tesouro”, uma seleção de termos sobre a cultura brasileira, e a reorganização do Museu Goeldi.

Por vezes as partes dos documentos citadas em “E Triunfo?” são anunciadas ou relatadas de forma a valorizar as autorias ou os méritos de Magalhães nos projetos referentes à memória nacional, destacando dos documentos integrais aquelas partes mostram os créditos da figura heroica e carismática de Magalhães.

3.2 Memória política e o problema da política de memória

A partir do estudo da composição do arquivo e da coletânea de Magalhães se consegue entender a construção que ele fazia de diferentes tipos de memória. Digo ser de tipos distintos devido ao registro, à representação ou à intenção dos documentos,

²⁵⁴ CNRC. **Quatro anos de trabalho do Centro Nacional de Referência Cultural**. Arquivo Aloísio Magalhães; série: Produção intelectual, pasta 06, documento 45.

sendo eles representantes de memória individual ou coletiva, institucionais ou pessoais, até de mais de um tipo.

No início dessa pesquisa partia da hipótese de que o CNRC trabalhava essencialmente com memórias coletivas que até meados dos anos 1970 não eram privilegiadas. Aquelas que não tinham heróis nem contavam histórias grandiosas, que Michel Pollak chama de “memórias subterrâneas”. Para Pollak, as memórias subterrâneas, parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”. No nosso caso, a “memória oficial” era a memória nacional cultuada antes do Centro Nacional de Referência Cultural e dos trabalhos de Magalhães dentro do IPHAN. Aloísio identificava o conflito existente entre a memória nacional e essa memória subterrânea, por essa última não ter seu lugar representado na memória nacional, porém seu trabalho se dava não somente diante das memórias subterrâneas.

O que mais me interessou perceber no final deste trabalho é como Magalhães propunha o culto e a preservação dessas diferentes memórias, de forma, também, a criar um novo patrimônio cultural nacional.

Como foi visto nos capítulos anteriores, a preservação da memória nacional está encaixada na política de preservação do patrimônio e esta, por sua vez, na política cultural. Também foi falado que a preservação do patrimônio e da memória teve à frente a personalidade de destaque de Rodrigo Mello Franco de Andrade, e que a figura de Aloísio Magalhães não é menos emblemática.

Esta imagem de Magalhães foi percebida também em seu arquivo e em seu livro, pois ao passo que trabalhava na perspectiva de documentar e preservar a memória nacional, o designer construía, paralelamente, sua memória individual, colecionando seus depoimentos, entrevistas e falas públicas juntamente com seus documentos pessoais, como as cartas sobre projetos, contratos e textos teóricos sobre a cultura brasileira.

Para estudar a constituição da memória em Aloísio Magalhães parti da compreensão de Maurice Halbwachs²⁵⁵ e de Michel Pollak²⁵⁶ acerca das memórias. O primeiro fala que a memória nacional é a forma mais completa de memória coletiva. A partir desta máxima, situamos a pretensão de Magalhães ao tentar moldar e trabalhar em

²⁵⁵ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.

²⁵⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 03 – 15.

um novo processo de constituição dessa memória. Mais ainda, situei a apropriação das memórias coletivas pela memória individual de Magalhães. Segundo Halbwachs, para que as memórias individuais se beneficiem das memórias coletivas é necessário que haja suficientes pontos de contato entre uma e outra, de forma que ambas tenham uma base comum.

Nesse sentido, é possível dizer que Aloísio faz uma dupla apropriação, pois enquanto sua memória individual se beneficia daquelas memórias coletivas estudadas por ele, sua memória individual se utiliza de memórias institucionais dando novo significado aos documentos que compõem seu arquivo pessoal.

A partir da reflexão sobre o pensamento de Halbwachs que fala da base comum dos dois tipos de memória, logo nos vem a definição de Pollak de memória subterrânea. Muitos dos documentos se referiam a esse tipo de memória, porém no mesmo arquivo estão documentos relacionados à memória oficial e a própria memória individual de Magalhães ora se mostra característica da memória oficial, ora da memória subterrânea. Contudo, nos documentos de Magalhães, as memórias subterrâneas não se mostram em conflito com a memória nacional oficial. Essa foi uma característica de Magalhães de buscar a harmonização, o que pode muitas vezes ter minimizado os conflitos entre essas memórias. E foi com seu discurso diplomático que buscava “harmonizar” que Magalhães conseguiu mostrar seu trabalho na área das políticas de memória e cultura.

Apesar de não haver uma contraposição de Aloísio em relação ao trabalho do IPHAN, Aloísio acreditava e defendia a ideia de que a forte valorização da herança cultural europeia causava uma indiferença da população em relação à preservação feita pelo IPHAN, e em relação à sua própria cultura. Nas primeiras falas de Magalhães sobre bem cultural, ele faz uma pequena crítica à política de preservação vigente:

Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista.²⁵⁷

²⁵⁷ Texto “Os conceitos de bem cultural”. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 60.

Magalhães não apontava diretamente o IPHAN como culpado por essa restrição. Apesar de fazer várias críticas à preservação da memória nacional, em seus discursos parece evitar a contraposição ao Instituto.

Ao falar sobre a atuação de Magalhães, Cecília Londres Fonseca reconhece a peculiaridade com que foi criado o CNRC. Além de estar livre da burocracia estatal, o Centro não se propunha, no primeiro momento, como alternativa crítica ao IPHAN. Para a autora, os bens culturais com que trabalhavam o CNRC, dentro de uma perspectiva antropológica, posteriormente, vieram a cunhar a expressão “patrimônio cultural não-consagrado” para designar as manifestações até então não reconhecidas pelo patrimônio oficial.²⁵⁸

Ao pesquisar os arquivos do CNRC, no COPEDOC do IPHAN, Zoy Anastassakis defende a hipótese de que o CNRC não comungava da proposta da preservação de patrimônio cultural no Brasil:

Quando tive acesso aos documentos produzidos pelo Centro, percebi que a proposta do órgão era outra, desvinculada, a princípio, das questões que regiam o campo do patrimônio. [...] Considerei retirá-lo do quadro das políticas públicas de preservação patrimonial, e pesquisar, dentro do material produzido pelo CNRC, as bases propositivas daquela ‘experiência’.²⁵⁹

Se a intenção de Aloísio para o Centro era percorrer um caminho diferente da trajetória das políticas de memória vigentes até a década de 1970, uma das questões centrais deste tópico está na forma como o designer buscou ampliar a preservação da memória nacional e sua trajetória política a partir dessa busca.

Nos discursos de Aloísio Magalhães, no período próximo à criação do CNRC e durante os primeiros três anos de atividades do Centro, não é comum a expressão “patrimônio cultural”. Em geral, Magalhães evitava as noções de “cultura popular”, ou “folclore”. Os termos mais utilizados são “bens culturais”, “fazer popular”, “artesanato”, “memória nacional”. Em sua definição, bem cultural

não tem que ser necessariamente original ou autóctone. O que caracteriza a autenticidade são alguns valores atribuídos àquele fenômeno, àquele objeto,

²⁵⁸ FONSECA, MARIA Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

²⁵⁹ ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Dissertação de mestrado - Museu Nacional, Rio de Janeiro: UFRJ, PPGAS, 2007, p. 140.

àquele ato. É também importante não privilegiar as representações mais elaboradas, mais sintéticas, que são importantíssimas, mas são algumas, sobretudo num país em transformação.²⁶⁰

Na entrevista citada acima, de 1981, Magalhães já fala em “vertente patrimonial”, que seria “tudo aquilo que o processo histórico já explicitou como bem: o que é belas-artes, o que é desenho, o que é livro, o que é pensamento.”²⁶¹ Um conceito fundamental que permeia a fala de Magalhães é o de “memória nacional”:

[...] memória nacional, para mim está aí, guardada nos grandes depósitos de saber que são o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público, os órgãos regionais. A memória nacional está nos livros, no trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico, enfim, em todas as entidades que, ao longo do tempo, se ocupam do problema da trajetória histórica da nação.²⁶²

Nessa mesma entrevista Magalhães fala que o que precisa ser feito da memória nacional é uma dinamização, para que essas formações participassem da vida nacional. Ele também compara o conceito de memória nacional ao conceito biológico de memória, que consistiria em guardar e reter para em seguida mobilizar e devolver. Aqui também encontramos a noção de “continuidade” em relação às ações desses órgãos detentores da memória nacional. Aliás, para Joaquim Falcão, amigo de Aloísio que também trabalhou com políticas de cultura e memória, a “continuidade” foi fundamental para moldar a política cultural do país, pois Magalhães acreditava que com a dinamização seria possível arejar as idéias do IPHAN e seguir com o trabalho de uma instituição que já tinha uma trajetória representativa no país, evitando que se criasse outro órgão.

Quando fala de continuidade, Aloísio se refere também, e principalmente, ao processo cultural. A continuidade das práticas culturais seria condição indispensável para assegurar a identidade e a autonomia do país no contexto internacional, uma vez

²⁶⁰ Entrevista intitulada “Aloísio Magalhães e o Patrimônio Cultural: quem protege deve estar sentado ao lado de quem programa”. O Globo. 18 de maio de 1981, p. 17. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 71.

²⁶¹ Entrevista intitulada “Aloísio Magalhães e o Patrimônio Cultural: quem protege deve estar sentado ao lado de quem programa”. O Globo. 18 de maio de 1981, p. 17. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 71 - 72.

²⁶² Entrevista intitulada “Porque o produto brasileiro não tem estilo?”, concedida à Álvaro Rodrigues Pereira, s.d., laudas 7, 8 e 9. In.: Entrevista intitulada “Aloísio Magalhães e o Patrimônio Cultural: quem protege deve estar sentado ao lado de quem programa”. O Globo. 18 de maio de 1981, p. 17. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 75.

que cultura confiante e valorizada teria mais resistência frente às novas orientações que chegavam junto com o “achatamento do mundo”. Para ele, a continuidade comporta modificações e alterações, em constante realimentação e constante dinâmica, o que garantiria sua sobrevivência.

Outro conceito que para Falcão é fundamental nos discursos do amigo é o de “cultura jovem”, categoria na qual o Brasil se encaixaria, por ser um país jovem e pobre. Essa categoria teria entre seus aspectos negativos a transferência internacional e valores e tecnologias, oriunda do “achatamento universal” já falado. As culturas jovens estariam expostas à subordinação, às imposições de outras nações e à dependência tecnológica. Os aspectos positivos advêm do fato dos países de cultura jovem ter maior potencialidade de invenção e criação, em contrapartida a sua maior fragilidade está em uma maior flexibilidade diante da inovação.²⁶³ Assim, a cultura jovem do Brasil precisava ter sua continuidade assegurada, para que não deixasse de se reinventar e, dessa forma, resistir à subordinação aos países ricos.

Cecília Londres Fonseca, narra em seu livro a trajetória da preservação de bens culturais no Brasil realizada pelo IPHAN. Fonseca discute sobre a abordagem do CNRC, ressaltando a inovação do designer Aloísio Magalhães e a relevância da sua inserção política.

Para o CNRC, o objetivo era a busca de um modelo de desenvolvimento apropriado às condições locais e compatíveis com os diferentes contextos culturais brasileiros. Essa visão, embora tivesse pontos em contato com as concepções então elaboradas pela UNESCO sobre desenvolvimento, entrava em confronto com a ideologia desenvolvimentista que predominava nos anos 70. Por esse motivo, a participação do CNRC nesses projetos exigia, devido a sua complexidade e seu impacto não só sobre as culturas, como também sobre as economias e as organizações sociais locais, um forte respaldo político, tanto por parte da direção do CNRC quanto externamente.²⁶⁴

Se por um lado, há quem diga que Aloísio Magalhães estava ensejado nas recomendações internacionais, galgando um espaço no âmbito das políticas culturais, são poucos os indícios de que a perspectiva do “patrimônio” fosse trabalhada nos primeiros projetos do CNRC.

²⁶³ FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 17 – 29.

²⁶⁴ FONSECA, MARIA Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 148.

Os projetos do CNRC tinham pouca ou nenhuma relação com o patrimônio, no sentido de autenticidade ou tradição, como era entendido na fase heroica do Sphan; valorizavam a capacidade de invenção do artesão brasileiro. a proposta era realizar um inventário do saber-fazer.²⁶⁵

É notória a prática do CNRC no sentido de ampliar a participação social na salvaguarda dos seus bens culturais. Segundo Falcão, essa ampliação propiciou uma “democratização” das práticas preservacionistas, que foi possível pelo fato do Centro ter sido criado fora da burocratização estatal, o que teria possibilitado uma ampliação de participação social nas decisões do Estado. É possível um cruzamento dessa interpretação de Falcão com a de Gilberto Ramos Nogueira que considera esta “democratização” uma “política inclusiva” quando coloca a ideologia e ação do CNRC dentro do ramo de ‘novas políticas de memória’. Segundo Nogueira,

o patrimônio passou a ser visto [...] como importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente, portanto, campo privilegiado para a reelaboração das novas identidades coletivas e instrumento fundamental para o reconhecimento dos grupos sociais que as constroem.²⁶⁶

Em entrevista sobre sua postura diante da preservação do patrimônio, que é sem dúvida uma postura política, Magalhães admite ser utópico, que nesse caso não entendia como um adjetivo pejorativo, pois seria a utopia o que fazia sair do convencional, do marasmo e buscar um significado mais profundo.²⁶⁷

Essa utopia é uma marca do otimismo de Magalhães. Como já foi falado em outros momentos desse trabalho, poucas são as falas nas quais ele se preocupa em criticar os trabalhos já realizados na área da preservação e ainda mais raro foi seu depoimento em que ataca o trabalho desenvolvido pelo diretor da Biblioteca Nacional. Em geral, o designer se preocupou em projetar suas ações de preservação, fosse com bens já consagrados ou não. Aliás, há ainda questionamentos sobre falta de posicionamento político de Magalhães, pois ele não compunha nenhum partido político

²⁶⁵ OLIVEIRA, L. L. Patrimônio como política cultural. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 126.

²⁶⁶ NOGUEIRA, A. G. R. Patrimônio Cultural e novas políticas de memória. In.: RIOS, K. S.; FURTADO FILHO, J. E. **Em Tempo**: História, Memória, Educação. Fortaleza: imprensa Universitária, 2008, p. 324.

²⁶⁷ Entrevista intitulada “Cultura, substantivo plural. O quase Ministro Magalhães expõe sua utopia.” In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 83 - 84.

e não fazia parte de nenhum movimento social. Há autores, como Sabino²⁶⁸, que defendem que essa era sua forma de se aliar aos governantes militares.

De fato, ao mesmo tempo em que Magalhães defendia um arejamento, uma dinamização da área das políticas de cultura e memória, ele conseguia agradar ministros e presidentes militares.²⁶⁹ O designer pernambucano, de família política, moldado no seio de uma elite intelectual seria um bom representante da nova política que pretendiam os militares ao deixarem gradativamente o governo. Não esqueçamos que uma das marcas de Magalhães era a harmonização, e não o conflito.

Fato é que a postura de Magalhães aliada às suas teorias sobre memória nacional e bens culturais o levou a um dos mais altos cargos da administração cultural existentes, a Secretaria de Cultura.

Em uma carta a Carlos Drummond, em março de 1979, Aloísio fala da sua trajetória que culminara na direção do IPHAN:

[...] O fato da seqüência ter sido construída (do todo ao nada) ao contrário da montagem (do nada ao todo) revela uma equivalência entre princípios opostos, formas ambíguas de interação das duas faces na minha maneira de ser e agir.

Agora que devo assumir a direção do IPHAN sinto-me, paradoxalmente, preparado e despreparado, tímido e corajoso, humilde e orgulhoso, seguro e inseguro; [...], de certo modo, intuo que caminhava sem saber para uma função como esta. Até o meu diploma de bacharel em direito que, até agora não fazia muito sentido, nem encaixava na coerência da minha formação diversificada, encontra finalmente sua função e razão de ser.

Peço-lhe desculpa pelo tom talvez desarrazoado desta carta. Ela é ditada por meu sentimento de admiração e confiança.²⁷⁰

Já na direção do IPHAN, Aloísio fala sobre o papel do CNRC. O administrador cultural chega à conclusão de que o CNRC não conseguia chegar, de fato, à pretendida etapa da “devolução”.

E esse foi o problema com que nós nos deparamos. Não adianta ser uma instituição acadêmica, maravilhosa, gratificante, em que as pessoas trocam documentos, papéis escritos maravilhosamente sobre fenômenos, quando não

²⁶⁸ SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais**: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967 - 1984). Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

²⁶⁹ Vale salientar que quando faleceu, em Pádua, na Itália, Magalhães havia sido enviado em lugar do ministro da cultura, pois o então ministro acreditava que naquele momento de abertura política fins de ditadura militar não seria conveniente enviar um militar para representar o país mundialmente.

²⁷⁰ MAGALHÃES, ALOÍSIO. **Carta a Carlos Drummond sobre livro Viva 1**. Mar 1979. Arquivo: Aloísio Magalhães; Série: Cartas Ativas; Pasta: 04; Documento: 73.

há possibilidade de que esses fenômenos e esses conhecimentos resultem numa ajuda correta no processo.²⁷¹

Aloísio fala da luta para que o CNRC não ficasse preso ao academicismo. Um dos caminhos identificados como solução estava no IPHAN. Uma instituição que já possuía valor ético, moral e histórico no processo brasileiro, que poderia abrigar os novos conceitos trabalhados no CNRC, numa ação nova. Aliás, Magalhães ressalta que seria mais fácil criar uma instituição nova, que fosse livre e ágil. Porém, uma vez que já existia uma instituição que já trabalhava com a trajetória da cultura, o que realmente deveria ser feito era um processo de revitalização dessas instituições, dando-lhes continuidade. Continuidade esta, como já falamos, importante na direção da civilização.

Ao ser questionado sobre as mudanças necessárias no IPHAN, Magalhães cita entre as mudanças que já estavam ocorrendo, as ações do Programa das Cidades Históricas – PCH, da Secretaria do Planejamento – SEPLAN. O programa estava sendo passado para o IPHAN, juntamente com os recursos e a metodologia, assim como todos os programas do CNRC, que também seriam incorporados ao IPHAN, com sua metodologia e seus recursos humanos e o incentivo da Caixa Econômica Federal (CEF), que financiava a manutenção de prédios históricos particulares de forma que o proprietário teria benefícios com seu patrimônio, de forma que as intervenções do IPHAN deixassem de ser somente em função de impedir e restringir e que trabalhasse ao lado da comunidade na valorização de seu bem cultural. Nessa mesma entrevista, Magalhães reconhece que a população muitas vezes via o IPHAN somente através de suas atitudes policial e repressiva.

Em setembro de 1979, Magalhães escrevia ao Ministro Golbery uma minuta do plano de dinamização e reestruturação do novo IPHAN pedindo a opinião do ministro da Casa Civil antes que o ministro da Educação encaminhasse o documento formalmente à Presidência da República.²⁷² Em outra carta, de novembro do mesmo ano, agradece a Golbery pelo apoio ao IPHAN e fala de seu projeto de lei no Congresso para a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, que estava começando a tramitar no

²⁷¹ Entrevista com Aloísio Magalhães, abril de 1979. Texto datilografado em Papel timbrado da Rio Gráfica Editora, laudas 12 – 18. In.: MAGALHÃES, A. E **Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 121 – 129.

²⁷² MAGALHÃES, ALOÍSIO. **Carta ao Ministro Golbery sobre Plano de Dinamização e Reestruturação do novo IPHAN**. Set 1979. Arquivo: Aloísio Magalhães; Série: Cartas Ativas; Pasta: 04; Documento: 79.

Senado²⁷³, aproveitando para convidá-lo a uma visita na nova sede do IPHAN, em Brasília. A minuta de exposição de motivos fala do esforço solitário do IPHAN na preservação da memória cultural da nação. Magalhães cita a constituição e o Decreto-Lei de criação do SPHAN. Nesse documento, é ressaltada a experiência do IPHAN, que apesar das insuficiências de recursos humanos e materiais, desenvolveu metodologia própria e trabalharam na identificação, preservação, classificação, restauração e revitalização dos bens do patrimônio cultural brasileiro. Após a inserção do Programa de Cidades Históricas e do CNRC ao IPHAN, Aloísio propunha a transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em uma Secretaria dentro do Ministério de Educação e Cultura, diante da necessidade de fazer do órgão responsável pelo patrimônio cultural uma instituição mais forte, bem como a criação da Fundação Nacional Pró-Memória como órgão vinculado ao que seria a futura Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Pró-memória deverá atuar de forma descentralizadora e ágil como elemento catalisador de energias, recursos humanos, metodológicos e financeiros, interagindo com organismos regionais, públicos e privados, interligando problemas comuns e distinguindo os peculiares dentro da heterogeneidade e dos níveis de especificidade do mosaico cultural brasileiro.²⁷⁴

Em novembro de 1979, o Presidente da República assinou três documentos que reformularam a estrutura do órgão federal de proteção dos bens culturais brasileiros. O primeiro foi a “Mensagem encaminhando ao Congresso nacional o Projeto de Lei que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória”, o segundo um Ato transferindo a responsabilidade de execução do Programa de Cidades Históricas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme exposição de motivos procedente da SEPLAN/PR e do MEC, e o último foi um Decreto transformando o Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no âmbito do Ministério da Educação e Cultura.²⁷⁵

²⁷³ MAGALHÃES, ALOÍSIO. **Carta ao Ministro Golbery sobre criação da Fundação Pró-Memória**. Nov 1979. Arquivo: Aloísio Magalhães; Série: Cartas Ativas; Pasta: 05; Documento: 85.

²⁷⁴ Minuta da exposição de motivos encaminhada ao Ministro da Educação e Cultura em setembro de 1979, In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 136 - 141.

²⁷⁵ Saudação ao Presidente João Figueiredo, em 12 de novembro de 1979, na sede do IPHAN em Brasília. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 77 - 81.

Na ocasião da assinatura desses três documentos, Aloísio fez um discurso de saudação ao Presidente João Figueiredo. Nesse discurso, Aloísio mostra seu otimismo quando fala daquele dia como “a data nacional da cultura”, fala do gesto do presidente e de como ele e aqueles colegas que lá estavam eram privilegiados por terem sobrevivido após a primeira infância, terem tido acesso à escola, à universidade, à experiência de saírem do país. Diante desses privilégios, a atitude que lhes caberia seria a devolução à nação dos privilégios que receberam. Sua devolução seria cuidar da área da preservação do patrimônio cultural do país.

Magalhães ainda presenteou Figueiredo com um instrumento de índios da Amazônia, um bastão de comando ritual que produzia o som da chuva.

E ele, ao mesmo tempo que é, na sua expressão de bastão de comando e de ordem, um objeto da razão, esconde no seu interior o sentimento de homem brasileiro. Essa síntese me parece muito própria do temperamento e do tipo de qualidade do homem brasileiro.²⁷⁶

É interessante ver uma crítica à burocracia do MEC, em entrevista à revista Istoé em 1982, onde Aloísio diz que fez a Fundação Nacional Pró-Memória quando o Ministro Golbery não queria: “Não se criariam mais fundações no Brasil. Era preciso que o Congresso estudasse o assunto e, se ele desse licença, etc., etc. Tudo foi feito entre Portella e eu, dialogando sem nunca dar entrada num papel no MEC.”²⁷⁷

²⁷⁶ Saudação ao Presidente João Figueiredo, em 12 de novembro de 1979, na sede do IPHAN em Brasília. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 77 - 81.

²⁷⁷ Entrevista de Aloísio Magalhães à Revista Istoé intitulada “Cultura, substantivo plural. O quase Ministro Magalhães expõe sua utopia.” Istoé, 13 de janeiro de 1982, p. 68 – 70. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 136.

Figura 8 - Magalhães em entrevista à imprensa



Fonte: Arquivo Aloísio Magalhães, Fundação Joaquim Nabuco

Em 15 de dezembro de 1980 Aloísio Magalhães assumiu, cumulativamente com a SPHAN, a Secretaria de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura²⁷⁸. Em diversas entrevistas²⁷⁹, no ano de 1981, Magalhães era questionado sobre a criação de um Ministério da Cultura e sobre a possibilidade de ser ele o próximo ministro. Aloísio responde que se fosse criado naquele momento o ministério ainda seria prematuro, seria fraco do ponto de vista financeiro e conceitual, porém seria algo inevitável dentro da trajetória da nação. Ele cita uma frase que ouviu em reunião na UNESCO, que a solução para países em desenvolvimento não seria a criação de ministério da cultura e sim “tentar impregnar o sistema de governo como um todo da existência de uma cultura própria”²⁸⁰. No caso do Brasil, a desvinculação do Ministério da Cultura do Ministério da Educação seria danosa também por torná-lo ainda mais isolado.

²⁷⁸ SPHAN. MAGALHÃES, ALOÍSIO. **Comunicação informando que assumiu, cumulativamente ao SPHAN, a Secretaria de assuntos Culturais do MEC.** Dez 1980. Arquivo: Aloísio Magalhães; Série: Cartas Ativas; Pasta: 06; Documento: 106. Este comunicado, sem destinatário se assemelha a um rascunho.

²⁷⁹ Entrevista com Aloísio, intitulada “Cultura. O novo Secretário fala das mudanças no MEC”. *Jornal de Tarde*, 24 de março 1981., In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 150.
Entrevista com Aloísio intitulada “Aloísio Magalhães: ‘O Ministério da Cultura é prematuro’”, *Cora Ronai. Jornal do Brasil*, 26 de março de 1981, Cad. B, p. 01. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 148 – 149.

²⁸⁰ Trecho de entrevista de Aloísio Magalhães a Zuenir Ventura. *IstoÉ*. Rio de Janeiro, dezembro de 1981., In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997, p.149 – 150.

Ainda no final de 1980, Magalhães enviava cartas, através da FNP-M, da SPHAN e do MEC, propondo convênio com cooperação mútua com a Universidade de Brasília e com a Fundação Educacional do Distrito Federal²⁸¹. Uma proposta de convênio com instituições acadêmicas que eram conveniadas ao CNRC, que mostra a intenção de se utilizar de ideias de outros intelectuais e não somente daqueles ligados à arquitetura. Aliás, uma das partes do trabalho do CNRC que Magalhães mais valoriza é a participação de equipes multidisciplinares em seus projetos, mais um fator que colaboraria na dinamização da SPHAN.

Apesar de não chegar a propor novos instrumentos de preservação específicos o trabalho de Magalhães dentro da Fundação Nacional Pró-Memória foi o que fez o IPHAN, então SPHAN, se aproximar mais das últimas demandas da UNESCO, como a recomendação resultado da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.²⁸² Outra recomendação da UNESCO em 1972 era a descentralização da preservação, de forma a cobrir todas as regiões do país. Para Aloísio, uma importante iniciativa de descentralização foi feita pela SEPLAN, em parceria com o IPHAN, com o Programa das Cidades Históricas, que se iniciou no Nordeste. E por ser esse um programa que funcionou de forma coerente, descentralizada e com qualidade, que Magalhães pediu que o PCH fosse transferido para o IPHAN (SPHAN).

O fato de a nova SPHAN estar caminhando no sentido proposto pela UNESCO nos lembra a questão falada no primeiro capítulo sobre o Brasil procurar estar sempre em acordo com essa organização, mas também as concessões da UNESCO para com o Brasil nesse período da gestão de Magalhães (entre 1979 e 1982) de certa forma demonstram atenção especial em relação aos nossos bens culturais. Algumas cartas de Magalhães, classificadas como “cartas pessoais” mostram a comunicação de Magalhães com Frederico Mayor, da UNESCO, desde os trabalhos do CNRC. Uma dessas cartas da UNESCO, de 1978, diz que o Fundo Internacional para a promoção da cultura iria colaborar com uma contribuição financeira para a pesquisa do CNRC sobre o caju. A

²⁸¹ - MEC/FNP-M. MAGALHÃES, ALOÍSIO. **Carta ao Reitor da UnB sobre cooperação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo**. Dez 1980. Arquivo: Aloísio Magalhães; Série: Cartas Ativas.
MEC/FNP-M. MAGALHÃES, ALOÍSIO. **Carta à Sec. de Educação Eurides Brito sobre convênio entre FNP-m e Fundação Educacional do Distrito Federal**. Nov 1980. Arquivo: Aloísio Magalhães; Série: Cartas Ativas; Pasta: 06; Documento: 103.

²⁸² SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do Patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In.: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

carta ainda faz alguns apontamentos sobre como deveriam ser mostrados os resultados da pesquisa.

Figura 9 - Aloísio Magalhães (caminhando) reunido com técnicos estudando o caso das ruínas de São Miguel



Fonte: Arquivo Aloísio Magalhães, Fundação Joaquim Nabuco

Certamente, o bom relacionamento de Magalhães com a UNESCO também foi um dos seus atrativos para que fosse convidado à presidência do IPHAN. Dentro do Instituto que virou Secretaria de Cultura, o prestígio do *design* na Organização internacional crescia ainda mais. Foi diante de um apelo de Magalhães que a UNESCO enviou um técnico seu, professor Di Stefano, um especialista em pedra e consolidação de ruínas, para tentar salvar as ruínas de São Miguel que na época ameaçavam desmoronar. Infelizmente, temos poucos relatos em seu arquivo sobre a elevação das duas cidades brasileiras à Patrimônio da Humanidade, pois esses acontecimentos se deram próximos de sua morte, em 1982. Mas, não podemos deixar de lado o fato de Ouro Preto²⁸³ e Olinda terem sido defendidas por Magalhães para que ganhassem os títulos.

Diante dos documentos da memória individual de Magalhães, uma memória política, pudemos perceber um pouco de sua atuação e sua intenção no campo das

²⁸³ No depoimento da CPI, Magalhães fala brevemente do perigo pelo qual poderia passar a cidade se não fosse protegida, mas não fala muito das suas ações para elevar Ouro Preto à Patrimônio da Humanidade.

políticas de memória através de seus trabalhos no CNRC, no IPHAN (e SPHAN) e na Secretaria de Cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seu trabalho plástico sempre teve um lado político, no sentido da conscientização e da ação pública, e seu trabalho político sempre teve um lado plástico, na idealização, na formalização e na própria matéria do trabalho. Na verdade, para ele, era tudo uma só coisa, em sua visão abrangente dos fenômenos, apenas ênfases variavam, em cada momento e em cada contexto.²⁸⁴

A citação sintetiza a questão central deste trabalho, a construção da memória de Aloísio Magalhães emaranhada à memória nacional, memória esta que também estava em construção quando Magalhães faleceu, em 1982, com pouco tempo de atuação na recém-criada Secretaria de Cultura.

A construção da memória nacional pretendida por Aloísio Magalhães estava ligada a uma concepção de memória advinda da sua formação, das suas vivências na Faculdade de Direito, no Teatro do Estudante Pernambucano, do curso de museologia no Museu do Louvre e da convivência com intelectuais pernambucanos como Ariano Suassuna e Gilberto Freyre, por exemplo, e com os colegas estrangeiros, como Eugene Feldman e Gordon Childe.

Além das vivências de Magalhães na área da cultura, do teatro, dos museus, das artes plásticas e do desenho, um dos fatores que possibilitou seu ingresso na área das políticas de memória e patrimônio, foi a demanda por um novo olhar para essas questões e uma nova representação do poder público perante as ações de preservação da memória.

A figura de Magalhães foi muito benquista no meio político. Os documentos de seu arquivo e da coletânea “E Triunfo?” mostram que o seu posicionamento em situações como a da CPI do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não era o de qualquer depoente, mas de alguém que vinha tentando “arejar” a memória nacional, alguém que não estava ali para ser investigado e sim para levantar a sua bandeira e para promover o seu trabalho.

O maior atrativo para que fossem escolhidos o Arquivo Aloísio Magalhães e o livro “E Triunfo?” como objeto foi a possibilidade de ter a perspectiva de Magalhães, de seus parentes (esposa e filhas) e amigos, que doaram os documentos, editaram e

²⁸⁴ CAMPOS in.: LEITE, 2003, p. 141

publicaram o livro sobre a atuação do próprio Aloísio enquanto estava à frente dos órgão de preservação da memória e do patrimônio.

Aliás, a trajetória de Magalhães e do CNRC se torna interessante neste trabalho, não só pela questão da continuidade, necessária à narrativa histórica, como também para mostrar que se por um lado Magalhães nem sempre trabalhou pensando no patrimônio, por outro, seus trabalhos de coleta de informações, registros, restauros, preservação e conservação sempre foram oriundos de uma preocupação com a memória.

Se é possível considerar que a história é, em relação à memória, uma construção intelectual sobre um modo de seleção do passado, como nos diz François Dosse²⁸⁵, este trabalho partiu da inquietação sobre as seleções do passado que fez Magalhães em seus arquivos, as suas memórias, fossem elas, memórias a serem tornadas patrimônio nacional, ou fossem as memórias de si, que não escaparam à mesma pretensão.

²⁸⁵ DOSSE, François. **A História**. Bauru: Edusc, 2003.

REFERÊNCIAS:

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira et al. Classificações Culturais e Identidade: Itinerários de debates intelectuais e artísticos em Recife (1950-70). In. **Saeculum** - Revista de História, Vol 16. João Pessoa: PPGH, UFPE, 2007.p. 69-82. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum16_dos06_teixeira-soares-albernaz.pdf. Acesso em: 22.08.2012.

ALBIERI, Sandra. História Pública e consciência Histórica. In.: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno**: A invenção do Nordeste e outras artes. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Dissertação de mestrado - Museu Nacional, Rio de Janeiro: UFRJ, PPGAS, 2007.

_____. **Um projeto de design nacional**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural.. In: 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2008, São Paulo. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2008.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

BAGOLIN, Luiz Armando. “O Aleijadinho”: monstro herói. **Estudos av.** [online] 2009, vol. 23, n. 65. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100026&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. acesso em: 01 maio 2012.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. Orientando a cultura: o Conselho de Cultura do Ceará nos anos. In.: **Políticas Culturais em Revista**. 1960 - 1970. 2008, p. 1- 18. Disponível em: <http://www.conselhosdecultura.ufba.br/pdf/Alexandre%20Barbalho%20-%20Orientando.pdf>, acesso em: 20, março, 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio histórico e artístico nacional. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica aplicada. **Desafios do desenvolvimento**. Perfil: Rodrigo Melo Franco de Andrade, 2010, p. 65. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/17/edicoes/62/pdfs/rd62sec01.pdf>>

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nota biográfica: **Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=450>>

BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. In.: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. Secretaria de Estado da Cultura / Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, 1984.

BOMENY, H. Infidelidades eletivas: Intelectuais e política. In.: BOMENY, H. **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CALABRE, L. A cultura e o estado: as ações do Conselho Federal de Cultura. In.: GOMES, A. C. **Direitos e Cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Célia Reis. **A Construção da memória na sociedade global**. Identidades Sociais:Local x global. In: Revista Patrimônio e Memória, UNESP – FCLAs, v.2, nº2, 2006, p.52 – 60.

CANDAU, Joel. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir. In.: _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 137 - 179.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de.; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2008.

CHAGAS, Mário. Memória Política e Política da Memória. In.: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina. **Os arquitetos da memória**: sociogenese das práticas de preservação do Patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Rodrigo Vieira. **A dimensão constitucional do patrimônio cultural: o tombamento e o registro sob a ótica dos direitos culturais.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CRETELLA JR. José. **Dicionário de direito administrativo.** Rio de Janeiro: Forense, 3 ed., 1978.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOS SANTOS, Vivian Palma Braga. **A preservação do patrimônio artístico: mapeamento dos bens móveis tombados do modernismo brasileiro.** In.: IV Encontro de História da Arte, 2008, Campinas. Anais do 4º Encontro de História da Arte. Campinas, 2008. p. 535 – 543.

FALCÃO, J. A política cultural de Aloísio Magalhães. In.: MAGALHÃES, A. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p.22-23.

_____. Política de preservação e democracia. in: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: A restauração do Paço Imperial e o futuro da Praça XV no Rio.** n° 20, 1984, p: 45.

FARGE, Alertte. **O sabor do Arquivo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Recordar. In: FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado social.** Lisboa: Teorema, 1992. p.13 – 58.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **“Archive-se”: História, documentos e memória arquivística no Ceará (1835 - 1934).** São Leopoldo. Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Refrências Culturais: manual de aplicação.** Brasília: IPHAN/Minc/DID. 2000.

_____. Para além de pedra e cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

_____. A escrita de si. In.: **O que é um autor?**. Lisboa: Passagens. 1992, p. 136.

GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

_____. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC / IPHAN, 2002.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, Junho, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01.Outubro. 2012.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O arquivo utópico de Darcy Ribeiro**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, jan – mar. 2012, p. 261 – 281.

HEINZ, Flávio M. (org.). 2006. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNA, A.; LISSOVSKY, M. ; SÁ, P. S.M . A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. In.: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, VOL. 10 – 14, Nº 2. Jul – dez. 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, João de Souza (org.). **A herança do olhar: o design de Aloísio Magalhães**. Rio de Janeiro: Artviva Produções Culturais; SENAC Rio, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o novo decreto para proteção dos bens imateriais. In.: BRASIL. **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2. ed, 2003.

LIMA, R. P. O Brasil e o sistema internacional de cooperação para a preservação do Patrimônio Cultural. In.: **XV Encontro Regional de História da Anpuh-RJ**, 2012, São Gonçalo. Anais do XV Encontro Regional de História. São Gonçalo: FFP/UERJ, 2012.

MACHADO, Jurema. A Unesco e o Brasil: Trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. In: FUNARI, P.P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, Fapesp, Campinas: Nepam, 2009.

MAGALHÃES, A. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. In: TRAVASSOS, E. Arte e Cultura Popular. **Revista do Patrimônio**, 28. Rio de Janeiro: MINC / IPHAN, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In.: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. **Mário de Andrade e o Inventário dos sentidos: da formulação ao registro do patrimônio imaterial**. Série Cadernos de Estudos do PEP: Contribuições dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2007 – Vassouras. 2ed. RJ: COPEDOC / IPHAN, 2008, V. 5, P. 63 – 68.

OLIVEIRA, L. L. Patrimônio como política cultural. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, Almir Batista de. **O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Cadernos do CEOM. Ano 21, n.19, pp.19-38, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. SP: Brasiliense, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 03 – 15.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 - 1973). In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil republicano**. Vol. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

RIBEIRO. R. A. **Moradas da memória**: a construção de um museu na casa de Gilberto Freyre. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Conferência proferida em 8 de março de 2003, em Budapeste.

ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

RUSEN, Jorn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 122.

SABINO, R. S. **Litígios Patrimoniais**: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967 - 1984). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO – PPG – PMUS, 2012.

SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCIFONI, S. **A Unesco e os patrimônios da humanidade**: valoração no contexto das relações internacionais. In: II Encontro nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba. Anais do II Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Campinas : ANPPAS, 2004.

TEIXEIRA, F. W.; SOARES, P. M. F.; ALBERNAZ, L. S. F. **Classificações culturais e identidade:** itinerários de debates intelectuais e artísticos em Recife (1950 - 70). In.: Saeculum – Revista de História, ano 13, nº16, 2007. João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-graduação em História/UFPB, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum16_dos06_teixeira-soares-albernaz.pdf>. Acesso em: 03 jan 2013.